

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

*CIDADES INTELIGENTES E DIREITO À CIDADE: A ATUAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRODUÇÃO DE
DUAS PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS DE ESPAÇO URBANO*
O CASO DA OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE, TAGUATINGA,
DISTRITO FEDERAL

Flávia Sofia do N. Brandão

Brasília, março de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

*CIDADES INTELIGENTES E DIREITO À CIDADE: A ATUAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRODUÇÃO DE
DUAS PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS DE ESPAÇO URBANO*
O CASO DA OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE, TAGUATINGA,
DISTRITO FEDERAL

Flávia Sofia do N. Brandão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação da Faculdade de Comunicação
da Universidade de Brasília, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Comunicação,
na linha de pesquisa Teorias e Tecnologias
da Comunicação.
Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto.

Brasília, março de 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cidades Inteligentes e Direito à Cidade: a atuação das Tecnologias da Informação e Comunicação na produção de duas perspectivas antagônicas de espaço urbano

O caso da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive, Taguatinga, Distrito Federal

Autora: Flávia Sofia do N. Brandão

Orientador: Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto

Banca: Prof. Dr. João José A. Curvello (FAC) - Membro (UnB)
Prof. Dr. Pedro Russi (FAC) - Membro (UnB)
Prof. Dr^a Luciana Sabóia (FAU) - Membro (UnB)
Prof. Dr^a Maria Fernanda Derntl (FAU) - Suplente (UnB)

Folha de aprovação

FLÁVIA SOFIA DO NASCIMENTO BRANDÃO

Cidades Inteligentes e Direito à Cidade: a atuação das Tecnologias da Informação e Comunicação na produção de duas perspectivas antagônicas de espaço urbano

O caso da Ocupação Cultura Mercado Sul Vive, Taguatinga, Distrito Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação, na linha de pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação, aprovada em 1 de março de 2016.

Prof. Dr. João José A. Curvello
Universidade de Brasília (UnB)

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Russi (Examinador interno)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr^a Luciana Sabóia (Examinadora externa)
Universidade de Brasília (UnB)

Agradecimentos

No fim dessa incursão acadêmica, agradeço ao César, por ser a bússola do meu caminho. Agradeço à Edna pela paciência com as minhas "experimentações", a vida inteira. Ao Adalberto, pelas longas conversas filosóficas sobre qualquer coisa e sobre todas as coisas, a vida inteira. Ao companheiro Cleidinho, pelo afeto, pelas produtivas trocas de ideias, e pelo ombro a ombro de todo dia. Agradeço aos companheiros do Movimento Não Pago de Aracaju e do Movimento Passe Livre do Distrito Federal, em especial às companheiras, pelas lições atemporais. E, por fim, agradeço ao departamento de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB, pela oportunidade, ao meu orientador Tiago Quiroga, pelas valiosas contribuições, e à CAPES pelo apoio financeiro.

Resumo

O fenômeno conhecido como *Junho de 2013* fornece o ponto de partida para essa investigação sobre *idades inteligentes* e militância pelo direito à cidade. A utilização dos espaços públicos urbanos para fins políticos contra-hegemônicos, naquela ocasião, figurou como verdadeira "interferência" na programação de um modo de vida que prescreve que "cidadãos de bem" devem viajar de casa para o trabalho (e vice-versa) conectados em seus *carros inteligentes*, com seus *telefones inteligentes*, sem que nada "fora da ordem" aconteça. Trata-se de uma concepção racionalista que tem origem no final do século XVIII e que guarda ligação direta com o capitalismo industrial e o início da aglomeração populacional em metrópoles. Na nossa atualidade, com a globalização, esta mentalidade ganha o incremento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), técnicas que, por sua natureza cibernética, possibilitariam, finalmente, a prática de um cotidiano urbano altamente controlado e livre do "imprevisível". A imagem da cidade-máquina transforma-se em *cidade inteligente*, gerenciada por tecnologia "sem fio", onde os fluxos são informacionais. Em contrapartida, este também é o momento histórico em que movimentos sociais, grupos e coletivos que militam pelo direito à cidade, no Brasil, vêm propondo novas racionalidades para a produção de um espaço urbano renovado e livre. Tais questões são analisadas aqui através do estudo de um caso sobre a *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive*, localizada em Taguatinga, Distrito Federal, e tiveram como objetivo abrir possibilidades interpretativas sobre a atuação das TIC na produção de ideias hegemônicas e contra-hegemônicas neste início de século XXI.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e Comunicação; cidades inteligentes; urbanismo; globalização; direito à cidade; ocupações.

Abstract

The phenomenon known as *Junho de 2013* provides the starting point for this research on smart cities and militancy right to the city: the use of urban public spaces for political purposes counter hegemonic at that time figured as true "interference" in programming a way of life that prescribes that "good citizens" must travel from home to work (and vice versa) connected on their smart cars, with their smart phones without anything "out of order" happen. It is a rationalist conception which originated in the late eighteenth century and has a direct link with industrial capitalism and the beginning of agglomeration in metropolitan areas. In our present with the globalization, this mindset wins the increase of new Information and Communication Technologies (ICT) techniques which, in cybernetic nature, would make it possible, finally, the practice of a highly controlled urban daily life and free from the "unpredictable ". The city-machine image becomes a smart city, managed by technology "wireless", where the streams are informational. On the other hand, this is also the historical moment in which social movements, groups and collectives that militate right to the city, in Brazil, have proposed new rationales for the production of a new and free urban space. So also through a case study of the *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive*, located in Taguatinga, Federal District, the survey aims to open interpretative possibilities on the performance of ICT in the production of hegemonic and counter-hegemonic ideas at the beginning of XXI century.

Keywords: Information and Communication Technologies; smart cities ; urbanism; globalization; Right to the City ; occupations .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Museu Guggenheim e a Cidade das Artes e da Ciência, em Bilbao e Valência.....	51
Figura 2: Mapa do Distrito Federal/ distância Taguatinga – Brasília.....	106
Figura 3: Mapa de Taguatinga/ Distância área central - Mercado Sul.....	108
Figura 4: Reforma das lojas ocupadas no Mercado Sul.....	110
Figura 5: Fotos-divulgação do projeto Bicicentro.....	114
Figura 6: Publicação da página do MPL-SP no Facebook.....	128

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A MENTALIDADE RACIONALISTA NA CRIAÇÃO DA METRÓPOLE MODERNA.....	16
2.1. O conceito de racionalidade instrumental.....	20
2.2. Consolidação do capitalismo industrial.....	25
2.3. Espaço urbano nas primeiras metrópoles industriais.....	32
2.4. A emergência do capitalismo globalizado.....	39
2.5. Influências do capitalismo global nas metrópoles atuais.....	43
3. CIDADES INTELIGENTES: UMA IDEIA RACIONALISTA DE ESPAÇO URBANO.....	56
3.1. Características da sociedade da informação.....	59
3.1.1. <i>Atualização da mentalidade racionalista</i>	63
3.2. As TIC como novos instrumentos para racionalização.....	66
3.3. A idealização das cidades inteligentes.....	71
3.5. O sentido informacional da comunicação.....	77
4. OCUPAÇÕES PELO DIREITO À CIDADE: UMA PERSPECTIVA DE ESPAÇO URBANO LIVRE.....	83
4.1. Militância pelo direito à cidade.....	86
4.2. Estudo de caso: Ocupação cultural Mercado Sul Vive – Taguatinga (DF).....	97
4.3. TIC's como instrumento de propagação de contra-informação.....	118
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS.....	135
CRONOGRAMA.....	142
ANEXO.....	143

1. Introdução

Quando no dia 6 de *Junho de 2013* começaram a surgir as primeiras as imagens televisivas de manifestantes interrompendo o fluxo da Av. Paulista, para muitos, o espanto foi inevitável. Como era possível que "o coração financeiro" do país, na grande metrópole de São Paulo, fosse "parado"? Da onde havia saído aqueles milhares de jovens? Por algumas horas, o cotidiano da Paulista, com seus bares, cafés, lojas de grife, centenas de executivos entrando e saindo de portas automáticas, de grandes arranha-céus espelhados, foi substituído por uma intensa repressão da Polícia Militar aos manifestantes. Tratava-se da paralisação do trânsito de veículos, estratégia utilizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) no *Primeiro grande ato contra o aumento da tarifa dos transportes*. No mesmo dia, catracas alegóricas, feitas de madeira e pneus, foram queimadas. Por onde se passava pelas ruas do centro, era possível ver rastros de manifestações: pichações de protestos, panfletos e pequenas barricadas de lixeiras. Nos terminais de ônibus eram realizados "catracaços", permitindo que a população tomasse o ônibus gratuitamente. Às nove da noite, o *Jornal Nacional*, cobrindo o final do protesto na Paulista, ao vivo, descreveu o clima na região, ao som do helicóptero da Globo: lançamento de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha davam o tom do confronto.

O *Segundo* e o *Terceiro grandes atos contra o aumento da tarifa* (em 7 e 12 de junho) aconteceram sob forte ataque discursivo da grande mídia, que buscava justificar a violência policial acusando o Movimento de promover depredações, e pedindo ainda mais rigor na repressão. O principal argumento, desde ali, era o de que os protestos prejudicavam a população, ao interromper o trânsito de veículos, impedindo seu "direito de ir e vir". A série de protestos que ainda se seguiu, e que levou os governantes de São Paulo à revogação das tarifas dos transportes, deu origem ao fenômeno hoje conhecido como *Junho de 2013* - acontecimento que, em sua complexidade, sem dúvida, merece ser objeto dos estudos que têm se desenvolvido nas mais diversas áreas do conhecimento. Da minha parte, os discursos conservadores que surgiram nesta ocasião chamaram a atenção para a existência de um incômodo específico que, aqui, cumpre o papel de ponto de partida para esta pesquisa: a utilização dos espaço urbano para fins políticos contra-hegemônicos, naqueles moldes, figuraram como verdadeiras "interferências" na idealização de uma cidade em que os "cidadãos de bem" devem viajar de casa para o trabalho (e vice-versa) conectados em seus *carros inteligentes*, com seus *telefones inteligentes*, sem que nada

"fora da ordem" aconteça. Quaisquer eventos que interrompam esta lógica com outras configurações são considerados "perniciosos" e "devem ser eliminados".

Um exemplo disso, foi o fato de que após o *Segundo grande ato* do MPL, a ousadia de bloquear estrategicamente as ruas motivou o promotor de justiça Rogério Leão Zagallo, da 5ª Vara do Júri de São Paulo a publicar na sua página pessoal no *Facebook* uma mensagem onde afirmava estar "há duas horas tentando voltar para casa", mas havia "um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros" (sic). Na mesma mensagem, o promotor ainda complementa: "Por favor, alguém poderia avisar à tropa de choque que essa região faz parte do meu Tribunal de Júri e que se eles matarem esses filhos da puta [ou, os manifestantes] eu arquivarei o inquérito policial?" (sic).

Trata-se da defesa indiscriminada de determinado modelo de espaço urbano, que tem origem histórica no final do século XVIII com o estabelecimento da mentalidade racionalista instrumental como hegemônica, e que guarda ligação direta com o capitalismo industrial e o início da aglomeração em metrópoles. No início da Modernidade europeia, referia-se ao desejo pela cidade-máquina, sincronizada, composta por cidadãos pacificados, que ocupariam espaços limpos e socialmente bem demarcados (ricos e pobres separados, a saber). Quando os manifestantes interromperam o trânsito de carros, naquela ocasião, foi também esse ideal que atacaram. Acontece que, na nossa atualidade, o ideal da metrópole moderna persiste, mas ganha o incremento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), técnicas estas que, por sua natureza cibernética, possibilitariam, finalmente, a prática de um cotidiano altamente controlado e livre do "imprevisível".

Ou seja, considerada a Sociedade Informacional e o discurso publicitário como linguagem corrente, desenvolve-se a ideia de que através dos nossos dispositivos *inteligentes* (*smart-coisas*) agora poderíamos, enfim, almejar a organização total das nossas demandas diárias. Assim, quando colocado em relação à dinâmica urbana, o adjetivo *inteligente* derivado das TIC vira paradigma para a imaginação e para a organização do espaço, fornecendo elementos *supermodernos* a esta antiga pretensão de ordenamento. A cidade-máquina transforma-se em um ideal de *cidade inteligente*, dos fluxos informacionais, gerenciada por tecnologia "sem fio".

Por outro lado, apesar de não ter começado em *Junho de 2013*, a atuação do MPL naquela ocasião trouxe à tona o fato inegável de que nada "está em ordem" na vida nas grandes cidades brasileiras. Os protestos que tiveram início em São Paulo e encontraram

eco em diversos locais, referiam-se também a uma insatisfação popular maior: as cidades estão tomadas pela segregação sócio-espacial e pelos espaços privatizados. As metrópoles brasileiras da nossa atualidade são planejadas e construídas a partir de parcerias entre o poder executivo, empresas de construção civil e o mercado imobiliário, o que vem definindo-as como “grande negócios lucrativos”. Prova disto é o trabalho de atração de megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, que agravaram a pilhagem dos cofres públicos e a gentrificação (e acabaram de expulsar os pobres para “a periferia da periferia”).

Por isso, o intenso debate que se seguiu aos protestos de *Junho*, sobre a atual situação da vida nas cidades brasileiras, também me chamou a atenção para a existência e a atuação de uma gama de grupos organizados que, em suas práticas, parecem oferecer outras racionalidades para a imaginação de um espaço urbano livre, espaço este que consta como central ou muito relevante em seus projetos políticos contra-hegemônicos. Esta *militância*, de forma geral, reinventa através do *direito à cidade*, outros sentidos para a cidade enquanto constituinte da esfera pública. Para além da exigência de condições de sobrevivência (transporte, moradia, etc.), está em pauta o próprio direito de ocupar e transformar a metrópole sob outras lógicas, que *não* a da privatização (propondo uma alternativa à lógica da cidade organizada em favor da eficácia capitalista). É a chamada *militância pelo direito à cidade*: movimentos sociais que propõem a bandeira do transporte público gratuito, da moradia digna; mas também grupos e coletivos que promovem ocupações (temporárias ou não) de edifícios abandonados, praças, parques, e outros espaços públicos simbólicos, reivindicando a liberdade de uso dos lugares; que deixam transparecer novos modos de organização em suas relações cotidianas, ao mesmo tempo em que denunciam a situação insustentável da vida nas grandes cidades.

Dito isso, com o intuito de abrir questões sobre novas racionalidades que se contrapõem a uma ideia hegemônica de espaço urbano (aqui representada pelo conceito de *cidades inteligentes*), analisaremos o fenômeno das *ocupações pelo direito à cidade* por entendermos que, a partir delas, é possível observar a prática de uma outra ideia de espaço urbano na nossa atualidade. Partimos então do pressuposto de que as ocupações pelo direito à cidade observadas no Brasil, entendidas enquanto modos de recriar práticas, derivam de um fenômeno aparentemente mundial: as ocupações de espaços públicos centrais como forma de conferir visibilidade para bandeiras contra-hegemônicas. Este

fenômeno geral, por sua vez, vem sendo explicado por diversos pensadores através da importância dos novos meios de comunicação nos modos de atuação dos grupos, onde o potencial das TIC tem sido apontado como a principal causa do sucesso das movimentações.

Um dos principais defensores deste ponto de vista centrado nas TIC é Castells (2013, p.08), que em seu *Redes de indignação e esperança* (2014) utiliza o paradigma da "sociedade em rede" para explicar alguns dos mais recentes fenômenos de insurgência ao redor do mundo: Tunísia e Islândia, em 2011, e, posteriormente, Espanha, Grécia, Portugal, Itália, Grã-Bretanha, e Estados Unidos - com o movimento *Occupy Wall Street*. Segundo Castells (2013, p.14):

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma ampla e desimpedida (CASTELLS, 2013, p.14).

Em contrapartida, autores como Sodré (2014b) propõem outras reflexões sobre estes mesmos fenômenos, convidando-nos a superar o clichê que afirma que "a *internet* é condição necessária para entender os movimentos sociais nos dias de hoje". Com isso, não negam que a *internet* acrescenta à visibilidade pública uma grande potência, já que os "caminhos" e "janelas" virtuais gozam do poder da simultaneidade e da instantaneidade. Trata-se, portanto, de buscar escapar do "êxtase da conexão". Sobre isso, Sodré (2014b, p.27) propõe a seguinte reflexão:

Suponhamos que, numa pequena cidade, se convocassem as pessoas por megafone a uma manifestação. Seria "megafônica" a essência desses movimentos? A modernidade técnica do instrumento teria o poder de transformar a via virtual em rua? [...] A tecnologia eletrônica - produto notável da consciência hegemônica -, propicia a todos, todos nós, um entusiasmo estático. Não se trata de nenhuma grande mensagem transmitida, nenhuma revelação partilhada, pois toda essa história de conteúdo na mídia acaba em nada. Trata-se mesmo do êxtase da conexão (SODRÉ, 2014b, p.27).

Diante de tais reflexões, surge a curiosidade transformada em problema de pesquisa: **como atuam as TIC's na formulação desses dois ideais antagônicos de espaço urbano, a saber, *idades inteligentes e militância pelo direito à cidade*?**

Assim, a pesquisa começa com uma contextualização histórica que identifica a gênese da relação entre as categorias *racionalidade instrumental*, *capitalismo industrial* e *metrópoles*. Para isso, foi fundamental a aproximação com os debates de Weber, Habermas e Marcuse sobre o racionalismo, assim como com o método da Escola dos Annales, da figura de Bloch (2001); além do entendimento da Modernidade pelo olhar de Hobsbawm (2009). Já Choay (2009) foi quem explicou de que forma a mentalidade racionalista foi absorvida pelos pensadores das cidades a ponto de originar um "urbanismo progressista". Ao trazer a análise para a nossa atualidade, o capitalismo financeiro global aparece como fator determinante na reorganização espacial das metrópoles brasileiras (considerando que há mudanças em comparação ao século XIX), em um processo de "venda das cidades". A partir das leituras de Diaz (2007), Harvey (2006), e Rigol (2010), entendi que, na nossa atualidade, as grandes cidades passam a ser administradas como "marcas", seguindo a mesma lógica da comercialização de qualquer outro produto, utilizando-se de estratégias de marketing que visam torná-las atrativas aos olhos de "potenciais consumidores" (ou de grandes marcas nacionais e internacionais). A prática e os efeitos disto verifiquei no exemplo da cidade do Rio de Janeiro, sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas, onde as remoções forçadas frutos destes megaeventos expulsaram a população pobre de locais estratégicos aos capitais. Outro exemplo importante para a reflexão sobre a gentrificação foi a do Cais José Estelita, no Recife.

O primeiro capítulo é, portanto, uma tentativa de trazer à tona argumentos históricos que sustentem a hipótese de que esta cidade contemporânea, transformada gradualmente mediante um horizonte ideal de *cidade inteligente*, é fruto de uma extrapolação da concepção de mundo moderna e da consequente mutação tecnológica que a ela se liga, desde o momento em que os valores políticos e científicos da Idade Média começaram a ser colocados em cheque no início da Modernidade. Com isso, pretendi considerar o *espaço* como uma categoria histórica importante de ser pensada na atualidade, de modo a reconciliá-lo em sua relação histórica com a tecnologia e com a política, até o ponto em que este possa ser entendido como passível de contra-transformação pelos indivíduos, através da reivindicação de uma produção contra-hegemônica do espaço urbano.

No segundo capítulo, parti para a tentativa de entendimento da atuação das TIC's na renovação da mentalidade racionalista de espaço urbano através do estudo do conceito

de *ciudades inteligentes*. Para isso, foi fundamental compreender esta que é chamada por Santos (2012) de Sociedade Informacional, globalizada economicamente e cada vez mais urbanizada, mas também a mesma em que as diferenças sociais entre ricos e pobres continua a aparecer no processo de produção das cidades, independente do "grau" de desenvolvimento tecnológico alcançado. Para isso, apresentei alguns paradigmas da Comunicação que vêm contribuindo neste processo, como os formulados por Weiner (1968), McLuhan (1974), Castells (1999), Pierre Lévy (1999) e Lemos (2013), assim como a crítica promovida a eles, direta ou indiretamente, por Sodré (2002), Santos (2012) e Perulli (2012).

Durante o desenvolvimento desta segunda etapa da pesquisa, no início de fevereiro de 2015, o Coletivo Mercado Sul Vive promoveu a ocupação de dezenas de lojas abandonadas no Mercado Sul da cidade de Taguatinga (Distrito Federal). Sua relação aproximada com movimentos como o Movimento Passe Livre do Distrito Federal (MPL-DF) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), demonstrou a importância da bandeira do *direito à cidade* para aquele processo; ao mesmo tempo em que minha participação direta na ocupação e nas práticas de organização fez ver que ali haviam características daquela que eu já identificava como *militância pelo direito à cidade*. Surge então o "observável" da pesquisa, impulsionando um breve estudo da história da formação do espaço urbano do Distrito Federal, Brasília e Taguatinga, ao lado de Gouvêa (2010), Paviani (2010) e Cavalcante (2003), assim como a montagem do estudo de caso, com o auxílio de Geertz (2011) e Bardin (2009), caso este a partir do qual me permiti pensar esta que chamo de *militância pelo direito à cidade*.

Na terceira e mais desafiadora fase da escrita, considerando a inter-relação histórica entre a criação da cidade de Brasília, a cidade de Taguatinga e a produção do espaço do Mercado Sul enquanto lugar de atuação política contra-hegemônica; assim como o trabalho etnográfico descritivo e a análise de conteúdo, que deram formato ao caso da *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive*, passei a um processo de interpretação da *Ocupação* buscando localizá-la dentro deste fenômeno geral de *militância pelo direito à cidade*. Desta forma, junto com Gohn (2013), Zizek (2012) e Ortellado (2004), estudei os movimentos e processos que inspiraram esta *militância*. Por fim, analisei um possível uso contra-hegemônico das TIC nos embates discursivos que envolvem esta luta por uma vida urbana renovada como tentativa de nortear a construção de hipóteses que sejam portas de entrada

para a reflexão sobre como essas novas tecnologias podem atuar na construção das concepções de mundo contra-hegemônicas emergentes.

2. A mentalidade racionalista na criação da metrópole moderna

O homem que não conhece a História corre sério risco de achar que o mundo começou a partir do seu próprio nascimento. Dizemos isto baseados na ingenuidade da criança que, ainda em seu processo de amadurecimento, é incapaz de imaginar que o mundo já existisse, em complexidade, antes da invenção do seu brinquedo eletrônico predileto. Tamanho é o poder da tecnologia de (re) definir as formas de percepção da realidade. E é com euforia e perplexidade que, na nossa atualidade, alguns indivíduos aderem aos dispositivos tecnológicos, comemorando o acelerado desenvolvimento técnico-científico, de forma geral, sem questionamentos. Em parte, por conta dos extraordinários resultados econômicos que este desenvolvimento promove, com o aumento da velocidade da produção, mas também em parte porque tal aceleração permite o aumento do potencial de ordenamento da vida. Esta aspiração pela organização total da dinâmica cotidiana, por sua vez, descende de um projeto de Modernidade, inaugurado e aprimorado durante os séculos XVII, XVIII, e XIX. Foi quando a Razão substituiu a superstição na explicação do mundo, fazendo com que os filósofos e cientistas pudessem imaginar a aplicação de uma ordem normativa ao crescente caos urbano das nascentes metrópoles industriais.

Com a chegada do século XXI, o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vem promovendo a possibilidade da automação e da digitalização das ações do dia a dia, através da difusão de uma "cultura digital", ou Cibercultura. Este processo, somado ao crescente fenômeno da urbanização, também vem influenciando nas formas de idealização das metrópoles, cuja dinâmica urbana, a partir da absorção das novas tecnologias, se desenrolaria com o mínimo de "erros" e de "imprevisibilidade". De acordo com esta ideia de "metrópole tecnológica", o advento das super-máquinas e seus micro-processadores avançados passaria a garantir o máximo de controle das rotinas urbanas, gerando dados e permitindo avaliações para seu "melhoramento". A soma de determinado planejamento urbano moderno às TIC incrementa a imagem da cidade-máquina do século XIX - aquela que deveria lembrar o movimento de engrenagens em perfeita harmonia -, com suas "quase infinitas" possibilidades de trocas informacionais. Neste momento, passa a ser possível que imaginemos uma "casa inteligente" que se conecta com um "carro inteligente" que, por sua vez, circula por uma "cidade inteligente" - tudo facilitado por um extraordinário intercâmbio de *bits* e *bytes* entre objetos e pessoas.

Mas, se por um lado parece que estamos diante de uma verdadeira “explosão” de produtividade e inovação, onde se comemora o advento de uma Era enriquecida pelas potencialidades da informatização e das redes digitais, por outro, convém procurarmos na problematização histórica uma via de entendimento dos elementos de nossa atualidade. Isso porque, ao mesmo tempo em que o mercado de novas tecnologias atribui aos dispositivos o poder de antecipar o futuro - além de eliminar fronteiras e distâncias -, antigos problemas sociais ainda assolam a população urbana, reforçando a separação espacial entre ricos e pobres nas grandes cidades, iniciada com a própria efetivação do capitalismo industrial nas metrópoles europeias modernas.

Diante do atual cenário da vida nas cidades brasileiras, e das supostas soluções baseadas em TIC, faz necessário o exercício crítico de pensar o nosso tempo presente. Trata-se de inspiração que pode ser encontrada na tradição de pensamento inaugurada na Ciência Histórica, na primeira metade do século XX, pela Escola dos *Annales* (FLAMARION, 2011, p.13). A escolha pelo método de contextualização histórica se apoia nas ideias difundidas pelo grupo de historiadores que criaram a Revista *dos Annales*, em 1929, e que ajudaram a somar, ao pensamento científico, a problematização do passado como atitude interessada em entender o presente, perspectiva onde a categoria “tempo” se insere como um *continuum*. Sobre isso, Marc Bloch (2001) afirma:

Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como lugar de sua inteligibilidade (BLOCH, 2001, p.55).

A marca teórica da Escola dos *Annales*, em especial na sua primeira fase, é o entendimento da História como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo: a *história-problema*¹ é um instrumento de iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador – homem de seu tempo -, bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma melhor compreensão das questões que lhes são atuais, ao mesmo tempo em que o conhecimento do presente torna-se condição *sine qua*

¹ Na definição do conceito de “história-problema”, o fato histórico não é “positivo”, mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema. Eis o sentido do “positivismo” recriminado nesses historiadores, positivismo que se tinge de utilitarismo quando, em vez de fazerem a história total, eles reduzem o trabalho histórico ao que lhes parece capaz de “servir à ação”(FLAMARION, 2011).

non da cognoscibilidade de outros períodos históricos. Nossa afinidade com o método dos *Annáles* deve-se ao fato de que o movimento procurou, além de explicar globalmente a vinculação entre as categorias técnica, economia, poder e mentalidades, as oposições e as diferenças de ritmo e fase entre os diferentes níveis do social; dando preferência aos aspectos coletivos, sociais, repetitivos do sócio-histórico e assim substituindo a anterior fixação em indivíduos, elites e fatos "irrepetíveis" (FLAMARION, 2011, p.15). Desta forma, podemos escapar da ideia comum do ineditismo promovido pelas TIC, não porque estas não trariam novos elementos às questões científicas, mas porque a ideia de "revolução tecnológica", no sentido social, pode perigosamente ocultar permanências de desigualdades e injustiças indesejáveis.

Dito isso, podemos afirmar que, amparada por alguns aspectos do método histórico, a contextualização neste trabalho tem por objetivo apresentar as articulações históricas entre a *racionalidade instrumental* - fundamentadora de determinada ideia de "eficácia" verificada no que chamamos de Sociedade Informacional; as *metrópoles modernas* - entendidas enquanto modos de pensar e produzir o espaço urbano, que reverberam até os dias de hoje; e o *capitalismo industrial*, enquanto sistema econômico que passa a organizar a vida urbana e, por isso, enquanto categoria articuladora das duas primeiras. Em outras palavras, neste capítulo, dizemos que os desejos de sincronia das ações e de superação do "imprevisível" e da "desordem" para o progresso econômico e moral já podiam ser encontrados no pensamento dos pré-urbanistas modernos, que, diante dos inúmeros problemas de crescimento das metrópoles industriais, traçavam seus "planejamentos" com pretensões de controle da nascente dinâmica urbana. Era a utilização da *racionalidade instrumental* para a resolução de questões que impediam o desenvolvimento satisfatório do emergente *capitalismo industrial*.

Na nossa atualidade, essas articulações se renovam, primeiro pela relação intrínseca que a Ciência e a Tecnologia passam a desenvolver a partir do século XX, como respostas às questões de ordem econômica e política, ambas se capacitando para oferecer soluções de caráter racional-funcionalista. Em específico, neste desenvolvimento de aparatos tecnológicos racionalizantes, foi criado um sistema de produtos e serviços ligados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), as quais funcionaram como facilitadoras da expansão do modo de produção capitalista para escala mundial. Assim, procuramos entender como se atualiza o pensamento urbanístico ordenador dos espaços das metrópoles

em favor desse capitalismo mundializado. A própria cidade ganhou novas formas e projetos de organização para o ordenamento que têm como finalidade o lucro. A celebração da globalização contemporânea como acontecimento do qual "todos nós devemos fazer parte" passou a justificar a aplicação de um novo modo de "gerenciamento" de grandes cidades: o empreendedorismo urbano.

Através da afirmação da pretensa necessidade das "metrópoles do século XXI" se transformarem em *ciudades globais*, este empreendedorismo urbano promove o aumento das parcerias público-privadas também sob o discurso de que são soluções "inovadoras" que resolverão os "problemas" das grandes cidades (através do enobrecimento de espaços públicos e da atração de grandes eventos de importância mundial). Tudo isso, no entanto, nada mais significa do que a venda do espaço urbano para grandes marcas nacionais e internacionais, o que agrava a lógica da especulação imobiliária e do não-acesso da população marginalizada à cidade em relação ao início da modernidade (agora com seus espaços públicos altamente controlados e quase completamente dominados pela lógica do consumo).

Fica claro, portanto, que esta etapa do trabalho é uma tentativa de trazer à tona argumentos históricos que sustentem a hipótese de que esta cidade contemporânea, transformada gradualmente mediante um horizonte ideal de "cidade inteligente e global", é fruto de uma extrapolação da concepção de mundo moderna e da conseqüente mutação tecnológica que a ela se liga, desde o momento em que os valores políticos e científicos da Idade Média começaram a ser colocados em cheque no início da Modernidade. Com isso, pretendemos considerar o *espaço* como uma categoria histórica importante de ser pensada na atualidade, de modo a reconciliá-lo em sua relação histórica com a tecnologia e com a política, até o ponto em que este possa ser entendido como passível de contra-transformação pelos indivíduos no século XXI: através da reivindicação de uma produção contra-hegemônica do espaço urbano.

A partir daqui, buscamos apoio nos questionamentos iniciais de Mumford (1965) - que, através da sua investigação sobre as cidades na História, nos permite pensar como queremos produzir os espaços das cidades contemporâneas - se de maneiras socialmente mais justas ou mais lucrativas -, considerando a teoria de que vivemos mediante condições de vida que continuam a prejudicar as classes subalternizadas. Por isso olhamos para os fatos históricos afim de problematizá-los, nos perguntando o que foi a metrópole

industrial? Como foi que começou a existir? Que processos promoveu? que funções desempenhou? que finalidades preencheu?, para que então possamos "desnaturalizar" as transformações hegemônicas no espaço urbano como meras consequências de algo que não nos cabe conhecer.

2.1 - O conceito de racionalidade instrumental

Então partimos da ideia de que o início da Modernidade foi a época onde aconteceram: a) grandes descobertas nas ciências físicas - com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele -; b) a industrialização da produção - que passou a transformar o conhecimento científico em tecnologia, criando novos ambientes humanos, acelerando o ritmo de vida, gerando novas formas de poder corporativo e de luta de classes; c) a descomunal explosão demográfica; d) o rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; e) o surgimento de sistemas de comunicação de massa; f) Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutavam com obstinação para expandir o seu poder; g) movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas. E, enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, formou-se) um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1986, p.16).

Diante de todas estas transformações advindas da Modernidade, todavia, nos interessa, como dissemos, entender a origem histórica da articulação entre a *racionalidade instrumental*, o *capitalismo industrial* e as *metrópoles*. Por isso precisamos desenhar um ponto de partida para cada nível observado. Pontos que nos permitam problematizar como os níveis operam no nosso tempo presente: momento em que suas articulações se atualizam e se renovam.

Com o intuito de compreender o conceito de *racionalidade instrumental*, dizemos que, de acordo com o dicionário do pensamento social do século XX, *racionalização* refere-se a processos de transformação institucional segundo a *racionalidade instrumental*, onde predomina o cálculo da eficácia onde os meios são ajustados a fins. Para a obtenção de um fim determinado, impõem-se o uso dos meios mais eficazes, com um mínimo de gastos (de tempo, material e pessoas) e efeitos colaterais indesejados, e um máximo de benefícios desejados (lucro, poder, etc.). A eficácia em termos de menores custos para

maiores benefícios passa a ser um fim em si mesma. (OUTHWAIT & BOTTOMORE, 1996, pp.641-642)

Ainda de acordo com a consulta ao verbete *racionalização* no supracitado dicionário, afirmamos que foi Max Weber um dos estudiosos que dedicaram-se a compreender e a explicar o caráter distinto do modelo ocidental de racionalização. Ou seja, encontramos no pensamento do autor uma das gêneses da Modernidade, através da compreensão da repercussão do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional da sociedade abarcado pelo processo de "modernização". Weber compartilha esse interesse com toda a sociologia clássica, cujos pares conceituais giram em torno do mesmo problema: a saber, a construção conceitual da mudança institucional que resulta da expansão dos subsistemas de ação racional com respeito a fins.

De acordo com Weber, este modelo distinto ocidental envolve seis processos sociais e culturais fundamentais e largamente ramificados, sendo o primeiro o *desencantamento* e a *intelectualização do mundo*, e a resultante tendência a vê-lo como um mecanismo causal sujeito, a princípio, ao controle racional. O segundo processo teria sido o surgimento de um *ethos* de realização secular impessoal, historicamente alicerçado na ética puritana da vocação²; seguido pela 3) crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação; assim como pela 4) objetificação e despersonalização do Direito, da Economia e da organização política do Estado, e o consequente agravamento da regularidade e da calculabilidade da ação nesses domínios. 5) o progressivo desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre o homem e a natureza; assim como 6) a tendência ao deslocamento da orientação da ação tradicional e assente em valores racionais para a ação puramente instrumental.

De acordo com Habermas (2014, p.76), o que é específico e peculiar no modelo ocidental de racionalização construído por Weber seria o fato de o "fim" em função do qual a ordem social é racionalizada (calculabilidade máxima) não ser exatamente um fim, mas um "meio" generalizado que facilita indiscriminadamente a busca deliberada de todos os fins substantivos. E, diante disso, o sonho da Razão poderia redundar em pesadelo: a racionalização poderia engendrar um mundo sem significado, sem "caritas", sem liberdade, dominado por poderosas burocracias e pela "jaula de ferro" da economia capitalista.

² Tese desenvolvida em: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

Ainda segundo Habermas (2014, p.77) sobre Max Weber, na medida em que a técnica e a ciência penetraram nos âmbitos institucionais da sociedade e, dessa forma, transformaram as próprias instituições, as antigas formas de legitimação foram decompostas. A secularização e o "desencantamento" das imagens de mundo capazes de orientar a ação, isto é, de tradição cultural em seu todo, apresentam-se como o outro lado de uma "racionalidade crescente da ação social" (HABERMAS, 2014, p. 76).

No desenvolvimento do seu próprio raciocínio sobre um Projeto de Modernidade, Habermas (2014, p.86), afirma que a racionalização expulsa dos espaços em que age a própria razão argumentativa, neste caso, excluiria a racionalidade comunicativa que permitiria a negociação coletiva dos fins, do próprio processo de transformação societária. A rigor, ao se racionalizarem segundo princípios dessa razão instrumental, a economia e o Estado modernos transformam sua própria eficácia em "último fim", sem consultar ou considerar os envolvidos e atingidos, agindo sem dar-lhes satisfação e sem institucionalizar os mecanismos que permitiram o questionamento de seu funcionamento.

Se posicionando por um outro prisma, para Marcuse (1964, p.18), o que Weber chamou de racionalização não se impõe como "racionalidade", mas sim como uma forma de dominação política oculta imposta em seu nome. Ou seja, não existiriam escolha de tecnologias e organização de sistemas sem interesses sociais mais amplos, pois a racionalização exige um tipo de ação que implica a dominação, seja sobre a natureza, seja sobre a sociedade. Para o autor, o método científico, por exemplo, que conduziu a uma dominação cada vez mais eficiente da natureza, passou também a fornecer tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficiente dos homens sobre os homens "por meio" da dominação da natureza. Sobre isto, Marcuse (1964, p.19) afirma:

Ao se desdobrar, o projeto molda todo o universo da palavra e da ação, a cultura intelectual e material. No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da sua estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política. (MARCUSE, 1964, p.19)

Embora visto por alguns como um "tecnóforo", Marcuse admite que a razão instrumental deixa marcas na ciência e na tecnologia modernas, mas as considera estruturas mutáveis. O autor propõe, na realidade, uma nova abertura do *Ser* por uma transformação revolucionária das práticas básicas: isto conduziria a uma mudança na

própria natureza da instrumentalidade que seria fundamentalmente modificada pela abolição da sociedade de classes e seus associados princípios de funcionamento. Seria possível criar uma nova ciência e tecnologia que seriam fundamentalmente diferentes, que nos colocariam em harmonia com a natureza e não em conflito com ela.

Para Marcuse (1964, p.23), tanto em Habermas quanto em Weber, a racionalidade técnico-científica seria "não-social", neutra e formal. Seria neutra porque representaria um interesse amplo pela espécie, um interesse cognitivo-instrumental que ignora os valores específicos de cada "subgrupo" da espécie humana; e formal porque resulta do processo de diferenciação pelo qual se abstrairia dos vários conteúdos a que serve de mediação. Em resumo, a ciência e a tecnologia naqueles autores não reagem essencialmente aos interesses sociais ou à ideologia, mas apenas ao mundo objetivo que representam em termos das possibilidades de compreensão e controle.

Assim como para Marcuse (1964), para nós, longe de ser neutra, a racionalidade instrumental coloca em prática determinada concepção de mundo, que, através da racionalização, tem o lucro como objetivo maior. Ou seja, age de acordo com os interesses específicos de um "sub-grupo" hegemônico. Quando em articulação com o capitalismo industrial e as metrópoles, a racionalidade instrumental influencia um pensamento urbanístico que, historicamente, planeja e produz os espaços de acordo com uma lógica progressista-funcionalista, sendo responsável pela efetivação das metrópoles contemporâneas ocidentais, em especial as latinas, como lugares das diferenças sociais e econômicas espacialmente realizadas.

Sobre a origem deste processo de *racionalização*, nos interessa saber que este começa com o desenvolvimento de novos métodos de conhecimento durante a Revolução Científica do século XVI e XVII - momento em que as bases do pensamento científico e filosófico da Modernidade foram preparadas. É o período em que diversos pensadores começaram a pôr em cheque uma série de verdades dogmáticas representativas da Idade Média (HENRY, 1998, p.13).

O Renascimento e o Humanismo, que marcaram "o grito de liberdade humana" frente às verdades aceitas por autoridade, trouxeram como consequência dessa emancipação, uma nova forma de fazer ciências, caracterizada pela necessidade de desdobramento técnico daquilo que predizia; inclusive como forma de validar-se como conhecimento verdadeiro e seguro. De acordo com Henry (1998, p.16), esse momento da

história do pensamento ocidental é o início de um verdadeiro império do saber racional que, hoje, está claro no que chamamos de ciência. É o momento de consolidação de ideias e observações que se ajustam e se encaixam, permitindo pensar, de forma matemática e abstrata, uma realidade que, até então, era vista como algo real e concreto, regida por desígnios e sujeita a vontades sobrenaturais.

Ao invés disto, os pensadores passaram a entender que a Natureza, em sua perfeição, permite que os homens revelem suas leis através da Razão, em específico através das *ciências da natureza*, especialmente da matemática, liberando-o para reproduzi-la. Portanto, podemos afirmar que foi a Revolução Científica dos séculos XVI e XVII que deu ao século XVIII a segurança e a confiança na Razão, posto que as ideias desta época seguinte já estavam longe de ser produtos de uma percepção especial ou da inspiração divina (BOBBIO, 1998, pp.605-606). No século XVIII, a ação racional, o agir racionalmente, se respaldava pelo fato de que toda busca pela explicação racional era, no fundo, uma busca pela felicidade humana, onde todos os homens seriam unidos em uma mesma condição por uma *racionalidade universal*. Para os pensadores desta época, a "mão invisível" da providência garantiria que a busca individual de um auto-interesse esclarecedor conduziria sempre ao bem estar da sociedade como um todo. A Razão, então, se fundou como uma das forças motrizes da ciência e do desenvolvimento tecnológico dos séculos que se seguiriam, através dos quais o homem busca alcançar *o ordenamento total da vida* (do tempo e do espaço) (BOBBIO, 1998, p.607).

A Razão foi matéria prima do *Iluminismo* - também conhecido como o século das luzes ou Ilustração - movimento que, através dela, postulou suas críticas ao Antigo Regime: ciência e natureza a favor de formulações de leis *para todos* em busca do *progresso* da humanidade, *sem autoridade*. É deste movimento que derivam a calculabilidade, a minúcia, e as precisões geométricas verificadas posteriormente pelos pensadores da metrópole industrial e que se espalharam por todos os aspectos da nascente vida urbana na Modernidade. Todas as áreas da Cultura e da vida, incluindo a política e a economia, têm fé na possibilidade de felicidade e do progresso sob a guia da razão (BOBBIO, 1998, p.607). Sobre isso, Bobbio afirma:

Quando os iluministas se baseiam na racionalidade universal para definir o comportamento humano, tendo como exemplo principal a microeconomia, significa dizer que estavam em consonância com uma percepção da racionalidade em que os agentes racionais calculam sempre o modo mais eficaz de satisfazer suas preferências. Eles são os maximizadores da utilidade na teoria dos jogos, indivíduos para os quais racionalidade é de uma espécie instrumental:

meios-para-dados-fins. Agir racionalmente é maximizar uma função objetiva sujeita a coações, onde os agentes buscam realizar seus próprios objetivos de um modo maximizador (ou satisfatório) sistemático (BOBBIO, 1998, p.608).

Por isso, Ferrara (2012, p.19) afirma que a mentalidade formada naquele período é a responsável por termos hoje um entendimento funcional das técnicas, o que poderia explicar, por exemplo, o desejo pela aplicação de novas TICs no gerenciamento das nossas dinâmicas cotidianas. A autora defende que, no final do século XVIII, o universalismo, o racionalismo e o individualismo estiveram em estreita dependência na formação do conjunto da mentalidade moderna, onde o racionalismo era exatamente o que obrigava a dissolução das crenças que, independente de histórias locais, precisavam ser criticadas para serem superadas em nome de uma civilização apoiada em uma ordem racional, que buscava promover a liberdade do homem enquanto produtor direto da cultura: "Nesta tarefa, o racionalismo encontrava no desenvolvimento da ciência e das novas competências técnicas, instrumentos eficazes que garantiam as possibilidades de emancipação cultural do homem"(FERRARA, 2012, p.92). A ciência moderna, portanto, esteve empenhada em organizar o conhecimento, as cidades, e o modo de vida por meio da técnica, entendida como dispositivo ou engrenagem eficiente na manipulação de elementos funcionais controladores e cumpridores da ordem. "A compreensão funcional da técnica atravessa o século XIX e terá de aguardar a segunda metade do século XX para ser assumida com a indispensável crítica capaz de relativizá-la" (FERRARA, 2012, p.92).

Dito isso, conclui-se previamente que a racionalidade instrumental é a Razão entendida como algo a ser aplicado com determinada finalidade, e que seu surgimento na Modernidade precisa ser colocado em articulação com o desenvolvimento do sistema econômico capitalista industrial, uma vez que ela fundamentou as condições estruturais do lucro como modo hegemônico de sociedade neste período. A substituição de uma economia predominantemente feudal por uma industrial, no final do século XVIII, em uma porção da Europa ocidental implicou no surgimento de novos modos de vida urbanos que, posteriormente, reverberaram pelo mundo inteiro e que tiveram nas articulações entre a racionalidade instrumental e o sistema econômico espécie de pedra fundamental.

2.2 - Consolidação do capitalismo industrial

A Modernidade é também o período histórico em que o capitalismo industrial assume uma relação intrínseca com a produção do espaço urbano, com o intuito de torná-lo eficaz para a sua efetivação. Segundo Hobsbawm (2009, p.20), para entender como o sistema econômico capitalista adquire sua moderna face industrial, devemos observar

exatamente o período onde ocorre uma dupla revolução: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial inglesa contemporânea.

Para o autor, a Modernidade se define pela formação de dois marcos importantes, sendo eles: a) a sociedade de classes que passa a ser dividida entre burgueses e proletariado, modificando as relações e condições de trabalho; e b) a expansão do capitalismo industrial moderno, sua produção de mercadorias em larga escala, e a formação de novos mercados consumidores. Hobsbawn (2009, p.20) nos conta que, enquanto a economia do mundo no século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica; a política e a ideologia modernas foram influenciadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. Segundo ele, a Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o "explosivo" econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não-europeu; e foi a França que fez as novas resoluções políticas e a elas deu suas ideias (HOBSBAWN, 2009, p.38). A política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios da Revolução Francesa.

Ainda de acordo com Hobsbawn (2009, p.44), foi a França que forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e "radical-democrática" para a maior parte do mundo. Foi ela quem deu o primeiro grande exemplo, o conceito, e o vocabulário do nacionalismo. Também foi ela quem forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Sobre a Revolução Industrial, Hobsbawn (2009, p. 40) explica que foi um processo no qual, pela primeira vez na história da humanidade, as sociedades se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante e ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Isso significa dizer que nenhuma sociedade anterior havia sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. Com o processo de Revolução Industrial, a economia capitalista como conhecemos, por assim dizer, começou a alçar o seu vôo.

Desta forma, cabe conhecermos as condições gerais que fizeram com que a Revolução Industrial começasse na Grã-Bretanha, porque foi a presença de condições da mesma natureza que determinou que outros países também buscassem se industrializar.

Segundo Hobsbawn (2009, p.47), são elas: 1) Em 1780, mais de um século já havia se passado desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo, e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como supremos objetivos da política governamental; 2) A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já havia sido encontrada na prática: uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Quase já não se podia falar em "campesinato britânico" da mesma forma que se falava em campesinato russo, alemão ou francês.

Sobre este último fator, destaca-se o fato de que as atividades agrícolas na Grã-Bretanha já estavam predominantemente dirigidas para o mercado. A agricultura já estava preparada para cumprir suas três funções fundamentais numa era de industrialização, que, de acordo com Hobsbawn (2009, p.40) são:

Aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não-agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSEAWN, 2009, p.40).

Além disso, dizer que a política na Inglaterra já estava engatada ao lucro significa afirmar que o dinheiro "não só falava como governava. Tudo o que os industriais precisavam para serem aceitos entre os governantes da sociedade era bastante dinheiro" (HOBSEAWN, 2009, p.40). Desta forma, dado que as principais bases de uma sociedade industrial tinham sido lançadas na Grã-Bretanha, duas coisas passavam a ser necessárias para a efetivação do capitalismo industrial como modelo econômico: primeiro, uma indústria que já oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante a um ponto em que este pudesse expandir sua produção rapidamente, e segundo um mercado mundial amplamente monopolizado por uma única nação produtora.

Neste período, o comércio além-mar desenvolvido pela Grã-Bretanha havia fomentado o aparecimento e o crescimento de uma indústria algodoeira, que foi rapidamente desenvolvida pelo empuxo de sua relação com as colônias que possuía. Ajudada pelo agressivo apoio do governo nacional, o conjunto de países conseguiu por um período suficientemente longo monopolizar todos ou quase todos os setores desta indústria, tornando suas perspectivas ilimitadas. A Grã-Bretanha tornou-se uma grande exportadora de algodão tendo os mercados colonial e semicolonial por muito tempo como os maiores

pontos de vazão para os produtos britânicos, pois dentro dessas áreas a indústria britânica tinha estabelecido um monopólio por meio de guerras, revoluções locais e de seu próprio domínio imperial. Sobre esta hegemonia, Hobsbawn (2009, p.43) afirma:

Em 1820, a Europa, mais uma vez aberta às livres importações da ilha, adquiriu 128 milhões de jardas de tecidos de algodão britânicos; a América, fora os EUA, a África e a Ásia adquiriram 80 milhões; mas por volta de 1840 a Europa adquiriu 200 milhões, enquanto as áreas "subdesenvolvidas" adquiriram 529 milhões (HOBBSAWN, 2009, p.48).

Por isso a primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão e em 1830, a "indústria" e a "fábrica" no sentido moderno ainda significavam quase que exclusivamente as áreas algodoeiras do Reino Unido. Contudo, o rápido crescimento das cidades estimulou a inovação industrial em outras áreas, notadamente outros produtos têxteis, alimentos e bebidas, cerâmica e outros produtos de uso doméstico. No entanto, seu poder de transformação naquele período era muito menor, e estas empregavam bem menos pessoas que o algodão.

Esta imensa indústria algodoeira, embora provavelmente não se expandindo de forma suficientemente rápida rumo a uma industrialização realmente maciça em escala moderna, era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas de carvão não só necessitavam de máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer o carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-los da superfície aos pontos de embarque. Tecnicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra. De acordo com Hobsbawn (2009, p.48), nenhuma outra inovação da Revolução Industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia. Sem dúvidas, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da Nova Era.

Em termos de produtividade econômica, toda esta transformação social foi um imenso sucesso; mas em termos de sofrimento humano, uma tragédia, aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada (HOBBSAWN, 2009, p. 48). Todavia, do ponto de vista da industrialização, esses efeitos também eram desejáveis; pois uma economia industrial necessita de mão-de-obra, e de onde mais poderia vir esta mão-de-obra senão do antigo setor não-industrial?

A população rural doméstica ou estrangeira era a fonte mais óbvia, suplementada pela mistura de pequenos produtores e trabalhadores pobres. Assim, a dificuldade social e econômica foi a arma mais eficiente; secundada pelos salários mais altos que havia nas cidades, atraíam e forçavam os homens para novas ocupações. No entanto, diante da resistência em abandonar seu modo de vida tradicional, foi necessária uma catástrofe realmente gigantesca como a fome irlandesa para produzir o tipo de imigração em massa que se tornou comum depois de 1850 (HOBSBAWN, 2009, p.50).

De acordo com Engels (1975, p.46), a resistência dos trabalhadores rurais em migrar para as nascentes metrópoles devia-se ao fato de que, até então, afastados das cidades, nelas praticamente não entravam, porque entregavam, mediante o pagamento de seu trabalho, o fio e o tecido a agentes itinerantes - de modo que, mesmo sendo velhos moradores dos arredores, nunca haviam ido a elas, até o momento em que "as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurar trabalho na cidade". Engels (1975, p.46) explica ainda que estes trabalhadores raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever; iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da bíblia e, em sua singela humildade, tinham boas relações com as classes mais altas da sociedade.

Por isso, de acordo com Hobsbawn (2009, p.50) um problema tão crucial quanto o da migração dos trabalhadores rurais para as áreas urbanas, era conseguir um número suficiente de trabalhadores com as necessárias qualificações e habilidades para o trabalho nas fábricas. Isso porque o período de desenvolvimento e efetivação do capitalismo industrial foi quando os homens precisaram adequar-se e formatar-se para um ritmo de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesanato independente.

Para forçar a adequação aos incentivos monetários, a resposta foi encontrada numa rigorosa disciplina de mão-de-obra: multas, um código de "senhor de escravo" que mobilizava as leis em favor do empregador, etc. Mas, acima de tudo, na prática sempre que possível, e se pagar tão pouco ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda a semana para obter uma renda mínima (HOBSBAWN, 2009, p.50). Outra maneira comum de assegurar a disciplina da mão-de-obra e o subcontrato ou a prática de

fazer dos trabalhadores qualificados um *subempregador*, contratado para não deixar que seus auxiliares se distraíssem.

Para Engels (1975, p.47), antes da industrialização nas metrópoles, estes trabalhadores já eram máquinas de trabalho, só que a serviço dos povos aristocratas, que, até então, haviam dirigido a história. A Revolução Industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma - mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana.

De acordo com Netto (1998, p.18), em nível histórico universal, a primeira metade do século XIX constituiu o espaço em que a dinâmica econômico-social pela burguesia dos dois séculos anteriores configurava a sociedade civil e o Estado segundo seus particulares interesses de classe, apresentados como *interesses gerais*. Trata-se do espaço histórico em que o desenvolvimento capitalista liquida ou subordina as instituições econômicas precedentes e engendra as suas próprias instituições sócio-políticas. Trata-se, em suma, do coroamento da constituição da ordem societária comandada pelo movimento do capital, redefinindo radicalmente as relações sociais e de classes.

É a culminação deste processo que lança as bases da moderna sociedade urbano-industrial, visto que, consolidada a dominância burguesa, ancorada na expansão do capital industrial, os resquícios sociais do feudalismo são compelidos à residualidade. As fronteiras de classe decisivas abrem agora os cortes entre os proprietários dos modernos meios de produção fundamentais e os possuidores unicamente de sua força de trabalho. E, para Netto (1998, p.19) este deslocamento se faz ver nos acontecimentos de 1848 - ano que marcou a Europa: nas principais cidades, os povos ocuparam as ruas, ergueram barricadas e enfrentaram tropas governamentais, protestando contra a miséria do proletariado e contra a falta de democracia. Segundo Netto (1998, p.19), esta foi a primeira vez que as demandas dos segmentos vinculados ao trabalho apareceram distintas dos projetos burgueses, sem estarem subsumidas na aspiração revolucionária de *igualdade*, da *fraternidade*, e da *liberdade*. Sobre isso, o autor afirma:

Até 1848, a frente social emancipadora parecia envolver o conjunto do *terceiro estado*; as barricadas de junho mostraram que as clivagens rompiam definitivamente esse bloco, mostraram que o *povo*, entificado unitária e identitariamente pela burguesia, era um compósito contraditório: as demandas populares tornavam-se incompatíveis com a direção da classe burguesa (NETTO, 1998, p.19).

Ainda de acordo com o autor, o ano de 1848, em uma palavra, explícita, em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o antagonismo "capital e trabalho", "burguesia e proletariado". Porque a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia: "a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica e no moralismo" (NETTO, 1998, p.20). A burguesia, enquanto classe, perde para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do *cidadão*. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emergência primeira verifica-se em 1848: o proletariado.

Por fim, sobre a relação entre o capitalismo industrial e a produção da metrópole moderna, apreendemos que, a partir do fortalecimento deste modelo econômico pela experiência inglesa, de acordo com Hobsbawm (2009, p.49), para que fosse mantido o caminho do progresso, foi necessário que a sociedade passasse a ser predominantemente urbana, submetendo a mão-de-obra rural e transformando-a em proletariado. Ou seja, uma economia industrial significa exatamente um brusco declínio proporcional da população agrícola (isto é, rural) e um brusco aumento da população não-agrícola (isto é, crescentemente urbana).

E foi por conta desta lógica que o ritmo da mudança social e econômica acelerou-se visível e rapidamente no século XIX e as metrópoles passaram a ser entendidas como espaço de efetivação do capitalismo industrial: tanto o lugar da sua expansão e prosperidades, quanto o lugar onde aparecem suas contradições. E estas transformações foram tão visíveis que, por volta de 1840, os problemas característicos do *industrialismo* - o novo proletariado, os horrores da incontrolável urbanização - se transformaram no lugar comum de sérias discussões na Europa ocidental e no pesadelo dos políticos e administradores (HOBSBAWM, 2009, p.50).

Dito isso, também consideramos a Modernidade, em específico o momento de efetivação da sociedade industrial, como um momento em que os administradores estatais e os pensadores precisaram parar para planejar o ordenamento das cidades, de forma a sanar os problemas advindos da aglomeração e dos novos modos de vida. Portanto, é na própria história do pré-urbanismo e de alguns pontos do urbanismo progressista que

encontramos convergência entre a *racionalidade instrumental*, o *capitalismo industrial* e as *metrópoles*: porque estas formas de pensar e planejar intervenções na cidade são imbuídas também do entendimento de que a organização do espaço urbano precisa ser feita tendo em vista o aumento da eficácia dos processos industriais para a garantia do lucro (como o planejamento da locomoção e da moradia da mão-de-obra de forma a facilitar o acesso à fábrica, por exemplo), com muitas consequências para as novas sociabilidades.

2.3 - Espaço urbano nas primeiras metrópoles industriais

É por isso que Choay (1965, p.01) afirma: "A sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais". Para a autora, apesar da metrópole existir desde a antiguidade, poderíamos, pelo contrário, designar o século XX como o século das metrópoles, onde "estas atingem números de população diante dos quais recuou a imaginação dos espíritos mais audaciosos". Para Choay (1965, p.02), o próprio nascimento do neologismo "urbanismo" corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico e por sua pretensão científica.

Dizemos então que o urbanismo nasce com o intuito de resolver um problema que foi colocado bem antes de sua criação, a partir das primeiras décadas do século XIX, quando a Sociedade Industrial começava a tomar consciência de si e a questionar suas realizações. Assim, o estudo das primeiras respostas dada às questões urbanas visa esclarecer as propostas que se seguiram e revelar certas motivações fundamentais da ciência que veio depois. Com este intuito, Choay (1965, p.03) investiga primeiramente pensadores que, durante todo o curso do século XIX, preocuparam-se com o problema da cidade, agrupando o conjunto de suas reflexões e propostas sob o conceito de "pré-urbanismo".

Para entender a mentalidade destes primeiros pensadores precisamos saber que, quando a cidade do século XIX começa a tomar forma própria, ela provoca um movimento novo, de observação e reflexão. Os indivíduos encontram-se diante dela como um fato não familiar, extraordinário, estranho. Assim, o estudo da cidade naquela época assume dois aspectos bem diferentes: o primeiro é descritivo, onde observam-se os fatos isoladamente e

tenta-se ordená-los de modo quantitativo com o intuito até de formular "leis de crescimento". O segundo, cujos pensadores participantes são chamados pela autora de "polemistas", choca-se com a realidade das grandes cidades industriais e realizam uma observação bastante crítica. "Eles sentem a grande cidade como um processo patológico e criam, para designá-la, as metáforas do câncer e do tumor" (CHOAY, 1965, p.05).

Este segundo grupo de estudiosos (os "polemistas") se divide ainda entre aqueles que são inspirados por sentimentos humanitários e aqueles que são pensadores políticos. Os humanitários denunciam, com apoio de fatos e números, o estado de deterioração física e moral em que vivia o proletariado urbano; eram geralmente dirigentes municipais, homens da Igreja, principalmente médicos e higienistas.

De acordo com Choay (1965, p.05), já o outro grupo, constituído por pensadores políticos, se reunia especialmente para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separavam o local de trabalho do de habitação, os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. Assim, a autora nos esclarece que a crítica dos "polemistas" não deve ser entendida de maneira isolada de uma crítica global da própria sociedade industrial, e que as taras urbanas denunciadas aparecem como resultado de taras sociais, econômicas e políticas, porque a polêmica desenvolvida por eles toma seus conceitos do pensamento econômico e filosófico do fim do século XVIII e do XIX.

Em sua visão da cidade contemporânea, Owen, Fourier e Carlyle, que são considerados por Choay (1965, p.05) "pré-urbanistas progressistas", recorrem frequentemente a Rousseau, Adam Smith, e Hegel, assim como a categorias como *industrialismo*, democracia, rivalidades de classe, lucro, exploração do homem pelo homem, e alienação no trabalho. Ou seja, os pensadores "polemistas" ligavam com lucidez os defeitos da cidade industrial ao conjunto das condições econômicas e políticas do momento e, afirmavam que, uma vez que na metrópole industrial predominava a "desordem", era necessário que uma ordem normativa fosse estabelecida.

Dito isto, podemos ver surgirem o que Choay (1925, p.07) chama de "dois tipos de projeções espaciais" ou "imagens da cidade futura", que aplicados ao contexto do pré-urbanismo, são entendidos como "modelos". O modelo progressista é definido a partir de obras bem diferentes, como as de Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon, que têm

em comum uma mesma concepção do homem e da razão. Para eles, a cidade industrial "desordenada" é o lugar do escândalo do indivíduo "alienado". O objetivo, portanto, é o homem consumado, que deriva de uma "concepção do indivíduo humano como *tipo*, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis" (CHOAY, 1965, p.08). Em consonância com os princípios esclarecedores da Modernidade, este modelo crê que o racionalismo, a ciência, e as técnicas devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Para Choay (1965, p.08):

Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela ideia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de progressista o modelo que inspiram (CHOAY, 1965, p.08).

Para os progressistas, a análise racional para o ordenamento permitiria a criação de uma "ordem-tipo" aplicável a qualquer agrupamento humano, em qualquer época, em qualquer lugar. Esta modelização reúne assim uma série de características: 1) o espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes, que estão em função da higiene; 2) Em segundo lugar, o espaço urbano é traçado conforme uma análise das "funções humanas" na cidade industrial. Uma classificação *rigorosa* instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer; 3) A funcionalidade deve impressionar e satisfazer os olhos. Assim, na cidade progressista, lógica e beleza coincidem.

Na interpretação de Choay (1965, p. 09), em certos casos, a ordem específica da cidade progressista é expressa com uma precisão de detalhes e uma rigidez que eliminam a possibilidade de variantes ou de adaptações a partir de um mesmo modelo. Sobre isto, afirma:

Tal é, por exemplo, o caso dos desenhos nos quais Fourier representa a cidade ideal com seus quatro anéis concêntricos, "cada um distante do outro mil toesas", suas vias de circulação minuciosamente calibradas, suas casas, cujo alinhamento, gabarito e até tipo de muro estão de uma vez por todas calculados (CHOAY, 1965, p. 09).

De acordo com Choay (1965, p.10), as características do modelo progressista excluem a atmosfera propriamente urbana, uma vez que o conceito clássico da cidade dele desagrega-se quando este estimula o conceito de "cidade-campo". Assim, podemos afirmar que, apesar da disposição de liberar a existência urbana cotidiana de certos problemas da grande cidade industrial, as diferentes formas do modelo progressista apresentam-se como sistemas limitadores e repressivos. A limitação exerce-se, num primeiro nível, pela rigidez

de um quadro espacial predeterminado; Fourier, por exemplo, regulamenta até os embelezamentos da cidade, esses "ornamentos forçados" que, sob a égide dos "comitês de aparato", vão enfeitar os diferentes anéis concêntricos, em oposição à "anarquia".

Num segundo nível, a ordem espacial prova que deve ser assegurada por uma limitação mais propriamente política. Esta ordem ora toma a forma do paternalismo, ora a forma do socialismo de Estado; às vezes, enfim, como em Fourier com seu "falanstério"³, é um sistema de valores comunitários, assépticos e repressivos, que se esconde por trás de fórmulas amáveis, pelas quais se quer opor ao "tecnocratismo despótico dos sansimonistas" a defesa do consumidor e a preocupação para com ele. Ideologicamente, o autoritarismo político de fato, que se pretende "democrático" em todas essas propostas, está ligado ao objetivo comum, mais ou menos bem assumido, do rendimento máximo em nome do progresso (CHOAY, 1965, p.11).

A partir da contribuição de Choay (1965) podemos entender que, no século XIX, diante do turbilhão de transformações trazidas pela nova vida urbana, a busca pela saída dos problemas esteve diretamente relacionada com a forma *moderna* de racionalizar os espaços tendo em vista um suposto ideal de "progresso para a felicidade". Neste contexto, o sentido do ordenamento relacionava-se hegemonicamente à eficácia dos processos capitalistas, com a implantação de melhorias que, a par de quaisquer considerações humanitárias, eram consideradas fundamentais para aplacar as primeiras dificuldades dos industriais com o cotidiano da mão-de-obra (transporte, moradia, etc.) e com a produção de excedentes.

De acordo com Harvey (2013, p.38), o planejamento urbano como um instrumento de Estado nasce precisamente vinculado à necessidade de contornar as barreiras que se impunham à efetivação do capitalismo industrial, assim como com finalidade de controle social. Isso porque, para o autor, a urbanização teria desempenhado um papel especialmente ativo, ao lado de fenômenos como os gastos militares, na absorção da produção excedentes que os capitalistas passaram a produzir perpetuamente em sua busca por lucros, da mesma forma que no apaziguamento de revoltas populares durante o século XIX. Aqui, o ano de 1848 torna-se novamente emblemático, visto que este trouxe uma das primeiras crises nítidas, e em escala europeia, de capital não reinvestido e de desemprego -

³ Modelo de habitação coletiva, de oficinas-modelo e de construções rurais. (CHOAY, 1965, p.09)

momento em que a intervenção planejada sobre o espaço urbano foi identificada como uma saída para os problemas de ordem econômica e social.

Quando observamos o caso de Paris no Segundo Império, ainda segundo Harvey (2013, p.38), dizemos que a violenta repressão dos trabalhadores e utopistas burgueses por parte da burguesia republicana, não foi suficiente para resolver a crise. E que o resultado disto foi a ascensão ao poder de Luís Napoleão Bonaparte III, que arquitetou um golpe de Estado em 1851 e se proclamou imperador. Então, para sobreviver politicamente, ele recorreu à repressão generalizada dos movimentos políticos alternativos. Já a sua maneira de lidar com a situação econômica foi implantar um vasto programa de investimentos em infraestrutura, tanto no país como no exterior. Isso significou a construção de ferrovias em toda a Europa, chegando até o Oriente, bem como apoio para grandes obras como o canal de Suez (HARVEY, 2013, p.39).

No âmbito interno, veio a consolidação da rede ferroviária, a construção de portos grandes e pequenos, a drenagem de pântanos. E, acima de tudo, a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris. Em 1853, Napoleão III chamou Georges-Eugène Haussmann para cuidar das obras públicas da cidade. Haussmann entendeu claramente que sua missão era ajudar a resolver o problema do capital e do desemprego por meio da urbanização. Sobre isso, Harvey (2013, p.39) afirma: "Reconstruir Paris absorveu enormes volumes de dinheiro e mão-de-obra pelos padrões da época, e, juntamente com a supressão das aspirações dos trabalhadores parisienses, foi um veículo primordial para a estabilização social".

Ainda de acordo com o autor, Haussmann adotou ideias dos planos que os seguidores dos socialistas utópicos Fourier e Saint-Simon haviam debatido na década de 1840 para remodelar Paris, mas com uma grande diferença: ele transformou a escala em que o processo urbano foi imaginado. A respeito disto, Harvey (2013, p.39) conta: "Quando o arquiteto Jacques Ignace Hittorff mostrou a Haussmann seus planos para uma nova avenida, Haussmann os atirou de volta dizendo: "Não é bastante larga (...). O senhor que 40 metros de largura, e eu quero 120". Em seu furor urbanístico, ele anexou os subúrbios e transformou bairros inteiros, como Les Halles". Segundo Harvey (2013, p.39), o planejador ainda mandou traçar linhas retilíneas pela cidade, derrubando velhos prédios históricos que remontavam à Idade Média e tempos posteriores; bairros inteiros foram derrubados para ganhar espaço, pagando-se altos preços de indenização. Por isso mesmo,

Haussmann foi acusado de corrupção e enriquecimento ilícito por Jules Frerrys (1867) em *Les comptes fantastiques de Haussmann* (*As contas fantásticas de Haussman*), num jogo de palavras que alude ao escritor alemão Hoffmann, cujas obras tinham sido traduzidas para o francês como o título de *Contos fantásticos de Hoffmann* (FREITAG, 2012, p.58).

Entre suas ideias, figurava também o modelo de uma cidade de "circulação", sem obstáculos - em específico *as barricadas*. Assim, Haussmann assimilou essas ideias e realizou o projeto político e urbanístico de seu imperador. Ainda de acordo com a autora:

Começou combatendo os movimentos revolucionários com um amplo sistema de canais subterrâneos de água e esgoto, mencionados por Victor Hugo em *Os miseráveis*. Esses canais, por onde Jean Valjean e Marius fogem de Javert, o policial implacável, podem ser visitados até hoje (FREITAG, 2012, p.57).

As tropas que combatiam os construtores de barricadas conseguiam, graças a esses sistemas subterrâneos planejados por Haussmann, movimentar-se de forma ágil pela cidade, emergir por um dos grandes bueiros e combater manifestações de rua de frente ou pela retaguarda. Portanto, as reformas tinham também razões claramente políticas: apaziguar Paris, combatendo os revoltosos e glorificando o novo imperador. Segundo Freitag (2012, p.57), falou-se na época das reformas de Haussmann em "embelezamento estratégico", mas as obras também pretendiam realizar o "projeto urbanístico"⁴ do imperador, ou seja, concretizar obras de infraestrutura de base (esgoto, água, gás, luz), facilitando a locomoção pela cidade, sua higienização, seu arejamento, e sua *modernização*. Paris tornou-se a Cidade Luz, o grande centro do consumo, turismo e prazer; os cafés as lojas de departamento, a indústria da moda, as grandes exposições - tudo isso modificou a vida urbana de modo que ela pudesse absorver o dinheiro e as mercadorias, por meio do consumismo (HARVEY, 2013, p.39).

Mas, as transformações realizadas por Haussmann levaram Walter Benjamin (D'ANGELO, 2006, p.242) a dizer que nessa época Paris se torna "uma cidade estranha para os próprios parisienses". Até a metade do século XIX, cada região de Paris era como um pequeno mundo e não havia uma comunicação regular entre essas regiões. A diferenciação entre bairros ricos e pobres levou à expansão da periferia da cidade, assim como a separação entre a residência e o local de trabalho se tornou necessária a criação de

⁴ Uma vez que, como vimos, o urbanismo ainda não existia como ciência, Haussmann não pode ser caracterizado como urbanista ou planejador, posto que esta especialização profissional é incompatível com a época.

uma rede de transporte capaz de garantir a circulação regular entre uma zona da cidade e outra (D'ANGELO, 2006, p.243).

No Brasil do século XIX, de acordo com Rago (2014, p.214), a preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador urbano partiu dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças. Eles alarmavam-se com os surtos epidêmicos que dos bairros pobres se alastravam pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos; com a ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas; e com a exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração *perniciosa* da população pobre em cubículos estreitos (RAGO, 2014, p.214).

Estas estratégias sanitárias se constituem no momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil e pretendem realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, a partir dali, tornou-se sistemática. Desde o final do século XIX, São Paulo e o Rio de Janeiro passaram por uma série de transformações urbanas, com a abertura de avenidas e alamedas, com a construção de chafarizes e demais serviços públicos, com o calçamento de ruas, instalação de iluminação a gás, criação de novos bairros, que passam a ostentar casarões suntuosos. Já na década de 1910, em São Paulo, é construído o Teatro Municipal, alargaram-se as ruas do centro, discutiu-se ajardinamentos, abriram-se parques e praças com a colaboração de engenheiros e arquitetos estrangeiros (RAGO, 2014, p.215).

No Rio, as campanhas de saneamento, a demolição de antigos quarteirões, a abertura de novas avenidas, como a avenida Central, e os serviço de melhoramento do porto foram desenvolvidos durante a gestão do engenheiro Pereira Passos, assessorado pelo médico Oswaldo Cruz. Ainda de acordo com Rago (2014, p.215), como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço de felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. Mas também a partir da intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.

A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final de século XIX, no Brasil, é a construção das *vilas operárias* pelos

poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se, assim, a luta sistemática contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das habitações higiênicas e baratas se tornará um negócio lucrativo tanto para os industriais, quanto para as companhias de saneamento. Isso porque, ao prometer a construção das vilas operárias como resposta para o problema da saúde da população pobre da cidade, os higienistas abrem caminho para a realização da utopia burguesa da fabricação da classe trabalhadora desejada, combinando imperativos econômicos e políticos.

Por isso, podemos concluir que, quando posta em relação à metrópole industrial, a racionalidade instrumental submerge, naquele período da Modernidade, na mentalidade dos pré-urbanistas progressistas, a serviço das necessidades do capitalismo industrial; homens de seu tempo, os pensadores buscavam saídas para os problemas urbanos com a finalidade de facilitar e/ou garantir que a metrópole servisse à sua função imaginada: abrigar e reunir a mão-de-obra que trabalhava nas fábricas, e higienizar os espaços para organizar o aglomerado de trabalhadores, posteriormente transformados em consumidores, imprescindíveis para que o excedente da produção fosse escoado de forma satisfatória.

2.4 - A emergência do capitalismo globalizado

Então, partimos em busca de um entendimento de como as categorias estudadas neste capítulo se renovam na atualidade, primeiro dizendo que, com relação ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no século XX, as duas estiveram ainda mais estreitamente ligadas à tentativa de realizar metas econômicas ou outros objetivos nacionais - foi o século da invenção de bombas de destruição em massa, da construção de poderosas armas, do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, onde ocorreram duas guerras mundiais imperialistas e um processo revolucionário na Rússia. É o período que Hobsbawn (1995, p.29) define como a Era da catástrofe.

De acordo com Outhwait & Bottomore (1996, p.667), a incansável busca pela racionalização iniciada com a Modernidade "em parte alguma foi mais evidente do que na burocratização da pesquisa": o reconhecimento de que a tecnologia e a ciência podiam ser usadas para a produção de armas forneceu um estímulo à chamada Revolução Técnico-Científica do século XX e, em considerável medida, orientou seu curso subsequente. Ou seja, a crença de que a ciência e a tecnologia podiam elevar consideravelmente o bem-estar

das nações, definido em termos materiais e medido com indicadores econômicos, serviu de estímulo adicional para a transformação e o *desenvolvimento acelerado* de ambas.

Assim, quer os problemas tenham sido indicados por grandes empresas capitalistas ou pelo Estado, ou escolhidos por sua pertinência para os interesses do momento, disciplinares ou sociais, a ciência e a tecnologia têm se mostrado, desde então, no seu todo, notavelmente capacitados a oferecer soluções aceitas pela grande maioria, justamente por seu caráter racional-funcionalista (OUTHWAIT & BOTTOMORE, 1996, p.688).

Como vimos, a Revolução Científica dos séculos XVI e XVII foi uma revolução principalmente cognitiva. Transformaram-se os modos de pensar sobre a natureza, os tipos de perguntas formuladas e os métodos de buscar respostas válidas. Antes dos cientistas daquele período, a escolástica prevalecia - com seu culto ao pensamento clássico antigo e seu desdém pelo trabalho empírico. Com as transformações nos modos de pensar, veio a formulação de teorias, idealmente expressas em termos matemáticos, testáveis por observações, obtidas, onde possível, a partir de experimentos. No século XIX, a racionalização já estava aplicada, a serviço das intervenções no espaço urbano das metrópoles, de acordo com os interesses do capitalistas industriais, por exemplo.

Com o avançar da Modernidade, no século XX, as aproximações entre a ciência, a tecnologia e o sistema econômico em seus moldes modernos se aprofundam, e os métodos de contabilidade que tornaram possível a empresa capitalista foram ampliados e aplicados inicialmente à tecnologia e depois à ciência. Conceitos que antes se pensava pertencerem ao mundo dos negócios passaram a figurar com destaque na administração (agora gerência) destas áreas. Além disso, em muitas sociedades, a "relevância" tornou-se um critério de alguma importância na avaliação da ciência: especialmente a relevância para a prosperidade econômica dos que contribuem para o financiamento de pesquisas através de seus impostos, cujo grau de satisfação pode determinar o destino dos governos em sociedades democráticas (OUTHWAIT & BOTTOMORE, 1996, p.689).

Assim, podemos afirmar que a ciência e a tecnologia estão cada vez mais solidamente submetidas à maquinaria de produção do capitalismo atual. Isso porque a Revolução Técnico-Científica que se desencadeou a partir da segunda guerra mundial caracterizou-se pela conversão da pesquisa numa atividade sistemática no interior das empresas, ou a elas associada direta ou indiretamente. Esta mudança na atividade do conhecimento e sua maior associação ao mundo dos negócios deu origem a novos setores

de produção e serviços que passaram a ser ramos de aplicação direta do conhecimento científico: energia nuclear, a petroquímica, a indústria espacial e a informática, por exemplo, foram ramos de atividades econômicas criadas diretamente pelo conhecimento científico no século XX.

Sobre o desenvolvimento de aparatos tecnológicos *racionalizantes* no século XX, nos interessa dizer, em específico, que foi criado um sistema de produtos e processos ligados às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Isto porque este desenvolvimento científico de tecnologias informacionais causou um poderoso impacto no processo de produção de bens e serviços: não somente a produção passou a depender do Conhecimento, mas também este passou a ser programado e planejado, saindo do plano artesanal e pessoal para transformar-se numa atividade de grandes grupos organizados por princípios administrativos. Além disso, as consequências sobre a estrutura sócio-econômica têm sido também decisivas, dando origem a novas relações entre classes e grupos sociais, e entre países e regiões: a vida cotidiana vem sendo totalmente reestruturada pela crescente predominância da mediação dos dispositivos de TIC.

Então, o tempo presente pode ser caracterizado como aquele em que modo de produção capitalista que sucedeu, no Ocidente, ao modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, ele experimentou uma complexa evolução e se, durante cerca de setenta anos, no decurso do século XX, teve a concorrência de experiências de caráter socialista, atualmente não se confronta com nenhum desafio *externo* à sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas), nas quais, por vezes, subordina modos de produção precedentes. Para dizê-lo em poucas palavras, com um importante auxílio do desenvolvimento das TIC, na entrada do século XXI, o modo de produção capitalista é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como sistema planetário (NETTO, 2011, p.105).

Para Santos (2012, p.116), a Revolução Técnico-Científica do século XX é justamente aquilo que cria a tendência da transformação da sociedade industrial em sociedade informacional -, ou seja, cria esta sociedade onde as TIC são a base material para as transformações sociais e econômicas que se seguem. Mas o fato de essa transição ainda não ter se completado inteiramente em nenhum país faz com que vivamos, a um só tempo, "um período e uma crise" (SANTOS, 2012, p.116).

Sobre isso, o autor explica que a evolução comum da história do capitalismo é marcada por determinada dinâmica: pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida.

O período atual, todavia, escaparia a essa característica. Como período e como crise, a época atual se mostraria como coisa nova justamente pelas possibilidades técnicas de conexão. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí denominação de "globalização". Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Santos (2013, p.34) continua, afirmando:

Defrontamo-nos, agora, com uma subdivisão extrema do tempo empírico, cuja documentação tornou-se possível por meio das técnicas contemporâneas. O computador é o instrumento de medida e, ao mesmo tempo, o controlador do uso do tempo. Essa multiplicação do tempo é, na verdade, potencial, porque, de fato, cada ator - pessoa, empresa, instituição, lugar - utiliza diferentemente tais possibilidades e realiza diferentemente a velocidade do mundo. Por outro lado, e graças sobretudo aos progressos das técnicas da informática, os fatores hegemônicos de mudança contagiam os demais, ainda que a presteza e o alcance desse contágio sejam diferentes segundo as empresas, os grupos sociais, as pessoas, os lugares (SANTOS, 2013, p.34).

Para o autor, a tirania do dinheiro e a tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Porque se em fases anteriores as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência, recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica com fins de lucro em *todos os aspectos da vida social*, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países, a ponto do próprio espaço geográfico ser nomeado de "meio técnico-científico" (SANTOS, 2013, p.34).

Então, diante da atualidade entendida como este período em que as TIC possibilitam a globalização da economia, assim como promovem inúmeras renovações nas conformações sociais e políticas modernas, nos interessa saber nesta próxima etapa: como se atualiza o pensamento urbanístico ordenador dos espaços das metrópoles em favor deste capitalismo mundializado? Quais são seus novos instrumentos?

A consideração da existência de um transbordamento da racionalização por vias capitalistas pode explicar como no tempo presente submetemos todos os âmbitos da vida à novas tecnologia, criando conceitos e técnicas como a da *cidade inteligente*, da internet *das coisas*, da *cidade global*, etc., onde o consumo de bens e serviços e a busca da ordem normativa são imperativos. Para isso, ter buscado os fatos históricos nos possibilitou entender como chegamos ao século XXI, momento em que o racionalismo encontra corpo no conjunto das TIC - anexadas ao cotidiano com finalidade de controle das rotinas -, e a própria cidade ganha novas formas e projetos de organização para o ordenamento. É à luz da história destas revoluções (científicas, econômicas e sociais) que podemos agora observar como se renovam as articulações entre a *racionalidade instrumental*, o *capitalismo* e as *metrópoles*, a ponto de termos condições para problematizar suas dinâmicas no tempo presente.

2.5- Influências do capitalismo global nas metrópoles atuais

Na nossa atualidade, o sistema econômico capitalista se caracteriza por ser "financeiro e global". Estas características fazem com que o capitalismo demande um pesado aparato tecnológico, assim como mão-de-obra especializada, diversos serviços sofisticados, e principalmente de discursos legitimadores para operar. Neste contexto, as grandes metrópoles contemporâneas são os lugares que concentram esse conjunto de condições, e que acabam por modificar suas formas e funções em favor de um modelo de gestão onde predominam as parcerias público-privadas. É o chamado "empreendedorismo urbano". Quanto a esta transformação, segundo Diaz (2007, p.03), podemos dizer que é composta por dois processos: o de "reorganização" e o de "reimaginação", que juntos transformam a metrópole em *objeto* de lucro extraordinário - tanto através dos estratosféricos valores do solo urbano, quanto através da privatização de seus espaços públicos.

Ou seja, assim como renovam-se os aspectos políticos e as características do sistema econômico capitalista, atualizam-se seus modos de utilização da grande cidade em seu projeto de sociedade. Uma vez que um país tenha passado por processos de industrialização e conquistado a prevalência de uma população urbana durante os séculos XIX e XX, na atualidade, a integração da sua economia ao mercado globalizado tenderá a transformar também aspectos da produção de suas metrópoles. Neste contexto, a *reorganização* da metrópole corresponde ao deslocamento do lucro baseado em capital

industrial para a transformação do espaço urbano em (predominantemente) *produto imobiliário*. Isto ocorre com o apoio de políticas internas de investimentos e também por conta da instalação de infraestrutura importante para o capital internacional em lugares estratégicos das cidades. A *reimaginação*, ou a promoção da grande cidade como destino turístico mundial e lugar atrativo para grandes eventos internacionais (*produto turístico*), refere-se à associação simbólica de novos discursos e paisagens ao imaginário da cidade. Como consequência, na nossa atualidade, o valor do solo urbano vem aumentando drasticamente, criando novas lógicas desiguais para a moradia e para o acesso aos espaços públicos (DIAZ, 2007, p.04).

No Brasil, de acordo com Maricato (2015), os problemas enfrentados nas grandes metrópoles caracterizam uma "crise urbana", que encontra fundamento no modo como a política interna foi conduzida para fomentar três tipos de capitais - capital imobiliário, capital de construção pesada e indústria automotora. Os resultados foram: 1) a mobilidade nas cidades tornou-se um dos maiores problemas sociais e urbanos, pela centralidade do automóvel como principal meio; e 2) o *boom* imobiliário, que promoveu um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária que promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada hoje a "mais alta do mundo" (MARICATO, 2015, p.39).

Ainda segundo Maricato (2015, p.37), com os megaeventos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 (no Rio de Janeiro), vemos uma radicalização da febre que acompanha o atual *boom* imobiliário. Seguindo a trajetória dos países que sediam esses grandes eventos, a "máquina do crescimento" (uma articulação de entidades nacionais, internacionais, governos e capitais) é posta a funcionar buscando legitimar, com o urbanismo do espetáculo, gastos pouco explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas da saúde, da educação, do saneamentos e dos transportes coletivos (MARICATO, 2015, p.37).

Por sua vez, a atração desses megaeventos esportivos e dos grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDU) que deles derivam de alguma forma, busca se basear justamente na afirmação de uma "crise urbana" para efetivar seu modelo neoliberal de gestão de cidades. Segundo estes discursos, a saída para a "decadência" das metrópoles seria justamente o empreendedorismo urbano, ou seja, a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, através da produção de imagens - símbolos - de cidade, no contexto de grandes projetos urbanísticos espetaculares, muitas vezes, associados à

modernidade, à cultura, à identidade e à preservação do patrimônio histórico-arquitetônico (NASCIMENTO, 2014, p.38).

Disto, vemos a emergência de uma gestão, ou governança urbana que opera em associação à iniciativa privada via inovações políticas, administrativas, financeiras e espaciais. Estes representam ícones ligados tanto à produção de novos espaços na cidade contemporânea, ou novas formas espaciais ligadas ao consumo, entretenimento e habitação, como também refuncionalização ou requalificação de outros espaços tidos como degradados ou "mal utilizados". Consequência disto, é a (re) produção de um espaço urbano cada vez mais homogeneizado, fragmentado e hierarquizado nas cidades (NASCIMENTO, 2014, p.39).

Então, entendendo que as cidades passam a ser administradas pela gestão pública como "marcas" (DIAZ, 2007, p.04), seguindo a mesma lógica da comercialização de qualquer outro produto, o processo de venda da cidade se utiliza de estratégias de *marketing* capazes de fazê-la atrativa aos olhos dos potenciais consumidores. A cidade, vendida como mercadoria para o turismo, não se mostra tal como é; dela se selecionam os aspectos com maior capacidade de sedução para sua venda externa e a ela se associam ideias de forte impacto, por meio da criação de uma marca (*brand*, em inglês) que solidifique sua imagem no mercado, mais importante que o produto em si. De acordo com Muñoz (2008, p.164), a *brandificación* da cidade refere-se a:

[...] un proceso por el cual los valores y atributos de las marcas habrían ido pasando del anuncio en soportes diversos a su materialización en entornos físicos y espacios urbanos concretos; hasta el punto de configurar un espacio físicamente discontinuo que cruza territorios, estados y continentes [...]. O resultado inevitável desse processo é [...] la conversión de la propia ciudad en una marca (MUÑOZ, 2008, p.164).

E, como todo *produto* necessita de um discurso publicitário que o legitime, a ideia de *cidade global* aparece no contexto de uma suposta *sociedade em rede* que conecta a todos numa *aldeia global*, onde a *cibercultura* promove um acelerado desenvolvimento de novos estilos de vida e dispositivos, embasando a corrida pela "inovação". Isso porque, a partir da década de 1990, insurge um grande otimismo com o conceito de *cidades globais*: dizia-se que as metrópoles deveriam se modernizar, se preparar para a globalização e para os grandes eventos esportivos internacionais. Afinal, com a emergência de uma *cibercultura*, da qual todos nós devemos participar caso não queiramos "ficar de fora", nada seria mais justificável que as cidades precisassem ser preparadas para essa nova "Era tecnológica".

Foi nessa época que muitas administrações públicas ao redor do mundo começaram a investir em infraestruturas de modernização que remetem a uma cidade globalizada: centros de convenção, edifícios *inteligentes*, e infraestrutura moderna, feita sob medida para atrair investimentos. Tudo em uma lógica de que as cidades são concorrentes umas das outras - onde, mediante o estabelecimento de uma hierarquia da cidade "mais global", concorreriam pela atração de eventos mundialmente relevantes e por investimentos de grandes empresas internacionais (SASSEN, 2005, p. 28). No Brasil, os processos de *reorganização* e de *reimaginação* se articulam com o intuito de colocar as "metrópoles à venda" utilizando-se bastante do ideal de *idades globais* como "mote". Segundo Carlos (2010, p.31), as consequências sociais derivadas deste quadro geral demonstram um agravamento da lógica da metrópole que se constrói sinalizando a importância do espaço enquanto *valor de troca*, não submetido a outros processos de valorização, tornando o espaço da realização da vida cotidiana um espaço improdutivo.

Um dos principais processos de reestruturação e transformação globais e locais que vêm mudando o significado das cidades contemporâneas é a *gentrification* - em português, "enobrecimento" - que diz respeito às mudanças nas paisagens da metrópole contemporânea que acabam na expulsão da população empobrecida das áreas valorizadas. A questão da moradia, portanto, é uma das consequências desse modelo de gestão voltado para o "empreendedorismo urbano".

Sobre o conceito de *gentrification*, de maneira geral, dizemos que é um processo onde alguns espaços construídos da cidade, geralmente os centrais ocupados pela classe trabalhadora, vêm mudando radicalmente sua fisionomia e seu significado. Os velhos imóveis degradados e os antigos tecidos urbanos são reabilitados e renovados, o novo espaço torna-se lugar de assentamento de uma certa classe média - que substitui aqueles que até então haviam ocupado o bairro degradado, e um conjunto de novas atividades econômicas coloniza os espaços obsoletos ou fora de uso (RIGOL, 2010, p.99).

Ou seja, "enobrecimento" é o nome que se dá à expulsão de moradores pobres de determinada região por meio de um conjunto de medidas socioeconômicas e urbanísticas marcado pela "hipervalorização" de imóveis e encarecimento de custos. É onde reforça-se a dependência de ineficientes transportes de massa, amplia-se a desigualdade e cria-se uma cidade que só funciona para os que podem pagar, promovendo o que Santos (2011, p.116) já alertava: a transformação do cidadão em "consumidor mais-que-perfeito".

Porque, segundo Santos (2011, pp.118-119), o consumidor não é o cidadão. O cidadão é multidimensional e cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo dotada de nova sensibilidade. Por outro lado, o consumidor alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas. Consequência da transformação dos cidadãos em consumidores mais-que-perfeitos pela cultura do consumo, é que o espaço vivido - deixado ao quase exclusivo jogo do mercado -, consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um *espaço sem cidadãos*.

Exemplo disto é o que vem acontecendo no Rio de Janeiro, onde, a partir da indicação da cidade como sede de megaeventos esportivos, uma série de histórias de exclusão social ligadas ao "enobrecimento" das áreas vêm sendo apontadas como consequência da especulação imobiliária. Isso porque o poder executivo, em parceria com a iniciativa privada, apostou no projeto de transformação do Rio em *cidade global*, ambição que chegou ao seu ponto mais alto quando esta foi eleita para ser sede da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. A partir daí o projeto de *cidade global* da prefeitura do Rio passou a movimentar um grande volume de recursos internacionais, que tem se somado ao lucro obtido através da venda de uma mercadoria difusa, mas poderosa: a ilusão do renascimento urbano por meio dos eventos esportivos.

Segundo Rubio (2005), neste modelo profissional de gestão ocorre a intensa participação do capital privado internacional — gerando conflitos entre as demandas internas e externas, resultando, invariavelmente, na priorização dos últimos em detrimento dos primeiros; além do agravamento na polarização social e segregação urbana; da proliferação de instalações e equipamentos orientados para o uso de um público elitizado e efêmero; do uso do *marketing* como ferramenta de (re)construção da imagem da cidade e estabelecimento do “consenso social”, apenas para citar alguns.

Prova das catástrofes sociais que este modelo de gestão promove são os resultados encontrados no *Relatório Parcial Rio de Janeiro - Abril de 2012*, desenvolvido e publicado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que divulgou os resultados parciais do seu projeto *Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas*

2016. Através deste documento, os pesquisadores tornaram públicas suas primeiras impressões acerca das transformações na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A justificativa para o desenvolvimento dos estudos esteve na pouca ou nenhuma contestação social dos "benefícios" destes projetos. Porque desde o momento em que foi anunciada a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016, a grande imprensa, políticos e diversos "analistas" passaram a ressaltar as oportunidades da ampliação dos investimentos nas doze cidades selecionadas para receber esses eventos, destacando principalmente a possibilidade de se sanar seus problemas, como o da mobilidade urbana e a recuperação de espaços degradados para a habitação, comércio e turismo.

Mas, desde lá, o início das obras preparatórias para a realização dos megaeventos já levantavam diversas questões relativas aos impactos das intervenções urbanas sobre a cidade do Rio de Janeiro, com destaque para os riscos de violação do direito humano à moradia, envolvendo diversos processos de remoção. Estimava-se gastar cerca de 1 bilhão de reais com desapropriações, apenas para a implantação dos BRTs (UFRJ, 2012, p.07). Os investimentos públicos realizados neste tipo de transporte privilegiaram as áreas desapropriadas, multiplicando as oportunidades de investimento e retorno financeiro na produção habitacional para classe média e alta na produção de imóveis comerciais. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos conjuntos habitacionais construídos pelo Governo Federal - destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos -, não esteve localizada em áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade. Não por coincidência, era grande o contingente de famílias de baixa renda que estava sendo removida ou estava ameaçada de remoção das áreas beneficiadas com investimentos e transferidas para as mesmas áreas periféricas caracterizando uma política de reorganização do lugar dos pobres na cidade.

Além disso, foi constatado que aquelas áreas periféricas apresentavam baixa cobertura dos serviços públicos e de infraestrutura urbana. Sobre isso, o texto do relatório afirma:

Cabe destacar que em alguns casos, a ausência ou precarização dos serviços públicos será provocada pelo recebimento de um contingente enorme de pessoas sem a correspondente ampliação dos serviços. O caso da educação é exemplar, tendo em vista que o município tinha universalizado o acesso à educação e agora se observa ausência de vagas ou queda da qualidade de ensino provocada pela ampliação do número de alunos por sala de aula (UFRJ, 2012, p.07).

Com base no documento da Relatoria pelo Direito Humano à Cidade, o Relatório (2012, p.08) sistematizou os casos das comunidades que já haviam sido removidas ou estavam ameaçadas de remoção. Ao todo, 1.860 famílias já haviam sido removidas, enquanto 5.323 encontravam-se ameaçadas, somando um total de 7.185 famílias de baixa renda atingidas pelas obras dos megaeventos (UFRJ, 2012, p.14).

Sobre isso, podemos concluir previamente que a abertura do espaço urbano à interferência dos capitais estrangeiros nas principais metrópoles brasileiras da nossa atualidade vem acontecendo através do modelo de gestão que tem a *cidade global* como ideal e como meta. Quando coloca em articulação fatores locais e globais, sua principal consequência tem sido a reorganização do lugar dos pobres nas cidades: as áreas consideradas estratégicas ao projeto hegemônico são valorizadas, tornando-se inacessíveis à classe trabalhadora - que é quem produz a riqueza da cidade. Ou seja, os pobres passam a acessar as áreas principais apenas para trabalhar e servir nas casas e nas empresas dos ricos, o que precariza, inclusive, seu usufruto de serviços públicos importantes, como saúde e educação.

Outra consequência do modelo de gestão voltado para o empreendedorismo urbano, é a modificação das paisagens (ou *skylines*) das metrópoles atuais. Neste processo de *reimaginação*, a dinâmica que acompanha os megaeventos esportivos ou culturais articula, de modo geral, os arquitetos do *star system*; legisladores que acertam um conjunto de regras de exceção para satisfazer as exigências das entidades internacionais; governos de diversos níveis, que investem em obras buscando maior visibilidade e o retorno financeiro e político sob a forma de apoio à futura campanha eleitoral; e empresas privadas locais e internacionais (MARICATO, 2015, pp.41-42).

De acordo com Diaz (2007, p.08), neste momento passa-se a produzir uma mudança na intensidade e na localização das intervenções nas cidades dirigindo os esforços para os processos de remodelação, recuperação e reabilitação das paisagens. Da mesma maneira, se manifesta-se uma mudança nos princípios que dirigiam a criação da cidade, convertendo-se de um fenômeno generalizado, característico dos anos 80, à busca e realização da "beleza da cidade", assim como a satisfação de vários gostos e modas. Ainda segundo o autor, a arquitetura passa a recorrer ao desenho urbano como exercício de diferenciação, convertendo as novas representações em objetos com profundas implicações ideológicas, na medida em que também passa a originar formas arquitetônicas que ocultam

os desejos e representam as ambições dos grupos de poder. Seu poder simbólico se acentua com a tendência generalizada de criar grandes operações emblemáticas que gerem novos ícones e exaltem a "nova cidade".

Portanto, a paisagem se converte em expressão e consequência das intenções, por "reimaginar" e orientar o consumo da cidade. Mas este renovado caráter simbólico da paisagem funciona não só como parte da promoção das imagens das cidades como também manipulando as relações com a identidade local. Com isso, se incorpora a ideia de que a construção da imagem não só tem fins relacionados com a publicidade e a orientação para o consumo externo, senão também se comporta como uma efetiva ferramenta de controle social convencendo da benevolência das novas políticas urbanas no processo de transformação da cidade. Para Harvey (2007, p.69), trata-se da arquitetura pós-moderna, que desenvolve um conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, onde deseja ser sensível somente às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional.

Ainda segundo Harvey (2007, p.70), verifica-se, sobretudo, que os pós-modernistas se afastam de modo radical das concepções modernistas sobre como considerar o espaço. Porque enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser montado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de determinado projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm a ver com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza "desinteressada" como fim em si mesma. Ou seja, o zoneamento do planejador moderno tem muita probabilidade de ser substituído por um zoneamento de mercado baseado na capacidade de pagar; por uma alocação de terra a usos baseados antes nos princípios do aluguel de terra do que nos princípios do planejamento urbano original.

Para Arantes (2012, p.53), a exemplo do que acontecia na cidade moderna (e sua relação com o capital industrial e o trabalho assalariado), na arquitetura contemporânea, a aliança com os setores dominantes se dá novamente: com o próprio capital rentista e em particular com a indústria do entretenimento e a venda de experiências, serviços e relacionamentos. Tal relação é a responsável pelo o que o autor chama de "arquitetura das

marcas". Isso porque, ainda segundo Arantes (2012, p.55), na verdade, associação histórica da arquitetura sempre foi com os donos do poder e do dinheiro, sobretudo com a propriedade privada, da terra e do capital, mas:

A arquitetura rentista abdica de certos conteúdos em benefício de usos improdutivos, próprios à esfera da circulação e do consumo (*shoppings centers*, aeroportos, hotéis, spas, estádios, museus, lojas de grife, salas de concerto, parques temáticos, etc.). Seu desejo não é mais de seriação e massificação, mas de diferenciação e exclusividade (...) a nova arquitetura encontrará na esfera da produção, afinidades eletivas com a acumulação pós-fordista, dita flexível (ARANTES, 2012, p.54).

Segundo Gaffney (2013, p.08), como um processo de recodificação do espaço (de suas formas e paisagens), a *gentrification* é condicionada por um mundo simbólico altamente carregado. Porque também conhecemos este processo quando vemos tipologias de arquitetura, configurações do espaço público e mudanças no design residencial acompanhadas de novos cafés e espaços voltados para o consumo. Para o autor, estes padrões sócio-espaciais em mudança podem ser entendidos como uma característica do neocolonialismo: uma adequação espacial necessária para estimular os fluxos globais do capital, uma "limpeza" no espaço urbano realizada para colocar a cidade no mercado visando alcançar uma audiência global.

Ainda de acordo com o autor, em cidades "emergentes" do Sul Global a *gentrification* é também sustentada por mudanças físicas através de "boas práticas internacionais" em conjunto com corporações nacionais, multinacionais e seus parceiros governamentais. Sobre isso, afirma:

O resultado é a homogeneização de paisagens comerciais e residenciais ao redor do mundo. As docas de Edimburgo parecem com as Docas de Dublin, que parecem com as Docas de Puerto Madero em Buenos Aires, que parecem com a paisagem da orla residencial de Barcelona. Esse processo cria familiaridades psicoespaciais para um estreito grupo que compartilha estilos de vida e gostos (GAFFNEY, 2013, p.09).

Assim, podemos dizer que a globalização também relaciona-se especialmente com a transformação das paisagens da cidade, em uma adequação à aparência de *ciudades globais* - uma das manifestações referentes à reabilitação do patrimônio urbano para a geração de uma imagem de marca para a valorização turística da cidade no mercado internacional; e que isso se manifesta em uma grande multiplicação de políticas e renovação e reabilitação dos bairros centrais. E a eclosão do movimento cultural que se autodenominou pós-moderno deu base teórica a muitas dessas políticas de reabilitação, introduzindo modelos de novo ecletismo artístico e temporal e criando a possibilidade de

escolherem vários cenários diferentes por parte dos cidadãos e dos administradores da cidade.

No espaço urbano, a estratégia da cidade-marca se reflete no uso da arquitetura e do desenho urbano como exercício de diferenciação (Diaz, 2007, p.09). A criação de ícones na paisagem converte-se em prática de exaltação da nova imagem urbana, com frequência associada às ideias de "cultura" e "modernidade", a exemplo da construção do Museu Guggenheim em Bilbao e a Cidade das Artes e da Ciência, complexo de lazer e cultura em Valência, ambas cidades espanholas.

Figura 1: Museu Guggenheim e a Cidade das Artes e da Ciência, em Bilbao e Valência



Fonte: <http://www.leme.pt/imagens/espanha/>

Nos dois casos, além do estabelecimento dos equipamentos em si como ícones visuais de grande impacto na paisagem urbana (dos quais podem ser tiradas excelentes fotos), sua presença converteu-se em elemento de projeção de tais cidades no panorama mundial, exaltadas pelo mérito de ter em seu território obras assinadas pelas estrelas internacionais da arquitetura contemporâneas: Frank Ghery e Santiago Calatrava, respectivamente. Desta maneira, “[...] *el paisaje se convierte en expresión y consecuencia de los intentos de reimaginar y orientar el consumo de la ciudad*” (DIAZ, 2007, p.09).

Sobre estas estratégias aplicadas à realidade brasileira, Nascimento (2014, p.43) destaca que o patrimônio arquitetônico, como também o imaterial, tornou-se hoje como revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais. E estas políticas públicas são bastante solicitadas em cidades que se propõem a serem destinos turísticos globalizados como Recife (Pernambuco), eleita sub-sede da Copa do Mundo 2014.

Segundo o autor, nas últimas duas décadas houve uma mudança no contexto do planejamento urbano (e gestão urbana) da/na metrópole de Recife - através da (re) produção de territórios do espetáculo que se utilizam da cultura e da informação como meio de promover uma imagem de marca competitiva apoiada no consumo do espaço urbano, produzido, cada vez mais com arquiteturas monumentais, espaços para festivais, pólos culturais e tecnológicos, shoppings e equipamentos culturais (NASCIMENTO, 2014, p.43).

O empreendedorismo urbano como nova forma da gestão pública na capital pernambucana apresenta-se na assunção de um papel dirigente do governo local na promoção do desenvolvimento econômico nas seguintes vias: a inversão direta de recursos na modernização da infraestrutura urbana [Via Mangue]; valorização dos capitais privados [shopping Rio Mar, e consórcio Novo Recife]; a participação crescente do setor privado na gestão dos serviços e equipamentos públicos [PPP da Arena Pernambuco]; e na introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos (NASCIMENTO, 2014, p.44).

O exemplo do grande projeto de desenvolvimento urbano (GPDU) intitulado "Novo Recife" é emblemático das pretensões de transformação da paisagem urbana, com sérias conseqüências para a vida social nos espaços públicos que atinge. Para Nascimento (2014, p.39), a apropriação do espaço urbano na cidade pode ser vista refletida na transformação deste espaço em uma mercadoria valorizada - através da produção de novos espaços e equipamentos públicos com lógica privada para um setor de terciário moderno; e nos ideias de preservação nas políticas públicas de patrimonialização de espaços com características históricas e culturais (segundo seus promotores) relevantes para a sociedade e sua identidade, mas que na verdade são voltadas para o turismo.

Ainda segundo Nascimento (2014, p.39), o projeto Novo Recife tende a dar um "novo conteúdo" à área central da metrópole de Recife o que aqui representa mudanças importantes para a identidade local:

Alvo de polêmicas e de discussões calorosas, pelo menos ao âmbito de alguns representantes da sociedade civil organizada, tecnocratas e seus promotores, esse projeto aparece em um cenário de uma cidade que passa por uma mutação em suas estruturas, formas e funções que representam, respectivamente, um ímpeto e um chamado à mesma de se modernizar e seguir os passos de outras metrópoles mundo afora, que responderam, ao seu tempo, aos chamados do processo de globalização e de ajuste estrutural de suas economias e se metamorfosearam em cidades signos da

Modernidade, ou para alguns, já em uma pretensa pós-modernidade (NASCIMENTO, 2014, p.39)

Sobre seu histórico recente de intervenção sobre o espaço urbano, de acordo com informações da página do Novo Recife na *web* (www.novorecife.com.br/projeto), o consórcio, adquiriu parte da área dos antigos armazéns do Cais José Estelita, na região central do Recife: "uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar". Ainda de acordo com as informações, o projeto inicial visava construir mais de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares (apartamentos de R\$400 mil e R\$1 milhão), além de estacionamentos para cerca de 5 mil veículos. Tudo isso supostamente traria benefícios para o entorno do terreno, promovendo a "renovação urbana" do Cais Estelita, através de atividades de comércio, serviços, cultura e alta gastronomia no pavimento térreo das edificações, ampliando o potencial turístico da região.

Mas, segundo informações do grupo Direitos Urbanos - Recife (www.direitosurbanos.wordpress.com), 2008 foi o ano em que o então prefeito João Paulo (PT) viabilizou o leilão do terreno do Cais José Estelita, o qual foi arrematado por 55 milhões de reais em lance único da construtora Moura Dubeux - dez vezes abaixo do valor da área. Isso significa que a empresa pagou apenas 550 reais pelo metro quadrado do terreno, quando a média do valor estipulado para o mesmo espaço, no projeto Novo Recife, chega a cerca de R\$4 mil por metro quadrado. Desde então, o Ministério Público Federal age judicialmente a fim de dar nulidade ao leilão, por considerá-lo ilegal.

Boa parte dessas grandes obras com a do Cais José Estelita no Recife, após abocanhar um significativo naco dos cofres públicos em sua construção, aos poucos também substituem antigos panoramas por novíssimas formas, e a cidade vai se "adequando" aos "novos tempos". Consequência disto é a criação de espaços privados controlados e inacessíveis a quem não tem poder de consumo. Então, podemos dizer que o capitalismo globalizado exerce suas influências na produção das metrópoles atuais tanto na reorganização do lugar dos pobres, de acordo com os interesses dos capitais turístico e imobiliário, quanto "reimaginando" suas paisagens - com uma transformação arquitetônica voltada para a valorização de imagens de *ciudades globais* em um "mercado mundial de cidades".

Com isso, afirmamos que os objetos arquitetônicos há séculos servem para narrar os momentos mais significativos das civilizações, onde os artefatos podem ser entendidos

como poderosos representantes de costumes e valores. Com os processos atuais, não é diferente. Para Dorfman (2010, p.12), qualquer ação, o mais remotamente aparentada com projetar arquitetura, por mais ignorante que seja aquele que a empreende, vem inevitavelmente saturada de elementos absorvidos, conscientemente ou não, de uma cultura pré-existente. Isto talvez explique o porquê de as paisagens dos centros financeiros e turísticos das grandes cidades atuais darem indícios da presença de uma cultura globalizada e altamente tecnológica. Empiricamente, uma "leitura leiga" das paisagens e usos dos espaços das cidades globais não deixa de suscitar inquietações sobre os modos hegemônicos de viver o urbano, e, conseqüentemente, sobre a globalização e o papel de uma cultura tecnológica na formulação destes modos.

Com isso, estabelecemos o marco teórico que entende que: uma vez que as especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo (colonial-industrial ou global financeiro) nos países centrais ou periféricos, em algum momento da primeira década do século XXI o mundo passou a ser *predominantemente* urbano, e essa crescente concentração de população nas cidades traz novas características para as sociedades e para a humanidade (MARICATO, 2015, p. 17). Sobre isso, Maricato afirma que as cidades na globalização também se tornaram objeto de estudos específicos, já que a reestruturação produtiva tem forte impacto sobre o território, e os ajustes impostos pelo ideário neoliberal enfraqueceram os investimentos em políticas sociais; entre elas figuram políticas urbanas estruturadoras como: transporte, habitação e saneamento (MARICATO, 2015, p.13). Diante disto, as soluções do tipo *cidades inteligentes* passam a constar como ideias para responder os problemas acumulados pelas metrópoles modernas, historicamente.

3. Cidades inteligentes: uma ideia racionalista de espaço urbano

Se um viajante do tempo vindo do século XIX chegasse hoje no centro comercial de alguma grande metrópole brasileira, e parasse alguns minutos para observar as ruas, os prédios, e o que fazem os passantes, não demoraria muito para perceber a importância que as novas tecnologias adquiriram nas nossas dinâmicas cotidianas. A intensa presença das telas e da informação eletrônica e digital chamaria a atenção pela predominância: de fato impressiona a quantidade de dispositivos de telefonia móvel e de *outdoors* luminosos, assim como o funcionamento de portas automáticas, termômetros e relógios urbanos, semáforos "falantes", automóveis com sistema de posicionamento global, etc. Diante de tanto progresso, o viajante poderia ficar ansioso para voltar e contar aos primeiros modernos como a sociedade brasileira conseguiu alcançar suas pretensões de racionalização, em todos os âmbitos da vida. Todavia, bastaria que o viajante precisasse, por exemplo, do serviço de transporte público desta grande cidade para perceber que, mesmo diante de tanto brilho tecnológico, a vida urbana ainda sofre com várias mazelas impostas pela lógica capitalista.

Imaginado isto, para discutir alguns aspectos reais desta situação hipotética, partimos da afirmação de que a Sociedade Informacional, globalizada economicamente, é, cada vez mais, uma sociedade urbanizada nos moldes modernos. E que, justamente por isso, é uma sociedade em que os problemas continuam a aparecer no processo de produção das cidades. Com o intuito de entender quais elementos as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) agregam à mentalidade racionalista na idealização da metrópole contemporânea, observamos que os novos dispositivos e sua imensa capacidade de processamento de dados têm figurado como soluções comuns para algumas questões urbanas, principalmente através da difusão do conceito científico de *cidades inteligentes*, e de sua ampla aceitação pela grande mídia e pelas administrações públicas. Isso porque neste dito "mundo globalizado" tudo parece ser passível de resposta através da "informação", e em várias das mais importantes disciplinas científicas a "informação" aparece como um dos principais conceitos usados para se pensar uma ampla gama de fenômenos.

Um dos inúmeros pontos de partida possíveis para explicar como o potencial de troca de informações se tornou uma das respostas principais para problemas científicos tão diversos é o trabalho do sociólogo espanhol Manuel Castells - *A Era da Informação*

(1999). Após uma extensa pesquisa que inclui impressionante massa de dados sobre a "revolução" das TIC, a economia globalizada, as alterações nos processos de comunicação, etc., Castells publicou três volumes, onde concluiu o novo paradigma da "sociedade em rede". De acordo com sua vasta formulação de ideias, de maneira geral, as redes constituem "a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura" (CASTELLS, 1999, p.497).

Segundo Prado (2001, p.99), as redes, em Castells, são "instrumentos" para um novo mundo conectado, interligado, para a economia desse capitalismo globalizado, para a cultura tendendo à hibridização constante, etc. Aqueles que não estão em rede, que não são flexíveis, os não-adaptados, não poderiam usufruir dos benefícios e prazeres dessas vias e infovias eletrônicas - são os "fora-das-redes" (*netless*). Não há, nas conclusões de Castells, meio caminho entre estar ou não nas redes, pois as redes são instrumentos para a auto-reprodução desse sistema auto-enredante globalizante que aí está (PRADO, 2001, .p.99). Ao mesmo tempo, os discursos que afirmam que vivemos em uma *Aldeia Global*, imersos em uma *Cibercultura* (conceitos de McLuhan e Lévy, respectivamente) promovem o elogio a estilos de vida que têm os dispositivos tecnológicos como centrais. Desta forma, as ideias que contribuem para a renovação da mentalidade racionalista na nossa atualidade anunciam a chegada de uma revolução tecnológica que dificilmente encontra resistências na sociedade, inspirando tanto campanhas publicitárias quantos as pesquisas científicas.

Por sua vez, Santos (2012, p.24) também admite que o atual sistema de técnicas promove transformações sociais fundamentais: por exemplo, que possui um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, a "convergência dos momentos", a simultaneidade das ações e, por conseguinte, admite que este sistema acelera o próprio processo histórico. Sobre isso, o autor afirma:

O que é fundamental sabermos, portanto, é que existe uma relação de causa e efeito entre progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma presença central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia(SANTOS, 2012, p.25).

Então, podemos dizer que, a partir do final do século XX, houve um acelerado e representativo desenvolvimento de novas TIC, responsável por uma série de mudanças e

atualizações nas formas de fazer da política e da cultura, ao mesmo tempo em que a racionalização como mentalidade hegemônica continua se impondo na maioria dos processos. É o caso da dinâmica urbana, onde, diante das dificuldades relativas à vida nas cidades, o uso de novas tecnologias racionalizantes aparece como "fórmula mágica". Trata-se da imaginação de uma cidade em que as "coisas" da estrutura urbana (semáforos, ruas, placas, etc.) e as pessoas (através de seus dispositivos móveis) se interconectam em uma rede global de informações. É a cidade futura perfeita: sincrônica, em harmonia - e agora *hipertecnológica*.

Ou seja, a racionalidade técnica na busca pela superação da imprevisibilidade e da desordem, verificada na mentalidade dos primeiros pensadores das metrópoles modernas, se atualiza: é incrementada por novos "ingredientes" tecnológicos, e por novos discursos, formando um composto com alta capacidade de persuasão. A previsão de aplicação deste conceito de *cidades inteligentes* em projetos urbanos brasileiros, por sua vez, suscita um forte otimismo na comunidade científica nacional - que tem seus conceitos apropriados pelo mercado de *gadgets*⁵ e fomenta muito mais as vendas de dispositivos tecnológicos do que promove uma discussão aprofundada sobre as urgentes questões urbanas.

Neste contexto, o que deixa de se discutir nestas perspectivas otimistas sobre as *cidades inteligentes*, é que o desenvolvimento do pensamento urbano progressista/funcionalista (em favor dos capitais) é, historicamente, responsável por promover e aprofundar as diferenças sociais na produção da metrópole moderna - independente do conjunto tecnológico específico de cada tempo histórico. Por isso, analisando brevemente a questão da mobilidade urbana no país, finalizamos este capítulo afirmando que esta lógica é ainda reforçada por um forte apelo publicitário para a venda de carros, assim como pelas desonerações fiscais que impulsionaram as vendas no período 2001-2014 no Brasil. Para nós, este cenário de crise na mobilidade urbana, que atinge principalmente as classes subalternizadas, é incapaz de ser modificado pela simples aplicação de processadores de dados *hightech* em carros e semáforos urbanos - prerrogativas do conceito de *cidades inteligentes* embasadas pela emergência de uma tecnologia do século XXI chamada *Internet of Things* (IOT).

⁵ Em livre tradução: dispositivos eletrônicos portáteis como PDAs, celulares, *smartphones*, leitores de MP3, entre outros. Conhecidos também como *gizmos*, possuem um forte apelo de inovação em tecnologia, sendo considerados como tendo um design mais avançado ou tendo sido construído de um modo mais eficiente, inteligente e incomum.

3.1. Características da Sociedade da Informação

De acordo com Santos (2012, p.24), na história da humanidade, a atualidade se caracteriza como um tempo histórico em que, pela primeira vez, um único conjunto de técnicas vem sendo capaz de envolver o planeta como um todo, e de fazer sentir, instantaneamente, sua presença. Ainda segundo o autor, esta característica das novas TIC seria a responsável por "contaminar" as formas de existência de outras técnicas mais atrasadas: ou seja, o conjunto técnico característico do nosso tempo, mesmo estando presente em um só ponto de determinado país, por exemplo, tem uma influência marcante sobre o resto do território, o que é bem diferente das situações anteriores. Comentando este e outros aspectos do conjunto técnico atual, Santos afirma:

Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha uma influência direta determinante sobre o resto do território. Agora não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. O princípio da seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas e não hegemônicas; hoje as técnicas não hegemônicas são hegemônicas (2012, p.25).

Sobre o atual conjunto técnico, o jornalista e sociólogo Muniz Sodré (2002, p.29) interpreta o sistema de informação contemporâneo como peça imprescindível ao modo de acumulação do capitalismo em sua fase transnacional. Estaríamos perante a uma fase em que a *informação* e o *mercado* seriam as duas faces visíveis desse sistema econômico, e estariam avançando sobre os modos da vida de cada um de nós. Por isso o autor defende a ideia de que a euforia "tecnomercadológica" que verificamos diante da acelerada emergência de novos dispositivos de TIC faria parte justamente de uma estratégia auto-legitimadora do capitalismo financeiro.

Isso porque, ainda de acordo com Sodré (2002, p.30) a revolução da eletrônica ("mais radical que a revolução do motor") e os meios de comunicação contemporâneos vão além, e mexem com consciências, com hábitos, e com estilos de vida - criando um outro âmbito da existência humana - o *bios* virtual. Trata-se daquilo que Aristóteles chamava de *bios* quando falava de três esferas na polis grega: a do conhecimento, da política, e a esfera dos prazeres. Partindo desta separação, Sodré (2012, p.30) imagina um quarto *bios*: uma esfera existencial feita de informação. Esta teoria do jornalista e sociólogo nos remete ao fato de que caminhamos nas ruas, mas trilhamos existencialmente em informação, e falamos cada vez mais com máquinas, e as máquinas falam cada vez mais entre si - seja o sinal na rua, seja os objetos nômades que usamos para medir pressão, para consultar a hora,

para falar com uns com os outros, etc. E é justamente essa esfera que o autor chama de *bios* virtual: uma ambiência abstrata impulsionada pelo capital e pelo mercado.

Ao explicar o funcionamento desta ambiência, Sodré (2012, p.35) afirma que, dentro desse *bios*, são muitos os modos de discurso desenvolvidos de acordo com os interesses das empresas, e que, por isso, a publicidade é a linguagem corrente: os desejos passam a ser controlados e estimulados pela lógica do mercado. Para o autor, vivemos em uma sociedade onde a pressa e a urgência evidentes são ânsias de satisfazer estes desejos criados, porque não trata-se mais do progresso para a satisfação de necessidades, mas da montagem de uma gama de desejos em cima dessas necessidades (que não tem mais a ver com a satisfação, mas com a substituição de um desejo por outro). Portanto, segundo Sodré (2002, p.40), a publicidade é um mecanismo desse tipo: mecanismo de destilar desejos de consumo, mas ao mesmo tempo controlar e administrar estes desejos. A importância da publicidade é central nesse *bios* virtual, nessa nova forma de vida.

Segundo Moraes (2006, p.11), podemos afirmar que parte apreciável das mudanças nas formas contemporâneas de viver vincula-se à primazia da comunicação na "ambiência tecnocultural", seja pela capacidade das redes infoeletrônicas, satélites e fibras ópticas de interligar povos, países, culturas e economias, procurando unificá-los em torno de uma hipotética vontade geral; seja porque as relações sociais e os processos de produção simbólica estão cada vez mais "mediatizados" - ou seja, sob a égide de mediações e interações baseadas em dispositivos "teleinformacionais". Sobre estes conceitos, o autor explica:

Os quadros de referência envolvem-se com a moral prescritiva da mídia, quase sempre afinada com a ordem do consumo e a estetização espetacularizada da realidade. Tudo parece reforçar as identificações projetivas e a representação total em telas e monitores: a moda, o corpo, a intimidade, o sexo, as competições esportivas, o *design*, a literatura de auto-ajuda, o turismo, a ficção científica, o cinema-catástrofe, a religião, a música tecno, os museus... Essa febre midiática afigura-se como imperativo para a fixação de valores e crenças, bem como para a consolidação da lógica da lucratividade em todos os ramos culturais (2006, p.11).

Para Santos (2013, p.19), no mundo de hoje, comandado pelas TIC como conjunto técnico, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas - sejam elas técnicas, a produção, o consumo, o poder, fato que explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos:

Estamos diante de um novo encantamento do mundo, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo

qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Esse é o trabalho da publicidade (SANTOS, p.39).

Considerado isto, podemos afirmar que a própria "informação", como produto e conteúdo do atual sistema técnico, também transforma-se em desejo (ou discurso publicitário) através das imagens de uma "sociedade em rede": uma sociedade orientada para o futuro (ou futurismo), onde as TIC constam como principais instrumentos de regulação da vida e, "autonomizadas" através de seus dispositivos -, tornam-se fetiche. Isso porque, nessas construções discursivas, não interessa o conteúdo circulante da rede, o que importa é a circulação e o consumo rápidos, gerando enormes lucros. Na teoria da "sociedade em rede", e em suas apropriações mercadológicas, há primazia da morfologia sobre a ação social: a lógica de redes geraria "uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder" (CASTELLS, 1999, p.497).

No entanto, sobre estas afirmações de Castells (1999, p.497) as reflexões que Prado (2001, p.100) nos propõe são de natureza crítica: essa *importância*, a quem serve? *Para quem* o poder dos fluxos é *mais importante* que os fluxos de poder?

A resposta é simples: [serve] para quem dele possa usufruir, a saber, para quem já está com a senha para entrar nas redes dos fluxos de poder, incluindo aí as multinacionais e as elites governantes. As redes dos fluxos de poder, ligadas à OMC, ao Banco Mundial e ao FMI, são obra de décadas de planejamento, investimentos e práticas neoliberais (...) Ao omitir em suas conclusões, o poder das redes de constituição de discursos e práticas neoliberais Castells naturaliza a rede, ignorando o modo de construção do poder dos fluxos, que aliás é mais importante do que os fluxos do poder. Se há poder nos fluxos é porque eles são suportados por discursos e redes que incluem não só tubos condutores de informações, como também malhas de sentidos que incitam a ver com os olhos marejados o grande poder do mercado e das redes (PRADO, 2001, p.100).

Em outras palavras, o atual momento histórico se caracteriza como um período em que as TIC renovam o que era difundido como "progresso universal" no início da Modernidade. O "fim da distância", que pretensamente unirá todos os povos sob as mesmas condições de acesso a bens e serviços, ressurge no interior de uma cultura "telemática"⁶, onde, com o advento da *internet*, passa a ser simbolizado na figura da *hiperconexão* como desejo. É quando a possibilidade de conectar-se à "*internet* rápida" é vendida como pré-requisito para a realização de determinada forma de viver idealizada e que deseja se generalizar: pagar contas *online*, fazer compras *online*, escolher um restaurante *online*, localizar-se na cidade *online* dentro de um automóvel, etc. Através da

⁶ Termo usado como sinônimo de "teleinformática". Indica também metodologias e técnicas de telecomunicação e informática associadas para elaborar e transmitir informação à distância (MIRANDA, 2008, p.87).

invenção de novas necessidades, desenvolve-se as imagens de um estilo de vida *hiperconectado*, onde *smartphones*, *tablets* e seus aplicativos passam a ser entendidos como itens "de primeira necessidade" para o alcance da felicidade de todos.

Por isso a afirmação de que os indivíduos precisam estar interligados em uma rede global, como uma comunidade integrada e unificada, em uma grande aldeia sem fronteiras, vem sendo amplamente difundida pelas propagandas publicitárias e pela grande mídia, desde os primeiros anos do século XXI. De acordo com estes discursos, o feito da "aldeia global" se tornaria ainda mais próximo da realidade se mais pessoas adotassem os dispositivos de TIC e suas ambiências (*smartphones*, serviços de internet a cabo, etc.), aumentando o número de conexões à distância e colocando "fim às barreiras territoriais" - entendidas como limites para a realização de uma "sociedade mundial" harmônica.

Sobre essas afirmações, Santos (2012, p.50) ensina que a família dos imaginários da globalização e das técnicas tem a narrativa da *aldeia global* como fábula. A figura da *aldeia global* como objeto de uma ideologia capitalista contemporânea permitiria imaginar justamente a realização do sonho de um mundo unificado. Afinal, pelas mãos do mercado global, uma infinidade de coisas, relações, dinheiros e gostos se difundem largamente pelos continentes, raças, línguas e religiões, como se as particularidades tecidas ao longo dos séculos da aventura humana houvessem sido todas "esgarçadas". Para o autor:

Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem a serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal (SANTOS, 2012, p.18).

Como possível explicação para a construção dessas imagens, considerando as relações intrínsecas entre a ciência e o mercado financeiro na Modernidade, se por um lado estes discursos mercadológicos mediados à exaustão encontram fundamento nas mudanças reais ocorridas no sistema produtivo - onde as novas redes inflam o comércio de um capitalismo informacional, por outro, a apropriação ideológica do paradigma da *aldeia global*, desenvolvido por Marshall Mc Luhan na década de 1960, e da teoria da *Cibercultura*, de Pierre Lévy (1999), promoveu a popularização desses pontos de vista teóricos, tornando-os fundamentais para que a imagem de um "mundo sem fronteiras" seja afirmada pela publicidade hoje (como realidade ou como desejo geral), praticamente sem questionamentos.

3.1.1 Atualização da mentalidade racionalista

Sobre isso, dizemos que Herbert Marshall McLuhan, que foi professor de diversas universidades no Canadá e nos Estados Unidos, é um teórico de grande influência no universo das pesquisas sobre Mídias de Comunicação em Massa - ou seja, as que surgiram com a eletricidade (em especial, o rádio e a televisão). Entre seus livros de maior destaque estão *A galáxia de Gutemberg*, de 1962 (livro que Castells faz alusão no seu *A galáxia da internet*) e *Os meios de comunicação como extensões do homem*, de 1974. Ao preocupar-se mais com a abrangência das mídias do que com as mensagens e seus conteúdos, McLuhan ajudou a formar um panorama de entendimento da ação comunicativa como "comunicação em rede", hoje hegemônico com a emergência das tecnologias digitais.

Isso porque, no período da Guerra Fria (1945-1991), o desenvolvimento de tecnologias de comunicação era sinônimo de poder em alcance global, com grande importância estratégica na busca por influência política e econômica. O rádio, por exemplo, tecnologia de baixo custo em relação ao número de pessoas alcançadas pelas informações, demonstrou como era possível atingir este "âmbito global". Por sua vez, a televisão potencializou ainda mais este alcance. Neste contexto, a afirmativa de McLuhan de que "o meio é a mensagem" uniu-se à sua ideia de "aldeia global", porque se "o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações humanas" (McLUHAN, 1974, p.23), a "aldeia global" seria a representação mais clara da extensão mundial destas ações e da conseqüente dissolução das fronteiras pelas trocas informacionais à longa distância. A "aldeia" suscita aqui, então, uma ideia de "espaço global reduzido".

A partir destas conclusões, McLuhan pôde imaginar uma "sociedade mundial", que seria capaz de construir interações sólidas nos modos de vida e na expressão cultural de muitos povos, através da formação de estreitas relações econômicas, políticas e sociais, frutos da evolução tecnológica, e promotoras de uma "consciência global interplanetária". Esta profunda interligação causaria uma enorme rede de dependências mútuas entre todas as regiões do globo e, desse modo, promoveria a solidariedade e a luta pelos mesmos ideais. Porque se a prensa de Gutemberg teria "destruído" as relações pela possibilidade da difusão da escrita e da leitura em massa, o surgimento dos meios eletrônicos seria responsável pelo movimento de "retribalização" - o que significa dizer que os meios de comunicação estariam reconstruindo uma tradição oral, colocando todos

os sentidos humanos em jogo. A "aldeia", aqui, adquire um sentido de conformação antropológica.

Mas, observados a partir do tempo presente, os conceitos de McLuhan, formulados entre os anos de 1962 e 1974, soavam mais como proféticos do que como possíveis naquela época, tendo em vista as limitações da comunicação interativa, quando levada em consideração a característica unidirecional da comunicação via televisão, por exemplo. A partir do surgimento da *internet*, todavia, ficou mais fácil de se formular a ideia de um mundo unificado cultural e economicamente, sem fronteiras e diferenças, e definitivamente "retribalizado". E um dos cientistas responsáveis por este "arremate" teórico foi Pierre Lévy, principalmente através do seu conceito de *Cibercultura* e de seus derivados: os conceitos de "inteligência coletiva" e "ciberespaço".

Quando do lançamento de sua primeira obra *Máquina Universo - criação, cognição e cultura informática* (1987) Lévy já falava sobre a emergência da computação e os desdobramentos da informatização do mundo no contexto das culturas ocidentais. Posteriormente, lançou *Inteligência Coletiva: por uma antropologia do Ciberespaço* (1994); *O que é virtual?* (1995); e *Cibercultura* (1997). No interior desses livros encontram-se alguns dos conceitos mais bem aceitos na atualidade, tanto academicamente quanto mercadologicamente (onde incrementam os discursos das propagandas publicitárias). Isso porque, para o filósofo tunisiano naturalizado francês, vivemos hoje a "quarta revolução da comunicação": uma Era a ser comemorada, que nos permitiria amplo acesso às informações, em escala mundial, graças à "cultura digital". Não somente nestes, mas em mais de dez livros publicados o autor defende a "revolução virtual" como sequência da escrita e da linguagem.

Assim, basta que comecemos a falar em Pierre Lévy e em algumas de suas obras para que certas palavras naturalizadas em nosso cotidiano apareçam, sem fazer, no entanto, necessariamente, com que reflitamos sobre seus significados. E isso deve-se ao fato de que tem se tornado incrivelmente corriqueira a facilidade com que evocamos as categorias "digital"; "virtual"; "interconexão" etc.; em nossos trabalhos científicos, considerando a "sociedade em rede" como fato e desejo generalizado.

Uma das portas de entrada para a explicação deste fenômeno pode estar no fato de que, para Lévy (1999, p.13), a atual "vida digital" potencializa o desenvolvimento da tão desejada "inteligência coletiva" - com cada vez mais recursos que permitem a

"cooperação", contribuindo para o exercício de um "desenvolvimento coletivo" universal. Para o autor, as tecnologias contemporâneas teriam criado o "espaço virtual" (ou "ciberespaço"), possibilitando a emergência da "cibercultura" - uma verdadeira *revolução* no modo como as pessoas aprendem, trabalham e se relacionam, agora completamente voltados para uma pretensa colaboração tecnologicamente determinada.

Sobre esta dinâmica, Levy (1999, p.26) defende que quanto maior o número de processos de "inteligência coletiva" sendo desenvolvidos no "ciberespaço" (suporte), maior seria a possibilidade de "apropriação tecnológica dos indivíduos e grupos", e menores seriam os efeitos de "exclusão ou destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecnosocial" (ou menor seria a quantidade de *netlesses*, se usarmos a expressão de Castells (1999). Em outras palavras, as possibilidades criadas pelo surgimento do espaço virtual de Lévy re-descrevem as próprias ideias de inclusão e construção coletiva, onde agora bastaria que pudéssemos participar dessa "cibercultura" para que estivéssemos integrados enquanto "sociedade mundial".

Então, a partir da articulação entre os conceitos de "ciberespaço" e "inteligência coletiva" Lévy torna possível a realização o sonho de McLuhan da emergência de uma "consciência global interplanetária", concretizada pela evolução dos meios de comunicação eletrônicos, uma vez que a universalização da "cibercultura"(da "cooperação", da "coletividade") possibilitaria aquela "interação a partir de quaisquer pontos do espaço físico" imaginada pelo autor canadense. E isso só seria possível na atualidade porque a "cibercultura" é complementar a uma segunda tendência fundamental: a virtualização.

Sobre esta dinâmica, Lévy (1999, p.49) explica que a comunicação contínua, com o digital, dá prosseguimento a um movimento de virtualização iniciado há muito tempo pelas técnicas mais antigas, como a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão e o telefone. A respeito das novidades acrescentadas a este processo, afirma:

O ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente de lugares geográficos (telecomunicações, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona) [...] Apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horário (LÉVY, 1999, p.50).

Resumindo, a extensão do "ciberespaço" acompanha e acelera a virtualização geral da economia e da sociedade. E é a codificação digital que condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, por fim,

virtual da informação - que é a marca distinta do "ciberespaço". Foi por conta do crescente desenvolvimento tecnológico neste sentido que Lévy pôde profetizar em 1999 que "a perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século" (LÉVY, 1999, p. 93). Por tudo isso, podemos afirmar que, de acordo com Lévy (1999, p.127), a interconexão é o "programa" da cibercultura". Porque, para a "cibercultura", a conexão é sempre preferível ao isolamento. Nas palavras do autor:

A conexão é um bem em si. A cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo de fronteiras, cava um meio comunicacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato (LÉVY, 1999, p.127).

E quem poderia ser "contra" a emergência da possibilidade de uma cooperação universal, de um mundo verdadeiramente "sem fronteiras", onde, através das maravilhas da conexão criadas pelas TIC os indivíduos finalmente pudessem se reconhecer enquanto partes de uma "sociedade planetária" e em rede? O anúncio da chegada desta revolução tecnologicamente determinada dificilmente encontra resistências, diante da boa vontade dos pesquisadores que buscam compreender o chamado *advento da internet*, por exemplo. Estas ideias, repetidas à exaustão e tomadas como verdades absolutas, inspiram tanto as campanhas publicitárias quanto as pesquisas científicas, que passam a procurar por respostas e soluções levando em consideração a *aldeia global* e a *cibercultura* como pontos de partida.

Desta forma, na Sociedade Informacional, as soluções centradas em tecnologias têm como pano de fundo uma época em que as técnicas mexem com consciências, hábitos e estilos de vida a ponto de criarem um outro âmbito da existência - uma esfera existencial feita de informação. Dentro desse *bios*, os discursos são desenvolvidos de acordo com o interesse das empresas, que investem na aplicação de novos dispositivos tecnológicos nas mais diversas áreas sob a bandeira do "progresso", sem explicar, no entanto, que esta "evolução" fica restrita a quem tem poder de consumo.

3.2 - As TIC como novos instrumentos para racionalização

Ao afirmarmos que as TIC são um conjunto técnico, instrumentalizado para fins de racionalização, nos remetemos ao estudo das características dessas novas tecnologias, acabando por descobrir que a introdução filosófica da incerteza, da entropia, e da

probabilidade como categorias da Física por Gibbs, no século XX, fomentaram a Teoria Cibernética de Norbert Weiner (1968), uma das inspirações para o desenvolvimento dessas novas máquinas. Isso porque o autor afirma que quando o homem desenvolve uma linguagem e técnicas que o capacitam para o controle da informação, alcança uma eficácia na comunicação e, portanto, (finalmente) controla sua atuação no mundo exterior.

Sobre esta mudança paradigmática, Weiner (1968, p. 09) explica que a Física newtoniana dominara as formas de pensar a partir de fins do século XVII até fins do século XIX ("com raríssimas vozes discrepantes"), onde prevalecia a ideia de que tudo acontecia precisamente de acordo com uma lei: há um universo compacto, cerradamente organizado, no qual todo futuro depende estritamente de todo o passado. Ainda de acordo com o autor, essa atitude deixou de prevalecer na Física, e os homens que mais contribuíram para a sua queda foram Boltzmann, na Alemanha, e Gibbs, nos Estados Unidos, mas o mérito de Gibbs foi o de apresentar, pela primeira vez, um método científico bem definido para levar em consideração a ideia de que a parte funcional da Física não poderia mais furtar-se de considerar a incerteza e a contingência dos eventos.

Esta mudança teve como efeito fazer com que a Física, na atualidade, não mais sustente cuidar daquilo que sempre irá acontecer, mas, antes, do que irá acontecer com esmagadora probabilidade. Então, a partir destas observações, Weiner (1968, p.15) formulou sua Teoria Cibernética, definida por ele, em sentido amplo, como uma "teoria das mensagens de ordem probabilística". Disso, o que é importante sabermos é que o autor entende a teoria de transmissão de mensagens como um campo vasto, que inclui sim o estudo da linguagem, mas principalmente o estudo "das mensagens como meios de dirigir a maquinaria e a sociedade", a fim de controlar o que é incerto.

A tese da sua obra principal é a de que uma sociedade só poderia ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha; e de que, no futuro desenvolvimento dessas mensagens e facilidades de comunicação, as mensagens entre o homem e as máquinas, entre as máquinas e o homem e entre a máquina e a máquina, estariam destinadas a desempenhar papel cada vez mais importante em todas as constituições sociais. Portanto, o propósito da Teoria Cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem para haver-nos com o problema central do controle e da comunicação em geral, a partir da descoberta do repertório de uma tecnologia adequada.

Com este intuito, Weiner (1968, p.17) interpretou que o funcionamento físico do indivíduo vivo e o de algumas máquinas de comunicação mais recentes são exatamente paralelos no esforço análogo de dominar a incerteza através da "realimentação". Sobre este processo, o autor afirma que máquinas e indivíduos têm receptores sensórios como um estágio de seu ciclo de funcionamento, ou seja, em ambos existe um instrumento especial para coligir informação do mundo exterior, a baixos níveis de energia, e torná-la acessível na operação de ambos. Nestas dinâmicas que são análogas, as mensagens externas são transformadas pelos "poderes internos do aparelho, seja ele animado ou inanimado", onde a informação adquire, então, uma nova forma, adequada a atuação do indivíduo ou da máquina no mundo exterior. Por fim, Weiner (1968, p.17) sugere que as próprias sociedades podem ser entendidas a partir desta dinâmica de realimentação.

Dito isso, podemos contar que, desde a publicação da obra principal de Weiner (1968), uma gama de inovações técnicas se seguiram, baseadas principalmente em duas das suas ideias principais aqui resumidas: 1) a compreensão do indivíduo e da sociedade como organismos informacionais, que precisam controlar suas trocas comunicativas internas e externas -, ideia que obteve ampla aceitação na comunidade científica; e 2) a defesa da ideia de que, para alcançar este controle, precisamos desenvolver um conjunto tecnológico que promova a integração entre os sistemas dos homens e das máquinas. Como sucesso de mídia, a publicação de suas ideias foi acompanhada por um movimento acelerado de difusão de conceitos através das mais diversas ciências e especialidades e de suas maravilhosas máquinas e inventos por toda a civilização material capitalista, desde então (MASARO, 2010, p.26).

Segundo Masaro (2010, p.26), pouco a pouco objetos técnicos que lidam com a informação foram se disseminando em tempos e graus diversos pelas mais diferentes sociedades do globo. Servomecanismos, antes comuns apenas em fábricas e organizações militares, puderam, a partir de então, se espalhar pelas rotinas da vida. Desde simples aparelhos de ar condicionado até complexos aviões autopilotados, passando por sucessivas gerações de automóveis, elevadores, geladeiras, microondas e aparelhos eletrônicos em geral, nosso cotidiano se viu povoado por inédita difusão de máquinas cada vez mais "inteligentes".

Ainda segundo o autor, os hoje onipresentes computadores, estas máquinas de processar informações, embora fruto de um desenvolvimento separado, foram para todos

os efeitos práticos, intimamente associados à Cibernética. Nos veículos de comunicação de massa e na imaginação coletiva a Cibernética e computação estiveram desde o início ligadas, quando não confundidas. Por exemplo, no caso de uma invenção recente muito associada à palavra *cyber*: a *internet*, grande "mãe da *cibercultura*". De uma certa forma, sua criação pode ser considerada como um evento cibernético: embora ligada diretamente aos desenvolvimentos da ciência da computação, da teoria da informação, e da teoria das redes, o acesso civil instantâneo à dimensão virtual proporcionado pela *internet* pode fornecer reforços aos discursos de uma hipótese formulada primeiramente pela Cibernética: a de que a informação é uma dimensão da natureza (MASARO, 2010, p.28).

Uma TIC que vem sendo produzida sobre as bases desse pensamento científico descrito por Masaro (2010, p.28) torna-se fundamental para a sua possibilidade de materialização das pretensões racionalizantes atuais: é a chamada Internet das Coisas, do inglês *Internet of Things* (IOT). Isso porque, de acordo com CERP (2009), a IOT é uma infraestrutura de rede global dinâmica, baseada em protocolos de comunicação em que "coisas" físicas e virtuais têm identidades, atributos físicos, e personalidades virtuais, utilizando interfaces inteligentes e integradas às redes telemáticas. Segundo Lemos (2013, pp.19-20), é quando as coisas/objetos tornam-se capazes de interagir e de comunicar entre si e com o meio ambiente por meio do intercâmbio de dados. As coisas reagem de forma autônoma aos eventos do "mundo real/físico" e podem influenciá-los por processos sem intervenção humana direta.

Ou seja, a IOT vem sendo usada como base material para a construção de um modelo de gerenciamento de demandas cotidianas, que busca o controle total da comunicação entre os objetos e as pessoas. O sucesso retumbante da IOT pode ser verificado no fato de que a edição anual da maior feira de eletrônicos do mundo, a CES 2015, que aconteceu em Las Vegas, nos Estados Unidos, teve como foco o "boom" da chamada Internet das Coisas. Pela primeira vez, a feira teve uma área de mais de 230 metros quadrados dedicada exclusivamente aos sensores conectados à *internet* que criam o insumo mais básico da IOT: dados.

Durante o evento, a ideia de que com a IOT "tudo fica mais inteligente, eficiente e controlável" (LOES, 2015) foi uníssona entre os entusiastas das novas tecnologias. E isso se deve ao fato de que o mesmo protocolo que pode vir a permitir que um carro converse com os equipamentos urbanos pode funcionar com uma série de outras aplicações, através

de sensores e dispositivos eletrônicos instalados nos mais diversos aparelhos, criando infinitas possibilidades de serviços. Na área da saúde, por exemplo, isso já está acontecendo:

Já há caixas de comprimidos que sabem se você tomou ou não o medicamento do dia e que notificam uma central para te avisar da urgência dessa medida, seja por meio de um aviso sonoro no sistema de áudio do ambiente em que você está, uma mensagem de texto no *smartphone*, *smartwatch* ou televisão ou até com o piscar das luzes da casa (LOES, 2015).

Se considerarmos as características da Sociedade Informacional e as pretensões das empresas, essa TIC também possibilita o monitoramento e a coleta de praticamente todos os dados de consumo dos indivíduos, transformando-os em alvos facilmente "atingíveis" pela publicidade. Com a IOT, muitos dados de compras serão reunidos e processados em tempo real. E isso é justamente o que pode ser comemorado pelo ramo das propagandas: quem tem acesso a informações sobre como, onde e porque seus produtos estão sendo comprados e usados pode adaptar melhor seus esforços de *marketing* para clientes específicos. É a partir dessa realidade que surgem afirmações como as deste discurso elogioso sobre a IOT:

Você está a trabalho numa cidade que pouco conhece, de carro alugado. Entra no automóvel e pergunta para a assistente virtual do carro quais as opções existentes de restaurante japonês num raio de 30 km. Você pergunta pelo tempo de espera na fila. A assistente responde, e diz que a 5 minutos de distância tem um restaurante mexicano maravilhoso com uma promoção especial. Você diz ok e a assistente faz a reserva para você automaticamente. Em um minuto ela retorna: reserva realizada e confirmada (SEGURA, 2015).

Compreendido isto, podemos encontrar fundamentos para clarificar uma das principais lógicas sob a qual algumas TIC vêm sendo consideradas promotoras de um "sistema nervoso para e de *idades inteligentes*" (WEISS *et al*, 2015), uma vez que a grande proporção de alcance da Teoria Cibernética, e o conseqüente desenvolvimento tecnológico que se seguiu a partir dela, possibilita o entendimento das cidades enquanto organismos informacionais através da implantação de poderosos processadores de dados nas dinâmicas de comunicação. Isso porque pode ser interpretado como *inteligente* justamente o funcionamento eficaz de uma realimentação - onde aparece como "inovadora" a ideia de gerenciamento de recursos a partir de uma perspectiva "sustentável" (WEISS *et al*, 2015). Com isso, podemos dizer que, quando considerados os discursos das *idades inteligentes*, o que se diz é que quanto mais tecnologia melhor, porque bastaria que os processos de comunicação fossem melhorados através das TIC para que os conflitos e os problemas urbanos deixassem de existir.

3.3 - A idealização das Cidades Inteligentes

Para justificar tudo isso, no desenvolvimento do seu conceito de *idades inteligentes*, Lemos (2004) considera a ideia de "rede e organismo" como característica da forma estrutural da cidade, levando em consideração a forma-rede como a mesma da metáfora proposta por Claude Sant Simon, no século XIX. Porque a compreensão da cidade de acordo com essa morfologia torna possível a imaginação de uma cidade dos fluxos informacionais. Ou seja, assim como para Simon, para Lemos (2004) as cidades continuam a ser compreendidas como um organismo, que seria construído através de duas formas de redes: a rede material (energia e matérias primas) e a rede espiritual (dinheiro). Na atualidade, a eficácia desses fluxos seria garantida justamente pelas novas TIC, como por exemplo a IOT.

Segundo Perulli (2012, p.213), a trajetória do entendimento da rede de acordo com uma concepção somático-orgânica a uma técnico-territorial também é uma passagem fortemente presente em Le Corbusier, para quem a cidade é "organismo e rede orgânica". O arquiteto é um dos que radicalizaram os princípios do movimento moderno, de características funcionalistas, que descobriu o "território em rede" no início do século XX. Considerando que suas obras buscaram instrumentalizar a eficácia em função da regulação dos fluxos urbanos, a forma-rede, desde os primeiros traços do urbanismo moderno, esteve presente como fundamental para a funcionalidade das cidades.

Todavia, ainda de acordo com Perulli (2012, p.226), a lógica técnico-funcionalista se radicaliza na atualidade: para o autor, no final do século XX, a aceleração do pensamento técnico chegou à visão da cidade totalmente desmaterializada, a "cidade dos *bits*". A rede técnica enfim transformou em "pensável" o impensável: fez a cidade desaparecer, deixando-a supérflua e tornando virtuais todas as transações (de mercado, relacionais, e até expressivas) no antiespaço do substituto eletrônico.

Portanto, para Perulli (2012, p.230), ao contrário do que pensava Weiner e seus sucessores, a plena rapidez da informação coincide com a radical perda da comunicação. Diante disto, o autor questiona: "como a sociedade é possível na era das redes?" Porque se a rede redesenha o espaço, ela modifica o "estar junto", reescrevendo os limites da sociedade até transformar em equivalentes o pertencimento e a ausência locais, aumentando a indiferença pelo vizinho no espaço e reforçando a relação com o

especialmente remoto. Por isso, para o autor, o espaço não é mais "a possibilidade de estar junto".

Diante deste panorama conceitual, podemos concluir previamente que toda esta nova forma de compreender as organizações sociais - "em rede", como organismos informacionais inseridos na "cibercultura" de uma "aldeia global" -, resvala na maneira como as cidades vêm sendo consideradas no momento de pensarmos saídas para as atuais questões urbanas. A defesa da necessidade de inovações mais de acordo com as tendências do século XXI constam como benéficas e facilitadoras dos modos de vida *hipertecnológicos*, onde as TIC são tidas como instrumentos de adequação a essa nova Era Digital.

Dito isso, podemos desenvolver a hipótese experimental de que existe um processo de apropriação mercadológica dos conceitos científicos desenvolvidos na Ciência da Comunicação, em especial pelo fato de que esta vem sendo entendida especificamente como aquela que estuda o *potencial dos meios* de comunicação modernos. E que as ideias defendidas por McLuhan e Lévy são representativas desse processo. Sobre este fenômeno aparente, Jameson (2001, p.13) afirma que, na atualidade, a *tecnologia* e a *informação* começaram a deslizar, imperceptivelmente, como valores, na direção de anúncios de publicidade e marketing. Para nós, em outras palavras, as narrativas cotidianas sobre o "mundo globalizado" anunciam o fim das fronteiras, a conexão sem limites e estabelecem a tecnologia (da globalização) como cultura hegemônica. Sobre isto, Jameson argumenta:

Isso é o mesmo que dizer que o conceito de superfície, o comunicacional, subitamente adquiriu uma dimensão inteiramente cultural: o significante comunicacional foi dotado de um significado ou significação mais propriamente cultural. Agora, a postulação de ampliação das redes comunicacionais secretamente transformou-se em um tipo de mensagem sobre uma nova cultura mundial (2001, p.13).

Sobre estes conteúdos publicitários e as relações que estabelecem com os conceitos científicos de McLuhan e Lévy, podemos encontrar articulações entre as ideias de *potencialização da comunicação* e a necessidade do aumento dos processos de "inteligência coletiva", através da "vida virtual", defendido por Lévy (1999). Quando, por exemplo, a campanha publicitária A Oportunidade é Uma Porta Azul, da operadora de telefonia brasileira TIM, cria o símbolo de uma *porta azul* que aumenta a capacidade de interconexão entre os indivíduos, promete também a inclusão neste universo tecnológico, o que aqui pode determinar a felicidade ou a infelicidade de cada um. Outra articulação possível é aquela entre as ideias de *vida sem fronteiras* difundida pela mesma campanha, a

"aldeia global" de McLuhan (1999), e a "cibercultura" de Lévy (1999): há a promessa de que, a partir da adesão aos serviços e da compra de dispositivos tecnológicos oferecidos pela empresa de telefonia TIM, é possível que *a vida* se realize sem as *fronteiras* materiais estabelecidas pelo espaço e pelo tempo, superadas pela "virtualização" das dinâmicas cotidianas.

Diante dos discursos que condicionam o dia a dia aos serviços e dispositivos tecnológicos, vemos surgir uma oferta crescente de novas tecnologias que logo se tornam obsoletas: como os *smartphones* e *tablets* que, discursivamente, passam a integrar a lista de bens de consumo "essenciais à vida"⁷. Para (Netto, 2011, p.102), é quando a mercadoria passa a ser a portadora e a expressão da relação entre os homens: a mercadoria *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina - *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens). Com relação a isso, o autor afirma:

A essa forma fantasmagórica, a esse poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*. [...] é no modo de produção capitalista que o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, *as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas* (NETTO, 2011, pp.102-103).

No Brasil, uma pesquisa realizada pelo Google e divulgada em agosto de 2014 estimou que 40 milhões de pessoas (29% da população, na época) estivessem conectadas através de dispositivos móveis, graças ao crescimento exponencial do mercado de *smartphones*, principalmente entre os mais jovens da classe C. Destes usuários, 52% utilizam seu tempo total acessando conteúdos por meio de *aplicativos* (IDIGNOW, 2014).

Dito tudo isto, reunimos argumentos para afirmar que, diante dos discursos mercadológicos dessa "sociedade em rede", que tem a *hiperconexão* como um desejo de consumo - e que, por isso, acredita que a substituição acelerada de dispositivos de alta tecnologia é capaz de promover a felicidade individual - as TIC passam a constar como instrumentos na formulação de soluções para problemas sociais de diferentes naturezas. Ou seja, assim como pretensamente fariam na vida das pessoas, as novas tecnologias são

⁷E este *fetichismo da mercadoria* é a causa do enorme lucro das empresas com a "cultura tecnológica". Como exemplo disto, podemos dizer que a divisão de "análise da indústria" da *Consumer Electronics Association*(CEA) realizou uma prospecção dos gastos mundiais com tecnologia pelos indivíduos para o ano de 2015 que demonstrou que a quantia total de gastos seria de U\$ 1,024 trilhões, considerando os dispositivos mais procurados, por hierarquia de importância: *tablets*, celulares, *smartphones*, câmeras digitais inteligentes, computadores *desktops*, *laptops*, e TVs LCD (CONVERGE, 2014).

entendidas como capazes de transformar a realidade pela sua simples presença em outros processos, uma vez que operariam praticamente excluindo as probabilidades de erro e incerteza, "otimizando-os". Desta forma, no tempo presente, as TIC são ferramentas fundamentais a quaisquer projetos (públicos ou privados) que se pretendam "inovadores".

Então, considerados os estilos de vida *hiperconectados* vendidos pelos mercados de bens e serviços tecnológicos, está liberada a idealização das *idades inteligentes* como as "idades do futuro" (WEISS *et al*, 2015), com suas infraestruturas inteligentes, onde problemas como a precarização da moradia dos mais pobres e a falta de mobilidade urbana se encontrariam resolvidos através da "otimização" promovida pelas novas tecnologias. Isso porque, segundo Washburn&Sindhu (2010), as *idades inteligentes* são aquelas que usam tecnologias de *smartcomputing* para tornar as estruturas e serviços críticos - como educação, assistência à saúde, segurança pública, edifícios, transportes, etc. - mais inteligentes, interconectados e eficientes. Ou seja, seguindo esta proposta de raciocínio, no caso do Brasil, bastaria que as TIC nos ajudassem a organizar melhor as seqüências de funcionamento de linhas de ônibus para que o transporte público funcionasse de forma eficaz, por exemplo.

Ainda sobre o conceito, podemos dizer que, para Lemos (2013, p.44), as *idades inteligentes* são aquelas onde os processos da vida urbana são informatizados e sensíveis aos contextos, lidando com um gigantesco volume de dados (*Big Data*), redes em nuvem, e comunicação autônoma entre diversos objetos, na qual "inteligente" é sinônimo de uma cidade em que tudo é sensível ao ambiente, e produz, consome, e distribui um grande número de informações em "tempo real". Em outras palavras, a cidade é entendida como um organismo informacional, cujos processos de "realimentação" funcionam de forma eficaz, reagindo e atualizando a todos sobre suas condições a qualquer hora. Sob esta perspectiva, é por esta cidade que circula o "cidadão inteligente" - indivíduo que interage com as infraestruturas urbanas através de seus dispositivos tecnológicos (LEMOS, 2013, p.45).

Sobre a "evolução" do conceito de *idades inteligentes* no trabalho de Lemos (2013, p.46), o autor explica que, já nos anos 90, a categoria de "cibercidades" veio responder às questões sobre sociabilidade que surgiam diante da emergência dos primeiros dispositivos de TIC. Discutia-se como as TIC poderiam estar a serviço desta sociabilidade nas cidades, através do mapeamento virtual das áreas, e da investigação de como os dados

gerados poderiam servir ao "aumento da importância dos espaços públicos". A cidade a que Lemos se refere é aquela que começava a globalizar seus fluxos, onde a "virtualização" já era encarada como uma espécie de prolongamento natural do processo de urbanização pós-industrial.

Neste primeiro momento de desenvolvimento conceitual, o autor interpreta que as TIC e as cidades articulam-se para a criação desta "cibercidade", entendida como processo de representação das áreas urbanas em um "ciberespaço", promovendo fluxos de informação que "otimizam" os fluxos da cidade real. Trata-se de um espaço eletrônico onde transitaríamos *bits* e *bytes*, que não visaria substituir a cidade real pela descrição de seus dados, mas sim insistir em formas de fluxos comunicacionais através da ação à distância. Sobre isso, Lemos explica:

A cibercidade é uma descrição/narração onde os olhos não vêem coisas, mas simulações de quase-objetos; ícones, símbolos gráficos como praças, ruas, monumentos. O cibercidadão não é um flâneur que passa pelas ruas, mas um ciber-flâneur que clica nos links do ciberespaço, tendo uma relação muito mais intelectual do que corporal com o lugar. Este, com a cibercultura, se vê transformado, de agora em diante em espaço de fluxo. O ciberespaço, como espaço urbano, é um sistema de signos e de significações (2004, p.19).

Por sua vez, o conceito de *ciudades inteligentes*, para Lemos (2004), surge como um desdobramento da ideia de "cibercidades", possibilitado pelas mudanças substanciais que a *internet* teria trazido para o cenário da década de 1990. Assim, como o próprio desenvolvimento tecnológico que se seguiu, o conceito "evoluiu" e incorporou as inovações. Sobre essa seqüência de inovações, de acordo com Lemos (2013, p.47), primeiramente houve uma ampliação considerável do acesso à *internet* nas várias camadas da sociedade brasileira e mundial - "entre 2000 e 2013, passamos de 361 milhões para mais de 2,4 bilhões de internautas (34% da população mundial)" (*Idem*). Em segundo lugar, teríamos assistido a um acelerado e agressivo desenvolvimento de sistemas de geolocalização, acesso, consumo, e distribuição de informação. E sobre isso, Lemos (2013, p.48) explica:

Isso se deu principalmente com o advento da computação em nuvem (impulsionada pela popularização do *smartphone* e *tablets*), da expansão de formas de tratamentos de dados - o chamado *Big Data* - e de comunicação entre os objetos - nomeada IOT, a qual é viabilizada por etiquetas e sensores de radiofrequência instalados nos mais diversos artefatos, dotando-os de capacidade infocomunicacional em rede. De acordo com um estudo divulgado pela Cisco, essa tecnologia deve gerar um lucro de, pelo menos, US\$ 613 bilhões para as empresas em 2013 (LEMOS, 2013, p.48).

Assim, a ideia de que as *ciudades inteligentes* promovem o processamento inteligente de dados passam a servir como referência e a nortear as tomadas de decisões de empresas, governo e cidadãos, com o intuito de "tornar as atividades urbanas mais eficientes e sustentáveis na esferas econômica, social, e política". Diante disto, ainda de acordo com o autor, o foco, na nossa atualidade, são os projetos que visam tornar a economia, a mobilidade urbana, o meio ambiente, os cidadãos e o governo "mais inteligentes". Sobre isso, afirma:

Por exemplo, o uso da IOT, da computação em nuvem e do *Big Data*, associado ao *Open Data* - política de abertura de dados públicos pelas instituições governamentais -, pode ajudar no trânsito (carros, postes, semáforos e pessoas trocando informações em tempo real), no controle da poluição ambiental (sensores de CO2 ou de ruído, em pontos estratégicos da cidade, que se comunicam com aplicativos de celular), no uso mais eficiente da eletricidade (tecnologia smart grid, na qual objetos sabem o que consomem e são autoprogramados para poupar energia durante o seu funcionamento) etc. (LEMOS, 2013, p.49).

E é assim que o conceito de *ciudades inteligentes* passa a aparecer como opção de solução para os problemas suscitados pelo atual estado da urbanização no Brasil: afirma-se que a implementação de inovações em tecnologias na prestação de serviços públicos proporcionaria maior eficiência nas atividades que envolvem a gestão das cidades, ignorando as variáveis históricas que determinam os conflitos na produção do espaço urbano brasileiro moderno. Ou seja, este conceito, que põe em articulação categorias das mais variadas ciências, mas em especial da Comunicação, do Urbanismo e da Geografia, entende as *ciudades inteligentes* como uma nova dimensão da administração pública, onde as novas tecnologias seriam capazes de, finalmente, racionalizar os problemas oriundos da aglomeração de pessoas em cidades.

Em geral, são debates que pretendem discutir o futuro das cidades respondendo como as inovações em TIC poderiam possibilitar aos governos melhor enfrentamento dos novos desafios desta aglomeração, aproveitando as oportunidades para a "melhoria da qualidade de vida nesses ambientes". Já que "projeções da ONU indicam que a população mundial crescerá em mais de 2 bilhões de pessoas nos próximos 40 anos, ultrapassando o patamar de 9 bilhões de habitantes, e mais de 65% deles viverão em cidades" (WEISS *et al*, 2015). Para justificar o desenvolvimento de um conceito científico de *ciudades inteligentes* "materializável" pelas administrações públicas, Weiss *et al* (2015) argumenta que este atual processo de urbanização que estamos vivendo traria perdas de

funcionalidade básicas para as cidades brasileiras, afetando significativamente a qualidade de vida da população. São colocadas na conta da "nova aglomeração urbana" as:

Deficiências na gestão de resíduos; escassez; desperdícios e má gestão dos recursos naturais; restrições nos sistemas de saúde, educação e segurança pública; limitações nos sistemas de mobilidade urbana e de transporte; obsolescência e encurtamento do ciclo de vida das infraestruturas públicas (WEISS *et al*, 2015).

E, ainda de acordo com Weiss *et al* (2015), essas restrições poderiam ser enfrentadas justamente com o aproveitamento adequado das capacidades tecnológicas atuais e futuras, melhorando a eficiência e reinventando a organização das cidades, tendo as TIC como viabilizadoras de um "sistema nervoso para e de cidades inteligentes" (WEISS *et al*, 2015). Conhecido isto, considerando as ideias que desenvolvemos no primeiro capítulo, ao resgatarmos aspectos da mentalidade racionalizante verificada nos projetos dos pré-urbanistas progressistas, encontramos condições para formular a hipótese experimental de que as TIC são instrumentos que renovam aquela forma de pensar. Ou seja, que, na atualidade, as pretensões de ordenamento da dinâmica urbana se renovam com a introdução das novas tecnologias, dando continuidade e agravando as conseqüências sociais oriundas desta maneira de planejamento e organização sócio-espacial.

Diante disto, acredita-se que os novos dispositivos poderiam finalmente realizar as pretensões de ordenamento da metrópole moderna - pondo em continuidade a relação entre a racionalidade instrumental e as necessidades do sistema econômico capitalista verificada nos primórdios do planejamento urbano nesses moldes. Ou seja, a busca pelas saídas para os problemas urbanos e as intervenções sobre os espaços públicos e paisagens, apesar dos avanços científicos e técnicos, continuam em função de uma adequação a determinada concepção de mundo hegemônica, agora incrementada com a presença das TIC.

3.4- O sentido informacional da Comunicação

Na nossa atualidade, momento em que a ciência e o mercado estabelecem uma relação intrínseca, o desejo pela conexão através de dispositivos tecnológicos é reforçado por alguns paradigmas da Comunicação, resultando em um composto com alta capacidade de persuasão. Por isso se diz com tranquilidade que estamos em uma sociedade em rede, que "não se vive" sem *internet*, etc. Estabelecido isto, torna-se comum que surjam soluções "inovadoras", centradas em TIC, como as *cidades inteligentes*, na busca por respostas para as mais variadas questões sociais. Para nós, no entanto, as *cidades inteligentes* apenas atualizam as pretensões de racionalização do espaço urbano, aprofundando as desigualdades sócio-espaciais inauguradas no início da Modernidade, simplesmente porque

se mostram insuficientes quando entendemos que as causas dos problemas que assolam a vida nas cidades estão fora da esfera do funcionamento do conjunto técnico atual. Não se trata apenas de emissão, meio, mensagem, e recepção para uma comunicação eficaz.

Então, quando consideramos estas "soluções inovadoras" como fábulas da globalização capitalista, podemos afirmar que, na atualidade, prevalece um sentido estritamente informacional da Comunicação. Porque quando a velocidade e a eficácia passam a ser finalidades últimas dos processos sociais, com o intuito da "otimização" para a produção de mais e mais lucros, passa a imperar a centralidade do estudo de "como os meios de comunicação podem garantir a racionalização" destes processos - inclusive da nossa relação com a cidade e da produção da vida urbana. Nos deparamos com um momento muito parecido com aquele vivido por Walter Benjamin no século XX, quando os prodígios da velocidade da emergente modernidade industrial fizeram o autor declarar a "morte do narrador". Isso porque, para ele, os tempos modernos teriam aniquilado o velho hábito de contar histórias, bem como o moroso prazer de escutá-las - destrezas cada vez mais raras naquela ocasião, cuja extinção já era possível detectar nos longínquos anos 1930.

Mas isso não era o pior, porque essa súbita carência decorreria de uma morte ainda mais terrível: o esgotamento da "experiência". A voracidade industrialista teria atropelado as condições que permitiriam a narratividade no mundo pré-moderno, um universo arrasado no frenesi das novidades, com uma enxurrada de dados que em sua rapidez incessante não se deixam digerir pela memória nem recriar pela lembrança. Toda essa agitação teria gerado um perda das possibilidades de refletir sobre o mundo, bem como um inevitável distanciamento com relação às próprias vivências e uma impossibilidade de transformá-las em experiência (SIBILIA, 2008, p.39). Antes, bem antes, era diferente. O fluxo narrativo das velhas artes de recitar, entrelaçadas aos modos de vida rurais e às atividades artesanais partilhadas, constituíam um *fazer junto*.

Os ouvintes participavam do relato narrado, e este possuía uma instabilidade vivente: era aberto por definição e se metamorfoseava ao sabor das diversas experiências enunciativas. Tratava-se de uma arte irmanada às distâncias, tanto no sentido espacial quanto temporal: as histórias vinham de longe, trazidas por marinheiros e forasteiros; ou então procediam de antigamente, da noite mítica dos tempos. Além disso, essas artes narrativas exigiam uma entrega total e uma distensão na escuta: "um dom de ouvir"

intimamente associado ao dom de narrar, um grau de calma e sossego aparentado com o sono, no qual flutuava certo "esquecimento de si mesmo" (SIBILIA, 2008, p.40).

Era ainda necessário algo que naquele universo pré-moderno era totalmente possível, porém hoje se torna cada vez mais raro: uma disposição do corpo que se localiza no extremo oposto da tensão, da ansiedade e da aceleração que turbinam nossos corpos (e espíritos) na contemporaneidade. Como poderia sobreviver, então, esse fluxo vivo e grupal à compressão das distâncias e à condensação dos horários que marcam a fogo os tempos modernos? "Essa rede se desfaz por todos os lados", lamentava Benjamin há quase um século, "depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual" (SIBILIA, 2008, p.40).

O antigo narrador benjaminiano pode ser reinterpretado por nós a partir das leituras de Sodré (2014) como aquele que comunicava-se para *o comum*, ou seja, que organizava as subjetividades dentro de determinada sociedade, fortalecendo os laços comunitários e deixando ver um sentido da Comunicação que excedia o restrito sentido informacional transbordado pelas tecnologias de hoje. Quando resgatamos a clássica afirmação de Benjamin de que as experiências na modernidade *deixaram de ser comunicáveis*, em um contexto atual onde predominam as "máquinas pensantes" (grandes processadoras de dados) e de *hiperconexão*, podemos dizer que as experiências deixaram de fundar a "verdadeira comunidade", no sentido atribuído por Sodré (2014, p.196).

Isso porque, de acordo com o autor, os estudos dentro da Ciência da Comunicação, no século XX, tenderam para conclusões centradas na mídia (aparatos tecnológicos estreitamente ligados à ideologia financeira neoliberal) e para conclusões centradas na linguagem (como se comunicação e linguagem fossem sinônimos absolutos). A Comunicação enquanto campo vem sofrendo de um reducionismo à lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo ("Era da Informação"), embora tanto a etimologia do termo "comunicação" quanto o que a mesma representa enquanto atividade social já exista anteriormente ao modo de produção capitalista. Para o autor, ao contrário, a Comunicação estaria ligada ao vínculo, *ao comum* que se estabelece entre os sujeitos de modo a tornar possível a sociabilidade em qualquer grupamento social.

Em sua reflexão epistemológica, ao propor um entendimento da Comunicação como *ciência do comum*, Sodré (2014, p. 193) considera estratégico associar à questão moderna a velha noção de *communicatio* (do latim ciceroniano) para designar a coesão

social sob o ângulo de uma transcendência, que é a do "diálogo" entre os deuses e os homens. Diálogo, não como mero intercâmbio de palavras, mas como ação de fazer ponte entre as diferenças, que concretiza a abertura da existência em todas as suas dimensões e constitui ecologicamente o homem no seu espaço de habitação - portanto, diálogo como categoria ética. Sobre isso, afirma:

[...] a *communicatio*, assim como a comunicação, não é transmissão de informações nem diálogo verbal, e sim uma forma modeladora (organização de trocas reais) e um processo (ação) de pôr diferenças em comum, sem que processo e ação possam considerados como arbitrários (de livre-escolha) por parte dos indivíduos, pois implicam a força de uma transcendência que, na Antiguidade, era o sagrado. Isso implica também afirmar que o conceito de comunicação não se restringe ao de prática discursiva (SODRÉ, 2014, p.194)

A discussão proposta pelo autor oferece-se à contemporânea re-descrição comunicacional, justamente porque o que está em jogo é o significado de "comunidade". Ou seja, favorece que tentemos identificar nos fenômenos outras possibilidades de entendimento da própria Comunicação, excedendo seu sentido informacional. Para isso, Sodré busca pensadores que problematizam a vinculação social a partir de uma humanidade que não exclui a transcendência, seja qual for a sua denominação. É assim que ele chega a Buber, autor que inscreve-se na linha filosófica do existencialismo cristão, mas que não se restringe à relação do homem com Deus: seu ativismo social é centrado na busca de novos tipos de laço comunitário, o que leva-o ao que está implícito na ideia antiga e dialógica de *communicatio*. Para Sodré (2014, p.195) o foco de Buber na *relação* inter-humana faz dele um pensador da comunicação. Para Buber:

A verdadeira comunidade não nasce do fato de que as pessoas tenham sentimentos umas pelas outras (embora não possa nascer sem isso), ela nasce destas duas coisas: de que elas estejam todas em relação umas às outras pelos laços de uma viva reciprocidade. A comunidade se edifica sobre a relação viva e recíproca, mas é o centro atuante e vivo que é o verdadeiro obreiro (BUBER, 1969, p.74 apud SODRÉ, 2014, p.196)

Mas o que seria este centro "atuante e vivo" de que fala Buber? Para Sodré (2014, p.200), é uma referência para "coesão comunitária". E a retomada contemporânea dos debates sobre comunidade torna-se pertinente à discussão sobre os mecanismos de coesão ou de vínculo social em face às novas formas de sociabilidade criadas pelo capitalismo transnacional e irradiadas por dispositivos de mídia. Em outras palavras, nos permite perguntar quais são os centros "atuantes e vivos" que definem a nossa experiência de *comum* na atualidade?

Então, quando aceitamos a pergunta proposta por Sodré (2014), e passamos a observar os fenômenos com o intuito de identificar esses centros "atuantes e vivos", percebemos que a efetivação desta Sociedade Informacional - que altera a categoria *tempo* -, funciona em articulação com este mundo predominantemente urbano - que redefine a categoria *espaço*. Disto, baseados em nossos estudos, inferimos que estes centros hegemônicos de coesão comunitária atuais estão bastante relacionados às questões que envolvem os modos de vida desenvolvidos *nas cidades* e que têm as TIC como conjunto técnico absorvido pela realidade cotidiana.

Neste capítulo vimos que, de forma hegemônica, esta coesão comunitária está ligada ao consumo de objetos e experiências que modelam "estilos de vida urbanos supermodernos", sobre os quais nos interessou especificamente demonstrar como os dispositivos de TIC integram a composição dessas imagens de consumidores atualizados com as novas tendências do mercado. Portanto, buscamos explicar como se renova no século XXI a categoria *racionalidade instrumental* - enquanto mentalidade que busca a calculabilidade máxima, onde os meios são ajustados aos fins -, e como ela se põe em articulação com a imaginação e a produção da cidade na atualidade.

No entanto, se por um lado a lógica capitalista neoliberal procura transformar a relação entre os cidadãos e o espaço urbano em mercadoria, por outro tem enfrentado um crescente movimento da sociedade brasileira que busca recuperar o espaço comum. Não obstante, em meio à velocidade alucinada do avanço capitalista, assistimos ao surgimento de movimentos sociais, culturais e ambientais determinados a defender os espaços urbanos comuns, isto é, espaços em que a vida em comum (não mediada pelo consumo) toma forma. Para eles, a causalidade própria do urbano é o encontro, lugar de trocas e de fazer junto, viver-com. Ao movimentar âmbitos plurais de trocas, as disputas e lutas sociais pela produção do espaço e pelo "direito à cidade" configuram-se como um "entre-lugar" que abre brechas para novos signos e postos inovadores de colaboração e de contestação, e realinham as fronteiras entre o público e o privado, entre tradição e modernidade e enfrentam as expectativas da ideia de "progresso". Qual é a cidade que queremos? quem são os sujeitos da produção do espaço?

De acordo com Harvey (2013, p.28), este "direito à cidade" reivindicado pelos novos movimentos sociais urbanos não se resume ao acesso aos bens existentes, mas sim ao direito de transformar a cidade em um lugar de todos e não de alguns privilegiados. Ou

seja, o "direito à cidade" não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais. Ao contrário, ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana. "A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo dos nossos corações" (HARVEY, 2013, p.29).

Ou seja, diante da sociedade informacional como realidade (e de toda evolução tecnológica e das subsequentes mudanças culturais e sociais causadas por ela), e do fato do mundo ter se tornado predominantemente urbano a partir do século XVIII, também renovaram-se os modos de resistência popular no ambiente das cidades. Sobre isso, o que verifica-se empiricamente é que, na nossa atualidade, há uma reconfiguração da reivindicação do valor de uso da cidade, onde já não basta que se exija dela melhores condições (saúde, educação, segurança, etc.), mas há um movimento de propor outros modos possíveis de vida urbana, contra-hegemônicos, com certa independência do Estado e do capital como propositores das dinâmicas. A questão passa a ser *como viver* e não apenas *sobreviver*.

4 - Ocupações pelo direito à cidade: uma ideia de espaço urbano livre

Apesar da força com que o *racionalismo* referencia a dinâmica da atual vida urbana, historicamente, esta mesma vida urbana produz forças contrárias à normatividade, configurando importantes disputas. O cotidiano (re)cria possibilidades de rebeldia e da prática de novas concepções de mundo, que colocam em cheque a forma com que a sociedade vem sendo imaginada e construída pelo *establishment*. É por isso que, ao mesmo tempo em que caminhamos por metrópoles que replicam "paisagens globais", influenciadas pela ascensão de uma cultura tecnológica, também verificamos as interferências, os ruídos, na presença de camelôs, gambiarras, pichações, etc. Ao passo em que impera a lógica da especulação imobiliária, que agrava a questão da moradia para os mais pobres, vemos edificações emblemáticas sendo *ocupadas* por movimentos sociais nos centros das grandes cidades - no Brasil ou na Espanha⁸. Além de causadoras de grande mal estar aos defensores da ordem, estas são provas sensíveis de que o modelo hegemônico de "metrópole do século XXI" não se estabelece sem criar incoerências e resistências.

Segundo Santos (2012, p.120), estes fenômenos podem ser explicados pelo fato de que estaríamos em uma época em que há sinais indicativos de que processos contra-hegemônicos se levantam, nos autorizando a pensar que vivemos uma verdadeira fase de transição para um novo período. As populações evoluídas no processo de exclusão estariam acabando por relacionar suas carências e vicissitudes ao conjunto de "novidades" que as atingem, daí o repúdio às ideias e às práticas políticas que fundamentam o processo socioeconômico atual. Com isso, surgiria a demanda por novas soluções, que encontram no próprio homem a base e o motor da construção de um novo mundo. Ainda segundo o autor, uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não seria mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de "ilegais", "irregulares", "informais". O projeto racional estaria começando a mostrar suas limitações. De acordo com Santos (2012, p.120):

Essa incapacidade mistura, no processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação

⁸ MARTÍNEZ LÓPEZ, M. *Viviendas y centros sociales en el movimiento de okupación: entre la autogestión doméstica y la reestructuración urbana*. *Scripta Nova: revista eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VII, n. 146 (109), 1 de agosto de 2003. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(109\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(109).htm)

anterior de conformidade associada ao conformismo a um etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se dessa maneira a redescoberta pelos homens da verdadeira razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também "não conformes" à racionalidade dominante (SANTOS, 2012, p.120)

A partir da premissa de Santos (2012), afirmamos que há uma "saturação" diante das péssimas condições de vida nas metrópoles - inauguradas pelo processo de desenvolvimento da *metrópole industrial* e agravadas pelas novas lógicas promovidas pela *cidade global*. Diante disso, as soluções do tipo *idades inteligentes* não respondem às demandas sociais históricas das classes subalternizadas, criando um espaço para o florescimento da rebeldia e para a imaginação de novas soluções, também típicas da nossa atualidade. No caso das questões urbanas no Brasil, uma das tendências identificadas é a *militância pelo direito à cidade*. São movimentos sociais que propõem a bandeira do transporte público gratuito, da moradia digna; mas também grupos e coletivos que promovem ocupações (temporárias ou não) de edifícios abandonados, praças, parques, e outros espaços públicos simbólicos, reivindicando a liberdade de uso dos lugares; que deixam transparecer novos modos de organização em suas relações cotidianas, ao mesmo tempo em que denunciam a situação insustentável da vida nas grandes cidades.

Dito isso, com o intuito de abrir questões sobre novas racionalidades, que se contrapõem a este quadro geral (hegemônico) apresentado até aqui, deste grande arcabouço do que vem sendo chamado de "ativismo urbano" (WISNIK, 2015), escolhemos analisar o fenômeno das *ocupações pelo direito à cidade* por entendermos que, a partir delas, é possível observar a prática de uma outra ideia de espaço urbano na nossa atualidade. Isso porque o que aparece como novo nessas ocupações é o fato de que o direito de ocupar e transformar os espaços da cidade sob outras lógicas *se contrapõem ao*: 1) urbanismo funcionalista - com a cidade organizada em favor da eficácia de um projeto de racionalização; e ao 2) urbanismo pós-moderno - com a valorização da estética e do lucro, de acordo com um ideal de *cidade global*.

É uma ideia de espaço urbano que em sua prática parece demonstrar o que Sodré (2014a) chama de *o jogo do comum* que preenche os grupos sociais, ou seja, um conjunto de comportamentos, afetos, vínculos profundos (dentre os quais se inclui a linguagem) ligados a um território (que pode ser físico ou simbólico) e que possibilitam à "comunidade" existir. Para o autor, a "comunidade" não se forma a partir da soma pura e simples de sujeitos puramente estruturados e estruturantes, mas a partir das exterioridades

vazias dos espaços de ligação ou relação necessários no cotidiano desses agrupamentos sociais; do "cum-munus" ("Ser-em-comum") que vincula mais profundamente do que a simples troca informacional existente no individualismo do consumo capitalista presente nas sociedades midiáticas contemporâneas. Trata-se, portanto, do vazio que constitui o sujeito quando este se coloca em direção ao Outro (algo a ser preenchido nessa relação). Em outras palavras, trata-se daquilo que só existe em "relação a" ou quando se "é-com".

Para Santos (2012, p.127), enquanto na esfera da racionalidade hegemônica pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, e a espontaneidade, nessas outras esferas surgem contrarrazões e racionalidades paralelas, corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão "embaixo", sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante.

Partimos então do pressuposto de que as *ocupações pelo direito à cidade* observadas no Brasil, entendidas enquanto modos de recriar práticas, derivam de um fenômeno aparentemente mundial: as *ocupações* de espaços públicos *centrais* como forma de conferir visibilidade para bandeiras contra-hegemônicas. Este fenômeno geral, por sua vez, vem sendo explicado por diversos autores através da importância dos novos meios de comunicação nos modos de atuação dos grupos, onde o poder da TIC tem sido apontado como a principal causa do sucesso das movimentações. No entanto, se buscarmos compreender estas afirmações "tecnocentradas" à luz das reflexões de Sodré (2014a), veremos que nelas não é superado o sentido informacional da Comunicação. Ou seja, tem prevalecido a interpretação de que os fluxos da informação são mais importantes do que os fluxos de poder envolvidos em cada fenômeno.

Um dos principais defensores deste ponto de vista centrado nas TIC é Castells (2013, p.08), que em seu *Redes de indignação e esperança (2014)* utiliza o paradigma da "sociedade em rede" para explicar alguns dos mais recentes fenômenos de insurgência ao redor do mundo: Tunísia e Islândia, em 2011, e, posteriormente, Espanha, Grécia, Portugal, Itália, Grã-Bretanha, e Estados Unidos - com o movimento *Occupy Wall Street*. Segundo Castells (2013, p.14):

Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é

basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma ampla e desimpedida (CASTELLS, 2013, p.14).

A nós, em contrapartida, interessa superar, junto com Sodré (2014b, p.26), o clichê que afirma que "a *internet* é condição necessária para entender os movimentos sociais nos dias de hoje". Com isso, não buscamos negar que a *internet* acrescenta à visibilidade pública uma grande potência, já que os "caminhos" e "janelas" virtuais gozam do poder da simultaneidade e da instantaneidade. Trata-se de buscar escapar do "êxtase da conexão".

Assim, à luz de um estudo de caso sobre a *Ocupação Mercado Sul Vive*, localizada na cidade de Taguatinga (Distrito Federal), buscamos entender como atuam as TIC no fortalecimento dessas novas concepções de mundo insurgentes, descartando a hipótese de que as ambiências de redes sociais digitais funcionam como "lugares" de deliberação e coordenação das ações. Para isso, buscamos investigar a natureza desta *militância pelo direito à cidade* no Brasil enquanto embates que constroem uma racionalidade paralela, que buscam novos centros de referência contra-hegemônicos para a auto-organização e para as estratégias de atuação dos movimentos, grupos e coletivos, inclusive descartando a centralidade de objetos tecnológicos em sua prática política.

No entanto, antes de tudo, destacamos que o objeto do estudo de caso não representa uma ocupação de um espaço público *central*, espaço de visibilidade mundial ou mesmo nacional, como *Wall Street* (Nova Iorque), *Praça Tahir* (Cairo), ou o Largo da Batata (São Paulo). Trata-se de uma ocupação que acontece na periferia, em um local de extrema importância para a cidade de Taguatinga enquanto símbolo de contraposição à organização hegemônica do espaço urbano do DF. Ou seja, a ocupação descende de um processo histórico de segregação sócio-espacial inaugurado com a construção de Brasília e que, por isso, está diretamente relacionada à luta por moradia e transporte público neste local. Dizemos que trata-se de um caso de *ocupação pelo direito à cidade* justamente porque, ao criar outras lógicas e práticas cotidianas, parecer submeter o espaço urbano a outros processos de valorização, que se contrapõem à vinculação promovida pela troca informacional existente no individualismo do consumo capitalista, presente nas sociedades mediatizadas contemporâneas.

4.2 - Militância pelo Direito à Cidade

O "direito à cidade" a que se referem os novos movimentos sociais, grupos e coletivos é uma ideia que acumula um sentido histórico bem afinado com o uso político

contra-hegemônico dos espaços públicos urbanos. Diz respeito a um conceito apropriado da formulação de Henri Lefebvre (2001, p.105), que, em 1968, constituiu uma utopia a ser construída e conquistada pelas lutas populares, visando o direito coletivo de criação e a plena fruição do espaço social. O "direito à cidade" corresponde à necessidade urbana de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontro, lugares onde as relações não seriam tomadas pelo "valor de troca", pelo comércio ou pelo lucro. No limite, seria a necessidade do tempo do encontro para "trocas sociais livres". Para Lefebvre (2001, p.106), a sociedade urbana ainda é algo a ser alcançado, seria obra de uma nova práxis do homem urbano -, que precisaria estar sustentada por um novo humanismo. "A vida urbana ainda não começou", pois precisaríamos criar ainda uma nova cidade. Para isso:

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas de relações. Se é necessário ser exato, o arquiteto, não mais que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes (LEFEBVRE, 2001, p.107).

O geógrafo britânico David Harvey é um dos autores que têm se dedicado a pensar o conceito de "direito à cidade" no contexto do século XXI. Para isso, o autor vem afirmando que a liberdade da cidade é muito mais do que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com "o desejo dos nossos corações" (HARVEY, 2013a, p.27). Com isso, Harvey (2013a, p.28) quer dizer que, no decorrer do processo urbano, ao refazer a cidade, refaríamos a nós mesmos: se descobrirmos que nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então teríamos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. Ou seja, "a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoas que desejamos nos tornar". A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, dessa maneira, para o autor, seria um dos mais preciosos de todos os direitos humanos (HARVEY, 2013a, p.28).

Mas, diante dos desenvolvimentos urbanos desiguais, que fazem das cidades cenários de conflitos sociais diversos, como seria possível que houvesse um único "desejo dos nossos corações" através do qual poderíamos transformá-las? Em resumo, como poderia o "direito à cidade" ser exercitado pela mudança da vida urbana? Para Harvey

(2013a, p.30), em primeiro lugar, o que podemos concluir é que o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Diante disso, então, somente por meio da mobilização social e da luta política poderíamos nos permitir imaginar juntos novas soluções. Ou seja, o "direito à cidade" não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais (HARVEY, 2013a, p.32).

De acordo com Lefebvre (2001, p.113), apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias poderiam se encarregar das soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornaria a obra humana. Ou seja, trata-se, inicial e principalmente, de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. Para Harvey (2013a, p.34), o direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar sua abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar um lugar cataclítico, de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas, e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O "direito à cidade" é a possibilidade de propor novas concepções de mundo, e pode ser interpretado como o direito de fazer dos espaços públicos lugares da Política, de colocar as demandas sociais em pauta - e esse é o *valor de uso* a que nos referimos.

No Brasil, em tempos de empreendedorismo urbano, a ocupação do espaço urbano por movimentos sociais que o reivindicam pode ser vista como um processo em que a Política ganha nova conotação. Em meio à velocidade do avanço capitalista, as ocupações são espaços em que a vida em comum (não mediada pelo consumo) toma forma, uma vez que toma-se ao pé da letra a afirmação de que a causalidade própria do urbano é o encontro, lugar de trocas e do fazer junto, do viver-com. Ao movimentar âmbitos plurais de trocas, as disputas e lutas sociais pela produção do espaço e pelo "direito à cidade" configuram como um "entre-lugar" que abre brechas para novos signos e postos inovadores de colaboração e de contestação, realinham as fronteiras entre o público e o privado, entre tradição e modernidade e enfrentam as expectativas normativas da ideia de progresso.

Em nome do "direito à cidade", os espaços públicos urbanos das metrópoles brasileiras vêm sendo ressignificados como territórios de manifestações, de denúncias e de

desobediência coletiva. Diante da precariedade da vida urbana, os movimentos, grupos e coletivos vêm ativando e fortalecendo processos sociais horizontais em resposta à debilidade do Estado às experiências insuficientes do "socialismo realmente existente". Nesse sentido, as *ocupações* figuram como ações diretas que levam adiante seus protestos e reclames. Diante de uma história de luta pela cidade democrática que acabou por reservar aos sujeitos organizados o papel de "participantes" em iniciativas e diretrizes⁹, os atuais movimentos sociais, grupos e coletivos desta *nova militância*, de forma geral, parecem querer inventar, através do *direito à cidade*, outros sentidos para os lugares urbanos enquanto constituintes da esfera pública, onde se busca exercer uma democracia "direta".

Diferente da Política que se faz nas cúpulas do poder hegemônico, insurgem as assembleias populares e a deliberação por consenso - formas dialógicas que têm a vida urbana como tema e espaço de realização. Segundo Ferrari (2006, p.19), quando, em 1989, o muro de Berlim ruiu, veio abaixo também a ilusão de um tempo. A utopia de um mundo justo, em grande medida, tinha como referência a União Soviética e a prática política de esquerda apoiava-se na vigência dos governos comunistas do leste europeu e na liderança de Moscou. A *glasnot* e a *perestroika* na URSS, antecedidas pelas dissidências, que no mundo inteiro romperam com a visão dogmática dos Partidos Comunistas, além de significar um caminho que indicava o fim do totalitarismo, representou o processo desencadeador da ruína da URSS e desse tempo que dissociou a democracia do socialismo.

A consequência do fim dessa "ilusão", de que aquilo era referência de socialismo, repercutiu imediatamente nas organizações políticas de esquerda, que já se encontravam paralisadas pelo dogma e pela institucionalização da prática política. Por outro lado, os

⁹ Segundo Maricato (2015, p.30), na década de 1980, um Movimento Social pela Reforma Urbana recuperou as propostas elaboradas na década de 1960, no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas, com o intuito de reaver as pautas que a ditadura havia interrompido a partir de 1964. Esse movimento reunia entidades profissionais (arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais), entidades sindicais (urbanitários, sanitaristas, setor de transportes), lideranças de movimentos sociais, ONG's, pesquisadores, professores, intelectuais, entre outros. Por sua influência, foram criadas comissões parlamentares e foram eleitos prefeitos, vereadores e deputados. Ainda segundo a autora, desse Movimento surgiram experimentações de gestão local democrática que "deixaram marcas profundas nas áreas do transporte, da cultura e da assistência social, que permanecem como paradigmas ainda nas nossa atualidade". No entanto, ainda segundo a autora, na nossa atualidade, após dois governos de Luís Inácio Lula da Silva, e da continuidade de alguns aspectos de seu modelo de gestão pela presidente Dilma Rousseff, a ocorrência de uma simbiose entre governos, parlamentos e capitais de incorporação, de financiamento e de construção, promove um *boom* imobiliário que toma as cidades de assalto. Com isso, as propostas da Reforma Urbana permanecem intocadas e a centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Para Maricato (2015, p.40), os interesses do mercado imobiliário, o interesse das empreiteiras, a prioridade às obras viárias ou de grande visibilidade dão o rumo para aplicação de recursos. "O que mais se vê na conjuntura atual são planos sem obras e obras sem planos, seguindo interesses de articulações de capitais, proprietários de imóveis e o financiamento de campanhas eleitorais" (MARICATO, 2015, p.41).

escassos movimentos armados de esquerda, que ainda resistiam, sobretudo na América Central, se viram isolados e diante de um impasse militar que impôs como saída a negociação e a institucionalização da ação revolucionária. Com o tempo, o discurso do fim da utopia socialista se "afirmou". O desencanto de muitos, a rendição de outros, e o início de uma era regida pela apatia, pelo cinismo e pela falta de capacidade para reinventar a prática política, turvou o olhar, cegou. Ainda segundo Ferrari (2006, p.20), a partir do fracasso do "socialismo realmente existente", a luta revolucionária não pôde mais pautar-se exclusivamente na experiência soviética ou na versão dogmática dos Partidos Comunistas.

Contudo, para o autor, a esquerda tradicional não foi capaz de responder ao desafio de recriar-se imediatamente. Desta forma, a sequência desse desfecho posterior à queda do muro de Berlim, aparentemente, foi a apatia e o aparecimento de uma neo-esquerda pautada pela negação do socialismo e incapaz de construir uma alternativa ao dogmatismo, que não significasse "refundações", que na maior parte dos casos representou o abandono da luta. Atitudes que, sob o pretexto da "derrota" do socialismo, passaram a tergiversar diante da realidade cruel do capitalismo global (FERRARI, 2006, p.20). Para o autor:

Em grande medida, entre a falta de sinceridade e a alienação voluntária e imposta, entre um revelar permanente diante da morte do outro, essa falta de atitude e imaginação para reinventar a prática pode ser atribuída a condicionamentos históricos - ideológicos e culturais, que legitimam um modelo de democracia nos parâmetros do mundo ocidental, colocando a democracia representativa como um valor universal. Práticas políticas, partidária e individuais, absolutamente permeadas por um referente cultural que aprisiona a mente e a ação de uma maneira que nos impede de voar até outros delírios possíveis, capaz de superar e derrotar o modelo "absoluto" oriundo da Grécia, Roma, da revolução francesa, do decaído império das estrelas opacas, e também dos referenciais de uma esquerda sem imaginação (FERRARI, 2006, p.20).

Todavia, segundo Gohn (2013, p.13), já desde a década de 1960, mais especificamente em 1968 (antes da queda do "socialismo real", portanto), inúmeros analistas afirmavam que havia uma grande revolução cultural e comportamental nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida. Segundo Sartre, essa geração buscava "viver sem tempos mortos". Tais jovens criaram utopias e buscaram engajar-se na política de modo diferente das formas então vigentes, pensados como atores sociais básicos para uma nova sociedade. Criaram identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher, etc. Eles queriam ser ouvidos.

Não queriam mais ser conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, nem pelos "tempos mortos" (GOHN, 2013, p.13).

Já na década de 1990, os movimentos alter ou antiglobalização irromperam no cenário internacional, especialmente após os eventos em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999. Eles demarcaram territórios e tempos específicos para suas ações: as reuniões de cúpulas econômicas, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), reunião de líderes como o tradicional encontro em Davos, ou reuniões políticas, como as reuniões do G8 (países mais influentes da época) etc. A partir do final dos anos 90, o campo temático deixou de lado a "cultura" e os valores de um tempo, como os anos 1960, assim como não voltou ao tema das lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: um outro mundo é possível (GOHN, 2013, p.14).

De acordo com Zizek (2012, p. 06), um dos fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 está na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Contudo, encontram-se também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc (ZIZEK, 2012, p.6). Não são os operários os sujeitos principais, ainda que sindicatos participem, por exemplo, do Fórum Social Mundial (FSM) e, posteriormente, das grandes manifestações públicas dos Indignados Europeus. Os sujeitos dessas manifestações têm sido organizados sob múltiplas formas - etnia, raça, gênero, idade, tipo de atividade do trabalho (rural ou urbana), unidades produtivas da economia solidária, etc. Ainda segundo o autor, a forma de protesto também é diferente, tanto das fórmulas clássicas (greves, ações sindicais, passeatas, etc.) como nas formas de 1968. "Ainda que tenham ocorrido protestos nas ruas, predominaram fóruns, assembleias, grandes encontros, longas caminhadas, etc." (GOHN, 2013, p.15).

De maneira geral, os movimentos altermundialistas seguem na trilha de recriar novas formas de ação, de negar não apenas as políticas governamentais tradicionais, como também as formas antes consideradas "clássicas" das ações coletivas, via partidos e sindicatos. Löwy (2008, p.32) faz análise na mesma direção quando afirma:

O movimento altermundialista é sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência antissistêmica do início do século XXI. Esta vasta nebulosa, esta espécie de 'movimento dos movimentos' [...] - não

corresponde às formas habituais da ação social ou política (LOWY, 2008, p.32)

Ao final da primeira década deste século, especialmente após 2008, os movimentos e mobilizações sociais mudaram novamente seus territórios e o eixo de seus repertórios discursivos. Passaram da antiglobalização (ou alterglobalização) para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008 nos EUA. O campo temático das lutas e protestos contemporâneos continuou a destacar o plano macroeconômico, mas foi mais detalhista, visto que focalizou nesse cenário o capital financeiro, contestando os resultados das políticas econômicas para a vida dos cidadãos, a financeirização como norma reguladora dessas vidas - com a falta ou má qualidade de serviços públicos, por exemplo (GOHN, 2013, p.17).

Sobre a nossa atualidade, Gohn (2013, p.19) explica que observa-se um cenário em que marchas, ocupações e manifestações voltaram à cena em diferentes partes do mundo globalizado. Elas negam a política e o comportamento antiético de muitos políticos; protestam contra a exclusão socioeconômica e a de categorias sociais, como os próprios jovens. Ainda segundo a autora, as manifestações atuais são diferentes das dos anos de 1990, mas são, ao mesmo tempo, resultado de conjunturas econômicas e políticas que foram estruturadas naquela década, com a globalização que produziu uma geração ampliada de excluídos. Mais adiante ela ainda afirma que:

No mundo globalizado, destacam-se novas dinâmica associativas dos movimentos, cada vez mais heterogêneos nos cenários regional e global, assim como novas estratégias de ação coletiva e movimentos alterglobalizantes e suas redes sociais transnacionais e impulsionadas pelas transformações da comunicação e da informação (...) As novas mobilizações não são convocadas por partidos ou sindicatos (...) A principal explicação é dada não apenas pelos rumos que partidos e sindicatos têm adotado na atualidade, mas sim pelo desencanto com a política, a indignação diante do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso do dinheiro público e falta de vontade política dos dirigentes (GOHN, 2013, p.20)

Diante de tudo isso, identificamos a *militância pelo direito à cidade* no Brasil como um movimento que, ao negar o processo de financeirização da relação entre os sujeitos e o espaço urbano das metrópoles nacionais, antes de tudo, nega a globalização, e aponta para modos de atuação que aparecem e se desenvolvem na nossa atualidade. É uma militância que deriva de um *movimento de resistência global* no país, herdando suas referências, princípios, e sua aversão pela política institucional. Estas afirmativas tornam-se mais claras

quando consideramos a história do Movimento Passe Livre (MPL) - um dos mais importantes nesse arcabouço de movimentos, coletivos e grupos da *militância pelo direito à cidade*, e o responsável pelas primeiras mobilizações que levaram ao que hoje se conhece como *Junho de 2013*. Seus auto-declarados princípios de *horizontalidade*, *autonomia* e *anticapitalismo* acabam se transformando em evidências da maneira com que aqueles movimentos dos anos 1990 reverberaram na criação de novas organizações no Brasil.

Por outro lado, a série de protestos populares de *Junho de 2013*, que começou por causa do aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, chamou a atenção para um processo que é anterior às manifestações daquele ano - que vai além do protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL) e da questão do transporte público. A ocupação cultural temporária e periódica da Praça da Estação, em Belo Horizonte; o Sarau Debaixo, que acontece embaixo do viaduto do D.I.A (Distrito Industrial de Aracaju), em Aracaju; o Ocupe Estelita, no Recife, e a *Ocupação Cultural Mercado Sul vive*, em Taguatinga, são exemplos que também se colocam no centro da discussão sobre a necessidade da produção de uma *nova* vida urbana (que confere *valor de uso* aos espaços públicos produzidos pelos próprios trabalhadores). Com o intuito de tornar essa *nova* vida urbana uma realidade, a tomada direta e descentralizada desses espaços públicos para fins políticos (contra-hegemônicos) vem transformando as cidades em um caldeirão de experiências sociais autônomas. A esta série de fenômenos diversificados que parecem ter as mesmas influências políticas e uma só utopia, chamamos de *militância pelo direito à cidade*. .

A partir destas articulações, podemos afirmar que os movimentos, grupos e coletivos que se reúnem ao redor do fenômeno *militância pelo direito à cidade* são influenciados por vertentes do movimento social libertário brasileiro - que, na figura do *movimento de resistência global*, construiu mobilizações amplas e autônomas contra a globalização na década de 1990 -, com forte aversão às organizações políticas da esquerda tradicional. Herdeiros de uma identidade "autonomista" e "libertária", inspiram-se nestas experiências para o trabalho de construção da organização popular.

Segundo Vainer (2013, p.39), a atual cidade neoliberal aprofundou e "agudizou" os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimento excludente: favelização, informalidade, serviços precários, ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, a

insurgência de novos atores políticos organizados ao redor de uma *militância pelo direito à cidade* não deveria surpreender. Diante das imposições dos capitais internacionais (com isenção de impostos e a Lei Geral da Copa, por exemplo), e das remoções forçadas de 200 a 250 mil pessoas nas cidades anfitriãs de megaeventos, um intenso debate vem acontecendo ao redor do tema. Em 2005, estruturou-se no Rio de Janeiro o Fórum Social do Pan, durante o Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial, promovido pela agência UN-Habitat. Em 2010, começaram as articulações que iriam originar os Comitês Populares da Copa e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). Em 2011, a Ancop produziu o extenso e substancial dossiê *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*, entregue a autoridades municipais, estaduais e federais. Além disso, por toda parte, comunidades e bairros ainda resistem às remoções.

Ainda segundo o autor, também são longas e consistentes as histórias e trajetórias do Movimento Passe Livre, do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, da Central de Movimentos Populares, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e tantos outros movimentos em tantas outras cidades. Tão ou mais importante, a multiplicidade de grupos culturais, em que todas as tribos, através de mil e uma formas de expressão, mais ou menos transgressoras, se insurgem contra um sistema social e uma cidade que lhes negam lugar e passagem (VAINER, 2013, p.40). Segundo Vainer (2013, p.40), esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona trazem para as nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda "não foi contaminado" pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abre extraordinárias possibilidades de interpelação e transformação. Mas nada ainda está decidido. O jogo está aberto. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de que outra cidade é possível (VAINER, 2013, p.40).

4.1.1 - Ocupações

Segundo Tella & Muñoz (2014, p.122), essa disputa pelo espaço público urbano, historicamente, está associada aos setores populares que apelam para métodos não tradicionais e mobilizadores para fazer valer seus direitos - "*son formas de acción directa que conviven con las formas institucionales y parlamentarias de representación*" (TELLA & MUÑOZ, 2014, p.122). Sobre o fenômeno de *las okupaciones* na Espanha (experiência

fundamental ao entendimento da discussão desenvolvida até aqui), Martínez Lopes (2003) nos sugere que estas são formas de autogestão que consistem em expressões contraculturais de protestos; que implantam modelos alternativos em zonas urbanas relegadas ao processo de reestruturação capitalista. Trata-se de um movimento que acerta o centro das problemáticas urbanísticas: tanto nas escalas micro quanto nas escalas macro, tanto em uma vertente construtiva como em outra crítica, tanto pela apropriação e manutenção dos espaços "okupados" como pela denúncia da ação hegemônica sobre os espaços de moradia. Além disso, é um movimento que implanta alternativas de vida urbana desde a diferença e diversidade de movimentos sociais que se cruzam nas ocupações. Esta conexão entre âmbitos privados e públicos, entre a satisfação coletiva de necessidades básicas e a denúncia pública da negação do direito à cidade, entre a autogestão e a vida cotidiana e a sinergia de coletivos e projetos sociais, entre a construção da democracia direta e a crítica anticapitalista criativa, é justamente o que nos possibilita debater as condições de vida e a redes sociais dessa prática urbana (MARTÍNEZ LOPES, 2003).

Neste debate, Martínez Lopez (2003) concebe a categoria "espaços sociais" como os lugares de residência, trabalho, mobilidade ou comunicação em que o espaço físico é habitado na medida em que é apropriado com práticas simbólicas (colocando nome, concebendo suas possibilidades e usos, comunicando-se através dele e fazendo-o objeto de comunicação), ou materiais (produzindo-o e fazendo-o produzir, construindo-o, transformando sua disposição e organização). No fenômeno das *okupas*, estas práticas simbólicas ou materiais acontecem por "autogestão". Sobre esta prática organizativa, o autor descreve:

[és] poner en común deseos y necesidades, vivir situaciones compartidas en la que se genera confianza mutua, analizar y planificar colectivamente las acciones a llevar a cabo, comunicarse, debatir y tomar decisiones consensuadas, comprometerse a asumir tareas especiales, conseguir recursos y materiales básicos que financien el proyecto, solicitar la aportación solidaria de herramientas y de conocimientos técnicos...(MARTÍNEZ LOPEZ, 2003).

A conclusão do autor a partir dos casos espanhóis é de que a "autogestão" não é sinônimo de homogeneidade. É um vetor fundamental para dentro do coletivo de ocupantes, mas também para fora: se converte em um espaço especial do bairro ou da cidade onde se participa da organização (e não apenas do consumo) de atividades contraculturais e políticas; ou funciona como centro de convergência de coletivos (grupos de música, coletivos de teatro, cooperativas de artesanato) e de usuários simpatizantes que

buscam experimentar a autogestão (preços das atividades ou produtos acessíveis a todos os bolsos, horizontalidade organizativa, igualdade nas remunerações, etc.). Por fim, verifica que esta construção de comunidades de autogestão social em zonas urbanas produz certo atraso nos processos de reestruturação - como a gentrificação e a especulação imobiliária.

Portanto, as *ocupações* aparecem como estratégias de prática do direito à cidade quando reescrevem coletivamente os usos dos espaços, transformando-os em lugares públicos de denúncias, debates, e do exercício de novas formas associativas cotidianas. A partir da convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. A semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia (SANTOS, 2012, p.133).

Nesta possibilidade de criação de outro "tempo" e outro "espaço" cotidianos, se constrói uma verdadeira oposição à natureza das atividades *just-in-time* (que trabalham com um relógio universal movido pela mais-valia universal). Busca-se escapar desta racionalidade única, reitora de todas as outras, desejosa de homogeneização e de unificação, que transforma a existência daqueles a quem subordina numa perspectiva de alienação. No cotidiano recriado, a razão de viver, é buscada por meio de outras formas de ser racional. "O mundo cotidiano é o da produção ilimitada de outras racionalidades, que são, aliás, tão diversas quanto as áreas consideradas, já que abrigam todas as modalidades da existência" (SANTOS, 2012, p. 126). Isso porque o cotidiano supõe uma demanda desesperada de Política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses.

Desta forma, a luta pelo acesso e permanência nos espaços públicos urbanos é a reivindicação da possibilidade de cooperação e criação coletiva independente, ou seja, da criação dos *espaços de construção do comum*. Do conceito de *multidão* de Hardt e Negri (2014, p. 258), surge a afirmação de que as singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. "A multidão é a subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha." Utilizando-se do conceito de "hábito" como recurso da moderna filosofia pragmatista, os autores explicam que "o hábito é o comum em ação", e que este só se forma socialmente, no compartilhamento de experiências. Segundo Linebaugh (2014, p.14), o *comum* sempre foi "local". Ele depende mais do costume, da memória e da transmissão oral para a

manutenção de suas normas do que das leis, da polícia e da mídia. Vinculado a isso, está a independência do *comum* frente ao governo ou à autoridade estatal. Assim, o caráter local, a vinculação com os costumes, a memória e a oralidade, somados à horizontalidade, à abertura às singularidades e ao desejo de democracia real, desdobram-se na indispensável autonomia do *comum* frente aos governos.

Desta forma, as *ocupações pelo direito à cidade* criam outras lógicas e práticas cotidianas para a metrópole moderna atual e parecem submetê-la a processos de valorização que combatem as lógicas capitalistas historicamente estabelecidas, através de uma política dos de baixo, "anti-institucional", constituída a partir de suas visões de mundo e dos lugares. Então, para entender a atuação das TIC na produção dessa ideia contra-hegemônica de espaço urbano, passamos à observação de um caso empírico, mais com a finalidade de abrir questões do que de encontrar verdades, por entendermos que os usos e re-usos dessas novas tecnologias não são estáticos.

4.2 - Estudo de caso: Ocupação Cultural Mercado Sul Vive - Taguatinga (DF)

Para a realização deste estudo de caso, além das informações disponíveis na *internet*, utilizamos da nossa experiência pessoal na participação, enquanto militantes, em alguns processos da *Ocupação*. A este conjunto descritivo, atribuiremos o nome de "etnografia", conforme é entendida por Geertz (2011), para quem esta técnica excede o ato de transcrever textos, levantar genealogias, etc., mas está ligada justamente à interpretação de uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, de estruturas superpostas de inferências e implicações, através das quais o etnógrafo tem que procurar o seu caminho continuamente. Ou seja, para Geertz (2011, p.04) o conceito de *cultura* (ao qual a "etnografia" serve) é essencialmente semiótico.

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2011, p.08).

Ainda segundo o autor, na prática desta técnica de pesquisa, o que inscrevemos não é o discurso social bruto ao qual não somos atores. Ao contrário, a análise cultural é uma adivinhação "ativa" dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas. Não trata-se, portanto, da descoberta de um pretense "Continente dos Significados" e do "mapeamento da sua paisagem incorpórea". Para Geertz (2011, p.15), a descrição etnográfica é interpretativa e

microscópica, porque retira de uma coleção de miniaturas etnográficas uma ampla paisagem cultural da nação, da época, do continente ou da civilização. A respeito disso, afirma:

O ponto global da abordagem semiótica da cultura é auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceitual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles (GEERTZ, 2011, p. 17).

Ao lado de Geertz (2011, p.19), nossa dupla tarefa, portanto, é descobrir as estruturas conceituais que informam os atos dos nossos sujeitos, o "dito" no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Porque, para o autor, em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo - isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. Um repertório de conceitos gerais e sistemas de conceitos se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição, na esperança de tornar cientificamente eloquentes as simples ocorrências. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados. Assim, não é apenas a interpretação que refaz todo caminho até o nível observacional imediato: o mesmo esperamos que aconteça com a teoria da qual depende conceitualmente essa interpretação.

Além disso, para compor este conjunto descritivo inicial, também escolhemos a análise do conteúdo de imagens do *Facebook* da *Ocupação*, em específico dos cartazes de divulgação de atividades, para entender a natureza das ações que se desenvolveram a partir do dia 7 de fevereiro de 2015, dia em que o espaço foi definitivamente ocupado pelos militantes. Trata-se de um recurso que espera traçar um esboço mais nítido do cotidiano, além de inferir a importância da ferramenta *Facebook* como instrumento contra-hegemônico de comunicação neste caso. Para casos como este, as Ciências Humanas oferecem um instrumento: a "análise de conteúdo de comunicações", segundo Bardin (2009, p.28). De acordo com a autora, a análise de conteúdo de mensagens possui duas funções: uma *heurística* - onde enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta; e ainda uma função de *administração da prova*, onde as hipóteses, sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo "para servir de prova" (BARDIN, 2009, p.30). No

que se refere à nossa pesquisa, predomina, portanto, a função *heurística* da análise de conteúdo.

Desta forma, consideramos que as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise, escolhemos os documentos a serem submetidos à análise, formulamos os objetivos, e elaboramos os indicadores/categorias que fundamentarão a interpretação final. Sobre essas etapas nesse caso, a fase de exploração do material consistiu essencialmente de operações de codificação e enumeração das imagens do *Facebook* da *Ocupação*. Na fase de interpretação, estes resultados brutos serão tratados de maneira a serem significativos ("falantes") e válidos (BANDIN, 2009, p.150). Outro tipo de análise aparece como igualmente importante neste caso: a análise temática, que também é característica da análise de conteúdo. Ainda segundo Bardin (2009, p.106), fazer uma análise temática, consiste em descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Por isso, a identificação dos "temas" dos cartazes de divulgação figura como central no nosso conjunto descritivo e, posteriormente, figurarão para as nossas interpretações, já que "o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc" (BARDIN, 2009, p.106).

Por fim, considerando a inter-relação histórica que existe entre a criação da cidade de Brasília, a cidade de Taguatinga e a produção do espaço do Mercado Sul enquanto lugar de atuação política contra-hegemônica; assim como o trabalho etnográfico descritivo e a "pré-análise de conteúdo", que dão formato ao caso da *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* neste trabalho, passaremos a um processo de interpretação da *Ocupação* buscando localizá-la dentro de um fenômeno geral que aqui chamamos de *militância pelo direito à cidade* no Brasil.

Assim, ao nos lançarmos na proposta da construção de um estudo de caso sobre determinado espaço geográfico, passamos a enfrentar o risco de um recorte brusco, que exclui a busca pela totalidade do contexto. Ou seja, poderíamos fazer um recorte que não considerasse que esta *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* decorre diretamente da história da formação do território do Distrito Federal (DF), em específico da inter-relação

que existe entre a criação da cidade de Brasília e a da cidade de Taguatinga. Com o intuito de tentar amenizar este risco, seguimos o exemplo de Velho (1982, p.04), que em seus estudos de antropologia urbana sobre o bairro de Copacabana (RJ), dedicou-se a revelar como viviam os moradores do *Edifício Estrela*, sem isolá-lo, no entanto, do bairro, da cidade, e da sociedade nacional, arbitrariamente.

Entendido isso, é importante que se explique que a história da produção do espaço do DF é extremamente peculiar, visto que decorre pontualmente do planejamento da construção da cidade de Brasília, na década de 1950. Justamente por esta característica de "cidade planejada", tida como "a maior realização do urbanismo no século XX" (GOUVÊA, 2010, p.83), tombada como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, em 1987 -, Brasília possui uma história praticamente incomparável de transformações nas formas e funções de seu espaço urbano enquanto cidade capitalista. No entanto, quando colocada em relação às histórias de outras cidades brasileiras, podemos dizer que as conseqüências do processo de segregação sócio-espacial são as mesmas: com destaque para as questões da moradia e do transporte público.

Segundo Gouvêa (2010, p.83), além das inovações de traçado e da arquitetura dos edifícios, Brasília destaca-se pelo fato de que, desde o início, o poder público detém a propriedade da maior parte das terras e tem a exclusividade das ações de planejamento. Por sediar o governo federal, obtém, com relativa facilidade, recursos financeiros. Apesar disso, apresenta problemas muito semelhantes a outras cidades de seu porte: cresce, a cada dia, o número de favelas e sublocações de lotes unifamiliares. Alia-se a esse problema o expressivo contingente de pessoas que, morando nos núcleos urbanos criados pelas sucessivas políticas de erradicação de favelas ou nas periferias do DF, é obrigado diariamente a se deslocar de grandes distâncias, pagando as tarifas mais elevadas de transporte público do país.

Ou seja, em Brasília e no DF de maneira geral a relação do modo de produção capitalista sobre o espaço e as políticas habitacionais também mostram como as formas de segregação social, desenvolvidas por meio da valorização do solo, se relacionam com as formas de controle político e ideológico empregadas pelo Estado, utilizando o espaço de uso residencial como objeto de ação. Sobre isso, Gouvêa (2010, pp.88-89) explica que entre as justificativas da mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central em 1950 estava a necessidade de se ter uma capital que, ao mesmo tempo em que dificultasse

uma ação militar externa também permitisse ao Estado um efetivo "controle social" sobre a massa trabalhadora, que naquela ocasião pressionava a administração do país com constantes greves e manifestações nas portas do Palácio do Catete.

Mas, em função do crescimento dos fluxos migratórios na época, somente a mudança da localização da capital não garantiria as condições de isolamento requeridas pelas classes dominantes. Por isso, a proposta físico-espacial alinhada com os princípios modernistas da Carta de Atenas de Le Corbusier figurou como saída para esta busca. Ainda segundo Gouvêa (2010, pp.89-90), por traz do "racionalismo messiânico", o modernismo escamoteava suas verdadeiras intenções de instrumentalizar o espaço, para colocá-lo a serviço do capital. Sobre isso, o autor afirma:

Em Brasília [...] houve um "casamento" perfeito entre os princípios geopolíticos que nortearam a mudança da capital e os preceitos da Carta de Atenas que inspiraram a concepção do projeto que deu origem à cidade. Brasília, ao mesmo tempo em que se tornou um símbolo do urbanismo moderno, se configurou como um modelo quase perfeito de segregação e controle espacial e social (GOUVÊA, 2010, p.90).

A fase de construção da cidade (entre 1956 e 1960) foi marcada pela chamada aos brasileiros para construir a nova capital do Brasil, que migravam por causa da intensa propaganda existente na época. Os "candangos" vinham para o Planalto Central não somente para construir uma cidade, mas para construir a "capital da esperança", pois tinham a esperança de melhores dias para trazer suas famílias e viver com dignidade. Este sonho era realimentado pela atuação dos políticos da época, incluindo-se o próprio presidente da república, Juscelino Kubitschek, dando a ilusão de que as coisas iriam mudar realmente com a construção de Brasília (GOUVÊA, 2010, p.90).

No entanto, a realidade era que, ao chegarem ao que seria o DF, os trabalhadores acabavam vivendo em barracos improvisados como alojamento coletivo, comiam mal, ganhavam pouco, e ainda eram comuns casos de trabalhadores mortos nas "viradas" ou pela famigerada Guarda Especial de Brasília (GEB). Além da discrepância entre as condições de vida dos trabalhadores e dos técnicos graduados e políticos, observava-se a clara intenção de construir o Plano Piloto para abrigar os funcionários mais graduados do governo, e as cidades satélites, de padrão inferior, para servir de moradia para o restante da população, ficando patente, desde o início, a política discriminatória, apesar dos discursos em contrário. Quando Brasília foi inaugurada, o processo de remoção intensificou-se tornando-se sistemática esta prática, pelos vários governos que se seguiram (GOUVÊA, 2010, p.91).

Entre os anos de 1960 e 1979, a partir do momento em que as obras foram ficando prontas, o "candango" era compelido a deixar a capital, nos sucessivos programas de retorno de migrantes, implementados em 1963, ou eram removidos para localidades distantes do Plano Piloto, entre 12 e 50 quilômetros, em assentamentos desenvolvidos a partir de 1958 e intensificados na década de 1960, que originaram e/ou expandiram as várias cidades satélites. No caso da erradicação da Vila do IAPI, uma população de aproximadamente 82 mil pessoas foi removida das margens do Lago Paranoá contra a vontade para um local sem infraestrutura urbana ou comunitária, localizado a cerca de 30 quilômetros do Plano Piloto, denominado Ceilândia (GOUVÊA, 2010, p.92).

Toda a política de remoção de favelas se demonstrou extremamente negativa do ponto de vista social, particularmente a remoção da Vila do IAPI para Ceilândia, onde a mudança das famílias causou uma significativa redução de suas rendas, em razão da distância do novo núcleo em relação ao centro de empregos (na época, o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirantes) e principalmente em face do custo do transporte, que praticamente impediu a participação dos filhos menores e da mulher na composição da renda familiar. Além disso, a inexistência de equipamentos urbanos e comunitários, nos primeiros anos, trouxe toda sorte de problemas, acentuando a dependência da população em relação ao Plano Piloto, mais dotado de serviços, comércio e atividades capazes de oferecer empregos.

Neste período, Brasília praticamente se consolidou como a capital administrativa do país. Foram criadas as cidades-satélites do Gama, Sobradinho, Guará (década de 1960), Guará II e Ceilândia (década de 1970), e ampliado os Setores O, P Norte da Guariroba e QNL de Taguatinga, além de ter sido promovido um significativo incremento na ocupação dos setores centrais do Gama, Guará, Cruzeiro Novo e QNA, B, C, D, E, G e nas QNJ de Taguatinga. O poder público primeiramente se encarregou de determinar "estrategicamente" a localização das diversas cidades-satélites, deixando, num segundo momento, que o próprio mercado imobiliário desse continuidade ao processo de segregação espacial. A população passou a enfrentar uma contínua mobilidade espacial, que provocou a expulsão das famílias para as cidades-satélites ainda mais distantes e mal-equipadas, ou mesmo para fora do DF nas áreas próximas à cidade de Luziânia, que apresentava taxa de crescimento de 600% na década de 1970 (GOUVÊA, 2010, p.96).

O período que foi de 1979 a 1983 é conhecido, segundo Gouvêa (2010, p.97) como aquele em que o poder público, ao mesmo tempo em que utilizava a implantação de infraestrutura urbana nas favelas como forma de desmobilização popular, passou a desenvolver uma política de controle de migração, através da não-oferta de moradias, acreditando que desta forma diminuiria o fluxo migratório para Brasília, o que na realidade não ocorreu. A respeito disso, o autor narra:

No momento seguinte a esta ação, o DF contava com 85 mil pessoas morando em favelas, cerca de 3,5 vezes mais que no período imediatamente anterior. Isso sem contar as pessoas que sublocavam lotes nas cidades-satélites, ou moravam nos loteamentos periféricos, que no período se transformaram em alternativas reais para a população, pois não existia oferta habitacional no perímetro do DF (GOUVÊA, 2010, p.97).

Entre os anos de 1982 e 1985, reforçou-se a prática de urbanização de favelas como perspectiva eleitoral, tendo em vista o processo de "abertura política" que contagiava a população, deixando-se de lado a prática de erradicação de favelas. Segundo dados da Secretaria de Serviços Sociais, de 1988, foram assentadas 41.640 pessoas num período de três anos. Já durante a Nova República, apesar dos discursos progressistas proferidos nos palanques da campanha das diretas, conseguiu-se, em pouco mais de quatro anos de ação na área de habitação, cometer os mesmos "erros" que os militares cometeram nos 21 anos de governo em Brasília: a Nova República também empreendeu uma política de controle migratório e de oferta diminuta de lotes, fazendo os preços dos imóveis subirem; e criou o programa "Entorno com dignidade", uma reedição da política de erradicação de favelas e construção de grandes conjuntos habitacionais em locais distantes, desenvolvida nos anos da ditadura militar (GOUVÊA, 2010, p.104).

Durante o governo Roriz (1988-1989), em razão do desgaste político do seu antecessor, à proximidade das eleições e aos planos políticos do governador, a habitação novamente é utilizada como instrumento para angariar simpatias populares e contes o avanço dos partidos de esquerda (PT, PDT, PCB's). Fundamentalmente, o governo Roriz repetiu o equívoco dos governos anteriores ao ofertar moradias em locais distantes dos centros de empregos, invertendo a lógica urbana e obrigando a população a despender parte significativa de seu salário com o transporte diário (GOUVÊA, 2010, p.106).

Já no século XXI, podemos dizer que há poucas mudanças nos aspectos deste cenário geral de organização do espaço urbano do DF, e da consequente segregação sócio-espacial que dele deriva. Ou seja, os processos de remoções forçadas e de especulação imobiliária que ainda acontecem parecem pertencer à história (ainda recente) de produção

do espaço, e não, necessariamente, a um *novo* movimento relacionado à globalização. Em contrapartida, é possível afirmar que, em consonância com as tendências da atualidade, a cidade de Brasília tem vivido um movimento de "reimaginação", afetando ainda mais a questão do acesso da população aos seus espaços públicos centrais. E isto torna-se visível quando destacamos o fato de que, no ano de 2015, o Governo do Distrito Federal (GDF), na figura da gestão do governador Rodrigo Rollemberg (PSB), introduz o "empreendedorismo urbano" como modelo administrativo e inaugura uma nova fase de repasse de setores da gestão à iniciativa privada.

Como política geral, em junho de 2015, o Decreto nº 36.554 estabeleceu novas regras para o setor privado elaborar levantamentos e estudos para administrar quaisquer equipamentos públicos. Em novembro do mesmo ano, a resolução nº 72 autorizou a abertura de editais de chamamento público convidando pessoas físicas e jurídicas a apresentarem os projetos de gerenciamento de *espaços e serviços* públicos: Zoológico; Torre de TV e Torre Digital; Centro de Convenções; Parque da Cidade; e a iluminação pública da capital - pontos selecionados por serem considerados potencialmente exploráveis sob o aspecto econômico (JORNAL DE BRASÍLIA, 2015). A aliança com a iniciativa privada ainda pode "tirar do papel" um antigo projeto: o parque tecnológico Capital Digital, que ambiciona "tornar-se referência em Ciência e Tecnologia". A exemplo do que já acontece em projetos deste tipo, em outras grandes cidades que pretendem transformar-se em "mais globais", no DF, prevalece o discurso de "modernização e melhoramento" dos espaços e de serviços públicos em substituição ao que está "abandonado" e "ultrapassado" (JORNAL DE BRASÍLIA, 2015). No Parque da Cidade, por exemplo, serão oferecidos espaços publicitários e pontos comerciais para ser explorados por empresas, e, em contrapartida, elas devem arcar com a manutenção deste que é um espaço público importante à capital. O entendimento de "modernização e melhoramento", portanto, relaciona-se diretamente com a substituição do *cidadão* pelo *consumidor*.

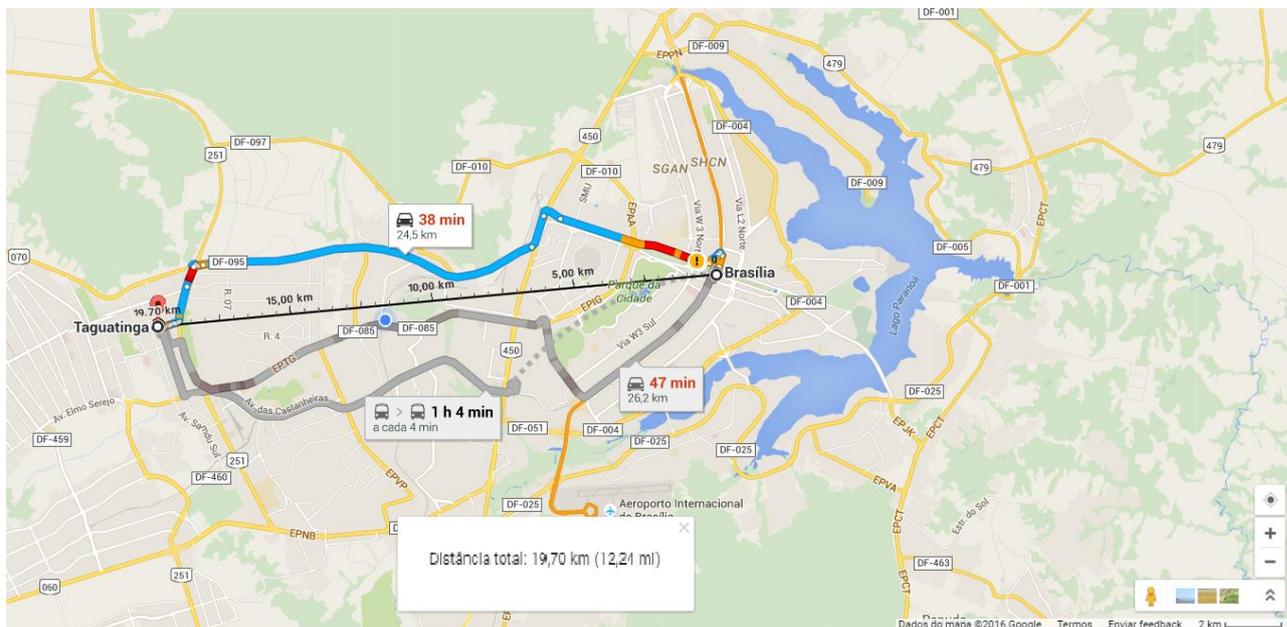
Por fim, de maneira geral, a estruturação do espaço urbano do DF, produto basicamente da ação governamental, tem historicamente suscitado muitas críticas, tanto pela distância dos núcleos satélites dos centros de emprego e poder, como pela dificuldade de apropriação social de seus espaços públicos centrais (de Brasília), dando assim a impressão de que se criou propositadamente uma trama espacial, que contribui para

resguardar os interesses das classes dominantes, num processo de absoluta injustiça social. A história da hoje conhecida como *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* desenrola-se na periferia do DF, justamente em contraposição a este quadro geral, desde a sua origem, na criação do Mercado Sul de Taguatinga: primeiro como feira livre; depois como beco *underground*, onde aspectos importantes da cultura hegemônica já eram contestados; até a atualidade, quando a questão do direito à cidade entra em pauta de forma incisiva.

Podemos dizer, então, que, nesse histórico de formação das periferias do DF e "entorno", a cidade de Taguatinga é conhecida como a "satélite" pioneira. Foi criada em 1958 para o desafogo da pressão exercida pela massa candanga (operariado pioneiro) que, habitando a Cidade Livre (futuro Núcleo Bandeirante), clamava por melhores condições de vida. Somado a isto, neste mesmo ano, milhares de migrantes chegaram à Brasília em busca de emprego, passando a ocupar barracos de madeira ao longo da Avenida W3. Assim, neste novo local "providenciado" pela administração da capital (a futura Taguatinga), cada trabalhador teria seu próprio lote e poderia adquiri-lo por preço "acessível", a "longo prazo". Mesmo sendo apontada como solução, houve muita resistência e luta contra a pretendida transferência da população, "inclusive com ameaça de os operários atarem fogo nos pavilhões de madeira da Novacap" (PAVIANI, 2010, p.144).

Mesmo diante disso, Taguatinga foi implantada no dia 5 de julho de 1958, em terras do município de Luziânia (Goiás), a Oeste de Brasília, em uma distância aproximada de 19 quilômetros da região central do Plano Piloto. Inicialmente, a cidade foi chamada Vila Sarah Kubitscheck, logo depois, de Santa Cruz de Taguatinga (CAVALCANTE, 2003, p.05).

Figura 2: Mapa do Distrito Federal/ distância Taguatinga - Brasília



Fonte: <http://googlemaps.com>

Como forma de revisitar a paisagem de formação dessa cidade, buscamos a história e o arquivo pessoal de Ivaldo Cavalcante que, em seu livro de fotografias *Taguatinga - Duas Décadas de Cultura (2003)* nos conta que, enquanto Brasília era inaugurada por Juscelino Kubitschek em 1960, o fotógrafo nordestino, na época com quatro anos de idade, estava a caminho de Taguatinga junto com seus oito irmãos em um caminhão "pau-de-arara". Como todo retirante, vinham em busca de seus sonhos e de melhores condições de vida. Através da história narrada e das fotografias, podemos imaginar a formação do centro de *Taguá*: a praça do Relógio foi cenário de sua infância, onde vendeu picolé, foi engraxate, e testemunhou as enormes filas do Cine Paranoá (ainda de tábuas). A cidade, ainda desordenada sob o ponto de vista do urbanismo funcionalista, era uma grande mistura formada por migrantes (principalmente nordestinos), indígenas¹⁰, e acampamentos ciganos próximos às quadras. Enquanto ouvia *Led Zeppelin*, Cavalcante (2003) viu crescer a Avenida Comercial Norte e tornou-se fotógrafo. E é justamente através dos seus registros que podemos recuperar um pouco da história da segunda etapa de formação do "lugar mais *underground* e londrino de Taguatinga: o Mercado Sul" (CAVALCANTE, 2003, p.05) - repleto de boates, putas cafetinas, assaltantes, gigolôs, bêbados e

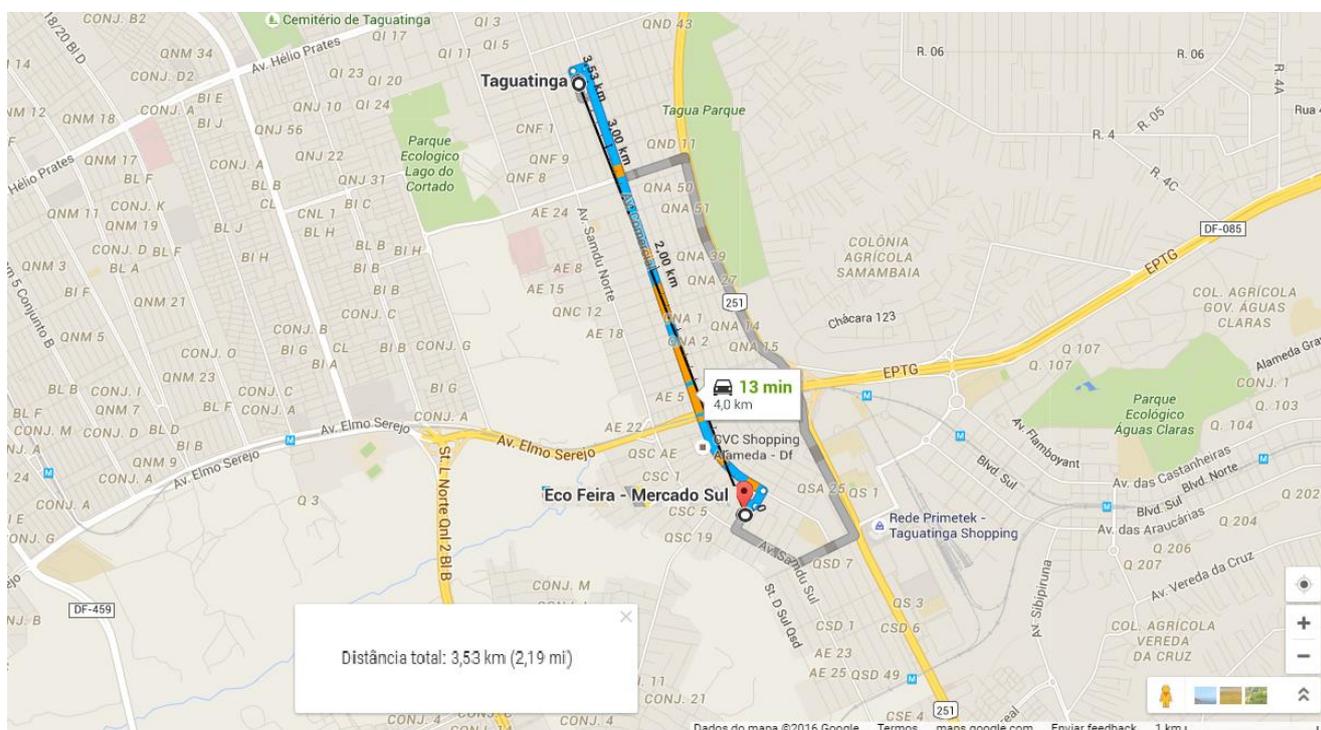
¹⁰ Antes da chegada da urbanização, as futuras terras de Taguatinga eram ocupadas por indígenas do tronco lingüísticomacro-jê, como os Acroás, os Xacriabás, os Xavantes, os Caiapós, os Javaés, entre outros, que localizavam-se às margens dos dois córregos que formavam o ribeirão Taguatinga.

desocupados, que lá passavam suas noites. A respeito da sua relação com o Mercado Sul, o fotógrafo afirma:

O Mercado Sul foi minha usina de sonhos, foi lá que instalei minha primeira oficina de serigrafia e montei meu primeiro laboratório fotográfico em preto e branco. Era lá na minha *Caverna* que eu ouvia *Feira Moderna* do Beto Guedes. Lá foi também o *Studio Cabeça*, onde passei boa parte de minha juventude e onde imprimir centenas de telas com estampas do Che, Bob Marley, Baarden, Bob Dylan, Lou Reed, Jimmy Page, Lennon, The Doors, e muitas outras (CAVALCANTE, 2003, p.05).

No entanto, antes de tornar-se *Beco da cultura underground*, o Mercado Sul começou como uma grande feira livre, que passou a funcionar ainda na década de 1950, antes mesmo da inauguração de Brasília, consolidando-se um dos primeiros centros comerciais do DF, localizado na QSB 12/13, distante cerca de 3 quilômetros do centro de Taguatinga. A partir da década de 70, a chegada das redes de supermercados à cidade levou muitos comerciantes à falência. "Armazém, armarinho, açougue, lanchonetes (...) O Mercado Sul perdeu feirantes e público (...) a ocupação dos pequenos boxes de lojas, ora abandonados ora em desuso, começou aí mesmo"¹¹. Nas décadas de 70 e 80, o que era uma feira em decadência virou reduto da boemia de Taguatinga.

Figura 3: Mapa de Taguatinga/ Distância área central - Mercado Sul



Fonte: <http://googlemaps.com>

¹¹ Mercadosul.org

Sobre esse histórico, a página oficial da *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* na internet posiciona-se:

Para muitos, esses 20 anos de vida marginal foram a face decadente do local. Por outro lado, entendemos que esse movimento já era o início da ocupação cultural. Em meio à boemia estavam poetas, músic@s, e uma série de artistas e pensadores que caminhavam na contramão do sistema cada vez mais capitalista que banhava a capital (MERCADOSUL.ORG).

A partir dos anos 1990, a chegada da família de "Seu Dico", *luthier* (fabricante artesanal de violas), iniciou uma fértil ocupação artística integrada à chegada de novos moradores e trabalhadores, transformando-o em vila cultural, também conhecido como *Beco*. Nos anos 2000, o mestre mamulengueiro Chico Simões levou para o *Beco* a sede do *Teatro de Mamulengo Invenção Brasileira*, que, posteriormente, transformou-se em ponto de cultura - agregando cada vez mais artistas, produtores e agitadores culturais. Outro importante marco nos anos 2000 foi o Cineclube Moitirõ que consagrou o caráter comunitário e autônomo do *Beco*: "Foram realizadas oficinas e vivências, além da cozinha comunitária e do acervo livre de livros e filmes"¹². Nesta cozinha eram produzidos e vendidos alimentos integrais e artesanais, funcionando como fábrica e depois Café. Entre os anos de 2011 e 2014, o Mercado Sul passou a abrigar o Espaço Cultural Mercado Sul, "autogestionado" por diversos grupos populares ligados à arte, à cultura, e à saúde.

Neste mesmo período, o movimento cultural que já dava vida ao Mercado Sul começou a enfrentar o risco de perder espaço para a especulação imobiliária e para a gentrificação. Mesmo com a série de atividades que ocorriam, a maioria das lojas estava abandonada pelos proprietários e pelo poder público e alguns coletivos estavam paralisando suas atividades devido aos altos preços dos alugueis. Ao mesmo tempo, muitas edificações encontravam-se sem boa parte da cobertura e com entulhos na parte interior, formando lugar ideal para a procriação de mosquitos transmissores de doenças e infestação de outros animais como pulgas, ratos e baratas. Frequentemente, o local transformava-se em esconderijo para o comércio de drogas e para pessoas que cometiam pequenos furtos, o que contribuía para o clima de receio e opressão nas pessoas que lá viviam e transitavam, tornando o lugar ainda mais ermo. Este mal uso serviria também para estigmatizar o lugar e todos os seus moradores e frequentadores. Sobre isso, o movimento afirma:

¹² Idem

A especulação imobiliária se tornou regra e vários espaços estão abandonados há anos para servi-la, contribuindo com a produção e reforço de um processo mundial nos espaços urbanos, a gentrificação, que expulsa as pessoas cada vez mais para as periferias das cidades por não conseguirem mais arcar com o preço cobrado pelo mercado imobiliário (MERCADOSUL.ORG).

Diante desta que parecia uma situação-limite, com o intuito de pensar ações que fizessem frente a este quadro geral, formou-se o *Coletivo Mercado Sul Vive* - constituído por artistas, artesãos, músicos, brincantes da cultura popular, *designers*, jornalistas, produtores e realizadores de vídeos, trabalhadores da área gastronômica, e outros. No dia 7 de fevereiro de 2015, o *Coletivo* iniciou o que chamam de "processo de retomada da cidade", com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento Passe Livre do Distrito Federal (MPL-DF). Foi quando decidiram entrar e ocupar algumas construções ociosas no Mercado Sul de Taguatinga e "torná-las vivas, cumprindo sua função social", principalmente através dos valores comunitários da arte e da cultura. Imediatamente após o processo de ocupação no Mercado Sul (que contou com a participação da Polícia Militar logo na primeira noite), o *Coletivo* começou a reforma e a limpeza das lojas e ruas, abrindo espaço para a série de atividades que viriam.

Através da sua página no *Facebook*¹³ e do site oficial na *internet*¹⁴, os integrantes da *Ocupação* convocaram os apoiadores a participar das reformas e a doar os materiais necessários:

¹³ [facebook.com/espacoculturalmercadosul](https://www.facebook.com/espacoculturalmercadosul)

¹⁴ mercadosul.org

Figura 4: Reforma das lojas ocupadas no Mercado Sul



Fonte: facebook.com/espacoculturalmercadosul/photos

A partir da ocupação do dia 07 de fevereiro de 2015, e das limpezas e reformas subsequentes, com o intuito de conferir uso a todas as lojas e ruas do Mercado Sul, uma intensa agenda de atividades gratuitas passou a ser colocada em prática. Através de uma análise do conteúdo de imagens da página da *Ocupação* no *Facebook*¹⁵, formulamos uma *Tabela de Cartazes de Divulgação de Atividades*, considerando as imagens publicadas entre os dias 10 de fevereiro de 2015 e 10 de dezembro de 2015. Do total de 92 cartazes, identificamos 13 categorias, onde *feira junina* corresponde à divulgação da comemoração da festa de São João da *Ocupação*; *brechó de trocas* corresponde às ações periódicas de trocas de objetos; *convocações* corresponde àquelas publicações que promoveram um chamado a doações e à participação de voluntários; *exibição de filmes* corresponde às publicações de divulgação de exibição de filmes nos espaços comuns da *Ocupação*;

¹⁵ facebook.com/espacoculturalmercadosul/photos

Ecofeira corresponde aos cartazes de divulgação da feira periódica de produtos sustentáveis; *eventos convidados* são as publicações que divulgaram os eventos que realizaram suas edições na *Ocupação*; *oficinas* são os cartazes de divulgação de oficinas gratuitas; *Palestra* corresponde ao cartaz da palestra *Como se cadastrar no CEAC e SISCULT na prática*; os cartazes da categoria *programação diária* equivalem àquelas publicações realizadas nos dias iniciais da *Ocupação* (de 10/02/2015 a 08/03/2015), com atividades diversas, a fim de mobilizar apoiadores; *Projeto Escola Livre de Teatro* e *Projeto Sarau do Beco* são categorias de cartazes que chamam os apoiadores a participar dos respectivos projetos; os cartazes da categoria *rodas de prosa* divulgaram os debates livres; e a categoria *shows* representa os cartazes de divulgação de apresentações musicais e teatrais. Identificadas e descritas as categorias, verificamos o número de vezes que cada tipo de cartaz foi publicado e, ainda, quais temas são possíveis de ser identificados, para então organizá-los conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Cartazes de Divulgação de Atividades no Facebook

CATEGORIAS	QUANTIDADE	TEMAS
Festa junina	1	Comemoração da festa de São João
Brechó de trocas	2	Ação de troca de objetos
Convocações	4	a - Colaboradores para trabalhar na festa junina; b- Doação de tintas, rolos e material de reforma; c- Doação de gás de cozinha; d - Atividade de pintura das fachadas das lojas
Exibição de filmes	5	a - Filme <i>Asfalto</i> ; b - Filme <i>Mundurukânia</i> ; c- Filme <i>Mummia Abu-jamal</i> ;d - Filme <i>Quase Samba</i> ; e - Filme <i>Sala de Estar</i> ;f - Filme <i>Tarja Branca</i>
Ecofeira	7	Programação das atividades da <i>Ecofeira</i>

Eventos convidados	6	a - <i>Circuito Raizadas Urbanas</i> ; b- <i>NaZonaSul</i> ; c - <i>II Festival de Brincadeiras de Rua</i> ; d - <i>Espetáculo Encanto dos Mamulengos</i> ; e - <i>Festa de Ocupação Dinâmica de Áreas Publicas</i> ; f - <i>Forró da Resistência</i>
Oficinas	25	a - mecânica de <i>bike</i> (2); b - <i>Acroyoga</i> ; c - arte urbana; d - <i>Break dance</i> (2); d - composição musical; comunicação livre; e - consciência corporal; f - dança contemporânea; g - danças populares (2); h - farmácia caseira; i - fotografia; j - malabares; k - máscaras teatrais; l - meditação; m - bonecos; n - percussão e dança afro; o - rabeca; p - rádio livre; q - <i>stencil</i> ; r - tapetes artesanais; s - pé-de-moleque; t - mangaiço de versos
Palestra	1	<i>Como se cadastrar no CEAC e SISCULT na prática</i>
Programação diária	14	Oficinas, assembléias, shows, atividades de reforma, etc.
Projeto Escola Livre de Teatro	2	Atividades da Escola Livre de Teatro
Projeto Sarau do Beco	2	Arte, poesia e palco aberto
Rodas de prosa	4	a - Comunicação e juventude; b - marco civil da <i>internet</i> ; c - meditação; d - parto humanizado
Shows	13	a - <i>Chinelo de couro</i> (forró); b - <i>Chico Nogueira</i> (viola e cantos populares); c - <i>Seu Estrelo</i> (maracatu); d - <i>Cia. Burlesca</i> (teatro de rua); e -

		<i>Bloco Mamãe Taguá</i> (carnaval); f - <i>Jenipapo</i> ; g - <i>Novo Sistema</i> (rap); h - <i>Mambembrincantes</i> ; i - <i>Adiel Luna</i> (sambada de coco); j - <i>A canoa mágica</i> (Cia. burlesca); k - <i>Orquestra Trovão da Mata</i> (maracatu); l - <i>Aborígene</i> (rap); <i>Quarteto Capivara</i> (música instrumental)
-	Total: 85 cartazes	-

Diante da agenda de atividades, algumas propostas tornaram-se parte integrante do cotidiano da *Ocupação*, como, por exemplo, o *Bicicentro*, que é uma espécie de "evolução" das oficinas de *bike*. A partir da reforma de uma das lojas para esta finalidade, o *Bicicentro* passou a ser um espaço onde discute-se e pratica-se novas maneiras de viver a mobilidade urbana, dedicado a pensar a cidade dentro da rota da bicicleta, atendendo a comunidade do Mercado Sul com atividades relacionadas a ações colaborativas, pautando o conceito de direito à cidade. Atualmente, o *Bicicentro* promove atividades como troca de peças (*BrechóCleta*); curso de mecânica de bicicletas; oficinas sobre soluções criativas e inovação na mobilidade urbana; e biblioteca circulante¹⁶.

Figura 5: Fotos-divulgação do projeto *Bicicentro*



Fonte: www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos

¹⁶ [Facebook.com/bicicentrocomunitario](https://www.facebook.com/bicicentrocomunitario)

No plano institucional e jurídico, o *Coletivo Mercado Sul Vive* busca validar suas reivindicações no Estatuto da Cidade, na Constituição Brasileira e em documentos internacionais os quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Agenda Habitat. A pauta de reivindicações que apresentaram ao Governo do Distrito Federal (GDF) foi disponibilizada no *site* da ocupação e consiste no seguinte texto:

1) Reconhecimento do Mercado Sul/Beco da Cultura como patrimônio imaterial cultural do DF (formação imediata de equipe da Secult/GDF e IPHAN para início dos estudos e trabalhos na área); 2) Desapropriação e cessão de direito de uso das unidades ociosas passando a cumprir sua função social sendo ocupadas conforme decisão do coletivo "Mercado Sul Vive": a) Levantamento minucioso da cadeia dominial do Mercado Sul com o intuito de regularização e pacificação da questão sem prejuízos para as partes (este item não pode ser compreendido descontextualizado ou isolado dos demais pontos da pauta); b) Garantia de manutenção da ocupação até a regularização fundiária do projeto de ocupação do Mercado Sul sem custos para os ocupantes; c) Apoio na legalização da nova composição fundiária da ocupação junto aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (local e federal); 3) Reconhecimento do projeto urbanístico para revitalização e adequação de uso para finalidades culturais, sociais e habitacionais proposto pelo coletivo "Mercado Sul Vive"; 4) Viabilização de recursos para a realização de projeto urbanístico sustentável que inclua saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana, entre outros (MERCADOSUL.ORG).

Derivado diretamente da inter-relação histórica entre as cidades de Brasília e Taguatinga, o Mercado Sul, desde a sua fase inicial, foi um "ruído" no planejamento e na produção do espaço urbano do Distrito Federal. Um desvio nas pretensões de "controle social", que buscaram se impor através do racionalismo das formas e funções do espaço. Podemos comparar seu momento de *Beco da cultura underground* a uma verdadeira mancha na proposta físico-espacial alinhada com os princípios modernistas da Carta de Atenas de Le Corbusier e suas intenções de ordenamento e "limpeza". Na nossa atualidade, seus ocupantes resistem, enfrentam a gentrificação e uma nova fase da especulação imobiliária, também colocando no centro de suas vidas outras referências que não o dinheiro, as técnicas e as instituições hegemônicas. A história do Mercado Sul enquanto espaço de sociabilidade é um exemplo que nos ajuda a afirmar que a espontaneidade da vida cotidiana encontrou e encontra brechas para desenvolver e praticar outras lógicas.

Diante de um *Plano Piloto* criado para ser moradia exclusiva de servidores públicos, altos funcionários e políticos, a cidade de Taguatinga recebeu o proletariado que se aglomerava nos acampamentos da *Cidade Livre* e ao longo da avenida W3, relegando

aos trabalhadores a distância dos centros de emprego e de poder. Com relação ao acesso à *capital da esperança*, sobrou aos candangos operários o papel único de mão-de-obra, a quem "não interessa" os espaços públicos centrais da Brasília dos cartões postais. Diante disso, as altas tarifas e a precarização do serviço de transporte público desde lá já funcionavam como verdadeiros muros que impediam o acesso da população à capital federal (a não ser para servir nas empresas e nas casas dos ricos, de segunda à sexta, em horários específicos).

Segundo o MPL-SP (2013, p.15), o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada no ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. Por isso dizemos que a participação direta de movimentos sociais que militam pela questão da moradia nas grandes cidades (como o MTST) e pela questão do transporte (como o MPL) na *ocupação* iniciada pelo *Coletivo Mercado Sul Vive* em 2015 não é aleatória. Estas continuam a ser reivindicações fundamentais à população periférica do DF e dizem respeito ao acesso a direitos relacionados à reprodução da vida nas metrópoles, a serem fornecidos pelo poder público. No entanto, o que parece ser novo e observável na prática e nas pautas da *Ocupação* é que esses são considerados direitos "facilitadores" de algo que excede a realização dos indivíduos como mão-de-obra: o direito à cidade. A respeito disto, o movimento se posiciona:

Queremos que o Mercado Sul seja terra fértil para viver e fazer arte, gerar e compartilhar sonhos e projetos. Essa vivência saudável e criativa já existe em grande parte do Beco, agora queremos expandir essa ação. Taguatinga não quer apenas viver uma dinâmica de vida a mercê do mercado financeiro e imobiliário, não quer só dormir e bater ponto em algum trabalho distante. Quer produzir e vivenciar arte e cultura. A memória e história da cidade, sua agitada vida cultural, não pode ser esquecida, precisa ser reforçada, garantida, estimulada e tratada com respeito (MERCADOSUL.ORG).

Por exemplo, na *Ocupação*, ao mesmo tempo em que ocorrem atividades com o intuito de difundir e debater a pauta principal do MPL (a Tarifa Zero¹⁷), coloca-se em prática a oficina-laboratório *Bicicentro* - onde aborda-se a mobilidade urbana pela perspectiva da autonomia¹⁸, tendo a bicicleta como principal meio de transporte. Ou seja, reconhece-se a importância do transporte público gratuito e de qualidade, ao passo que se pensa outras formas de circulação pelas cidades, independentes dos modelos centrados no automóvel, no ônibus e no metrô. O espaço do *Bicicentro* faz parte de uma concepção de "cidade" que se distancia do projeto dos urbanistas funcionalistas, assim como das ideias que promovem a "arquitetura das marcas" no século XXI, quando desenvolve modos de recriar essas práticas "com as próprias mãos".

O caso da *Ocupação Cultural Mercado Sul* nos permite inferir que o direito à cidade parece ser, também, a possibilidade de produção e significação do espaço urbano pelos trabalhadores de acordo com outras lógicas, que não as do vínculo empregatício diário, do consumismo ou a da cultura globalizada. Antes de transformar-se em *Ocupação*, a história do *Espaço Cultural Mercado Sul* já vinha sendo construída por artistas populares, produtores e agitadores culturais; forjada através da venda de produtos nas ruas do Mercado; na feitura de alimentos na cozinha comunitária; no compartilhamento de um acervo livre de filmes e livros, etc. Ao encontrarem-se impedidos de continuar pelas imposições do capital imobiliário, os ocupantes realizaram seu "processo de retomada da cidade", com o intuito de manter os espaços vivos, de acordo com os valores comunitários da arte e da cultura. O caráter da programação que se seguiu à *Ocupação* deixa ver a importância da cultura popular como objeto de resistência contra-hegemônica, que funda centros de coesão comunitária e se relaciona intrinsecamente com os costumes e tradições trazidos pelos candangos operários: são as "brincadeiras", cantigas, artesanatos, etc., do povo que construiu o DF.

O forte uso das novas ferramentas de comunicação *online* - como o *Facebook* e o site oficial da *Ocupação* -, para a divulgação de sua história, das suas demandas, de seus contatos, e principalmente das suas atividades cotidianas, também localiza a *Ocupação Cultural Mercado Sul* como um fenômeno da nossa atualidade. Demonstra a importância

¹⁸ Na *Oficina autonomista* promovida pelo *Bicicentro* troca-se experiências sobre o conserto e a montagem de bicicletas com ferramentas e conhecimentos compartilhados entre os participantes, de forma que os ciclistas desenvolvam habilidades para manusear suas bicicletas de forma autônoma (FACEBOOK.COM/ESPACOCULTURALMERCADOSUL).

dos novos meios de comunicação na reapropriação da informação, proporcionando uma visão contra-hegemônica dessas ferramentas. As redes sociais digitais transformam-se em espaços de divulgação de informação independente, promovendo uma quebra da hegemonia discursiva, com interesse na criação de redes de apoio para a defesa do direito à vida urbana.

Neste sentido, observa-se que a forte presença de atividades contraculturais e oriundas da cultura popular no cotidiano das *ocupações* também funciona como elemento de contraposição à uma "cultura tecnológica/globalizada" - que prevalece nos espaços públicos hegemônicos. Isso poderia ser explicado, segundo Santos (2012, p.143), pelo fato de que os indivíduos não são igualmente atingidos pela globalização, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agravaria a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural, e uma das consequências de tal evolução seria a nova significação da cultura popular, tornada capaz de rivalizar com a cultura das massas. Ao mesmo tempo em que vemos a presença e a influência da cultura das massas buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular, vemos as reações desta cultura popular.

Sobre as articulações desse fenômeno de emergência da cultura popular com as *ocupações*, conjecturamos que a cultura da vizinhança vivida valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica e de capital, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas. Os símbolos "de baixo", produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade.

Para Santos (2012, p.144), a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, pode ser observada quando ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos "de baixo", pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. Se aqui os instrumentos da cultura de massa são reutilizados, o conteúdo

não é, todavia, "global", nem a incitação primeira é o chamado mercado global, já que sua base se encontra no território e na cultura local herdada. Tais expressões da cultura popular são tanto mais fortes e capazes de difusão quanto reveladoras daquilo que poderíamos chamar de regionalismos universalistas, forma de expressão que associa a espontaneidade própria à ingenuidade popular à busca de um discurso universal, que acaba por ser um alinhamento da política.

Assim, vemos abrir-se uma janela interpretativa que pode considerar o uso contra-hegemônico da TIC *internet* enquanto instrumento de difusão de *contra-informação*. Porque se nas sugestões publicitárias de modos de vida urbano-tecnológicos a *possibilidade de interconexão mundial* aparece como promotora de mercadorias racionalizantes, "fetichizadas" (*smatphones*, geladeiras, carros e até *idades inteligentes*), quando apropriada e posta em função de outras concepções de mundo, parece funcionar como meio de comunicação a ser apropriado por movimentos sociais, grupos e coletivos.

A insurgência zapatista em 1994 foi considerada por muitos como a primeira a utilizar a possibilidade de interconexão mundial para a difusão de suas próprias versões dos fatos e para a criação de redes de apoio. O movimento antiglobalização, inclusive, nasce dessas redes formadas aos redor do neozapatismo - na época, principalmente através de *sites* e listas de *e-mail*. O contato com as novas possibilidades tecnológicas no campo da comunicação, neste último caso, deu origem ao Centro de Mídia Independente (CMI). A partir disto, dizemos que, na nossa atualidade, a forte presença dos movimentos de *ocupações pelo direito à cidade* nas redes sociais digitais e em *blogs* (com intensa produção de conteúdo direcionado) também sugere que as TIC atuam no processo de idealização e produção de um espaço urbano livre.

4.3 – TIC's como instrumentos de propagação de contra-hegemonia

Para Santos (2012, p.125), quando aceitamos pensar a técnica em conjunto com a política e admitimos atribuir-lhe outro uso, ficamos convencidos de que é possível acreditar em uma "outra globalização" e em um outro mundo. O problema passa a ser o de retomar o curso da história, isto é, recolocar o homem no seu lugar central - em detrimento da centralidade da técnica. Para o autor, as famílias de técnicas emergentes com o fim do século XX oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação de novos arranjos, com a retomada da criatividade. Segundo o autor, a produção do *novo* e o uso e a difusão do *novo* deixam de ser

monopolizados para pertencer ao domínio do "maior número", possibilitando afinal a emergência de um verdadeiro "mundo da inteligência".

Desse modo, a técnica pode voltar a ser o resultado do encontro do engenho humano com um pedaço determinado da natureza, permitindo que essa relação seja fundada nas virtualidades do entorno geográfico e social, de modo a assegurar a restauração do homem em sua essência (SANTOS, 2012, p.165)

Da nossa parte, ao invés de vislumbrar um horizonte onde as novas tecnologias serão "parte da natureza", preferimos refletir sobre: de que modo essas novas tecnologias podem ser apropriadas como instrumentos de comunicação contra-hegemônicos "hoje"? Entendemos, portanto, que a *internet* é mais um meio de comunicação a serviço das militâncias à esquerda, porque, diante da importância da Comunicação na formação e manutenção da hegemonia política vigente, e da sua participação cada vez mais orgânica e decisiva para a reprodução da própria ordem capitalista internacional, entender de que maneiras as TIC podem sofrer um "contra-uso" torna-se inegavelmente vital para a formação de uma possível *nova* hegemonia que substitua a atual. Dessa forma, as práticas de *contra-informação* se colocam como alternativas analíticas diante das que contribuem para a preservação do *status quo*.

Segundo Fadul *et al* (1982, p.10), na ocasião do IV Ciclo de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (que ocorreu durante a reta final da ditadura militar no Brasil), o conceito de *hegemonia* vinha sendo, em geral, pouco discutido, não inspirando teóricos e pesquisadores dos meios de comunicação. Por acreditarmos que esta relação com o conceito pouco ou nada mudou, dizemos que, da mesma forma que naquele ano, a ideia de *hegemonia* continua sendo subutilizada, e usualmente identificada apenas com a produção teórica "do campo da política". Ainda de acordo com Fadul *et al* (*idem*), apesar de Gramsci relacionar este conceito com a obra de Lênin, quase todos os intérpretes do autor italiano afirmam a importância de sua contribuição para a ampliação do uso da ideia de *hegemonia* em vários campos, tirando-o do domínio exclusivo da política e remetendo-o para a cultura em geral. Da nossa parte, afirmamos que a importância da utilização deste conceito na teoria política e cultural contemporânea resulta do fato de que, para Gramsci, não se trata somente de discutir o problema da *hegemonia* e da luta ideológica ao nível da superestrutura, mas também da sociedade atual, aqui e agora, o que nos permite pensar as possibilidades de luta contra a *hegemonia burguesa* a qualquer tempo.

Nesta nossa relação Comunicação/*hegemonia*, o núcleo de debate, nesta pesquisa, tem girado em torno do exame dos meios de comunicação como instrumentos hegemônicos de classes sociais, admitindo que o embates passam de forma fundamental pelos meios de comunicação e pelos discursos sobre eles. Então, se nos primeiros capítulos apresentamos alguns mecanismos através dos quais as TIC atuam na concepção de um espaço urbano racionalista atual, agora passamos à tentativa de compreensão de como as TIC podem ser utilizadas para o estabelecimento de uma *contra-hegemonia* - que nega a centralidade técnica na vida cotidiana. Partindo do pressuposto de que não existe uma subordinação absoluta de uma classe perante a outra, a questão a ser pensada, de forma geral, neste último capítulo tem sido "como se dá a resistência à ordem hegemônica e como se concretiza a possibilidade de instituição de uma nova hegemonia?". Nesta última etapa, então, passa a ser "como esta resistência e esta possibilidade podem ser reforçadas no domínio da Comunicação pelo conceito de *contra-informação*?".

De acordo com Fadul *et al* (1982, p.13):

O conceito de contra-informação tem inicialmente uma conotação militar, no campo da espionagem e contra-espionagem. Depois, ele pode ser entendido do ponto de vista das classes dominantes em sociedades capitalistas que se utilizam dos meios de comunicação para disseminar o que Albert Norden chama de contra-informação imperialista (FADUL *et al*, 1982, p.13).

Contudo, *contra-informação* será entendida aqui como as práticas de comunicação e de militância política que resistem à ordem hegemônica vigente e lutam pela instalação de uma nova hegemonia através da utilização marginal dos meios de comunicação - ou seja, ocupando os espaços e brechas deixados nesses novos meios. Em outras palavras, apresentaremos exemplos pertinentes ao tema geral da utilização política da *internet* conforme as possibilidades oferecidas em cada situação específica. Por sua atualidade, esta breve análise não alcançará conclusões definitivas, mas tentará indicar rotas para serem seguidas no caminho da compreensão dos fenômenos. Assim, se muito já debatemos sobre o papel das TIC na direção de classe (como novos instrumentos da mentalidade racionalista moderna e como novos vetores de fetichização de mercadorias) agora passamos a também pensar rapidamente sobre as possibilidades de articulação dessas novas tecnologias com a luta por uma *nova* hegemonia.

Tendo em vista o crescente processo de criminalização das *ocupações pelo direito à cidade* por parte da grande mídia brasileira, buscar a compreensão do papel desses novos meios de comunicação nos embates discursivos, de forma que possam operar a favor da

construção de novos espaços públicos urbanos de convivência e debates, é uma tarefa cada vez mais urgente, a qual tentaremos cumprir olhando para os exemplos de como os movimentos que influenciaram esta militância se utilizaram desses novos meios. A começar pela experiência da insurgência zapatista no sul do México em 1994; passando pela *resistência global no Brasil*; e chegando à *militância pelo direito à cidade*, através do caso do MPL em *Junho de 2013*, tentaremos traçar um panorama de um uso contra-hegemônico da *internet*.

Desta forma, começamos dizendo que, quando no dia 1 de janeiro de 1994 milhares de mestiços e indígenas das etnias *tzotzil*, *tzetal*, *tojolabal*, *chol*, *mame* e *zoque*, herdeiros da cultura Maia, desceram das montanhas para ocupar várias cidades e localidades do empobrecido Estado de Chiapas, no sul do México, em pouco tempo a notícia se espalhou. Nos dias seguintes ao levante indígena, os principais jornais do planeta estampavam em suas páginas fotos dos guerrilheiros zapatistas, com seus rostos cobertos por *pasamontañas* e *palicates*, as máscaras de lã e os lenços vermelhos que ocultam sua identidade. Trechos da *Declaración de la Selva Lacandona*, a declaração de guerra dos rebeldes ao governo e ao exército federais, foram reproduzidos em vários meios de comunicação - e depois traduzida na íntegra ao inglês e outros idiomas. Desde então, comunicados assinados pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - CCRI, e pelo subcomandante Marcos correm o mundo (ORTIZ, 2016a, pp.27-28).

Segundo Ortiz (2016a, p.28), uma eficiente rede de comunicação e solidariedade, utilizando os recursos do correio eletrônico e das redes de comunicação via *internet* foi tecida em todo o mundo por ativistas de direitos humanos, simpatizantes da causa zapatista e movimentos sociais alternativos. Desde as primeiras semanas da aparição pública do EZLN, os comunicados da comandância zapatista e os do subcomandante Marcos, repletos de referências culturais, citações literárias, mitologia indígena e com fartas doses de bom humor, já podiam ser acessados eletronicamente de diversas partes do planeta a partir de listas de discussão sobre Chiapas na *internet*, que eram abastecidas diariamente com informações recentes sobre o que acontecia na zona de conflito. Nos endereços eletrônicos passaram a circular comentários, análises sobre o conflito, especulações sobre a origem do EZLN e até sobre a identidade de Marcos. Ainda segundo o autor, além de suas características bastante peculiares como movimento político e armado, "apelidado pelo escritor Carlos Fuentes e pela mídia internacional como primeira guerrilha da era pós-

moderna", o EZLN rapidamente se transformou em um fenômeno comunicacional ou *mediático*.

A habilidade de Marcos como comunicador e conhecedor dos meios de comunicação, a capacidade dos zapatistas em se manterem na mídia e o interesse despertado em todo o mundo, alimentando constantemente as redes eletrônicas com informações sobre Chiapas, fizeram com que as reivindicações básicas dos insurgentes zapatistas e a realidade das populações indígenas da região circulassem em escala global, chamando a atenção não só da sociedade mexicana, mas de grande parte da população mundial para as demandas seculares daqueles povos até então esquecidos (ORTIZ, 2006a, p.28)

O governo mexicano, que durante quase sete décadas de monopólio do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder tentou exercer um controle explícito e reconhecido poder de influência sobre grande parte dos meios de comunicação do país, sobretudo quando se tratava da televisão e o megaimpério Televisa, teve que recuar quando as notícias vindas diretamente da zona de conflito desmentiram a versão oficial de que não havia ataques do exército federal sobre áreas civis. Os comunicados zapatistas e as denúncias dos organismos humanitários circulavam pelo *ciberespaço* quase em tempo real, abastecendo os ativistas de direitos humanos em todo o mundo e a imprensa internacional antes que os comunicados oficiais do governo (ORTIZ, 2006a, p.29).

Segundo Ortiz (2006b, p.41), a comandância zapatista produzia os comunicados com informações sobre a situação das comunidades indígenas na zona de conflito e simpatizantes mexicanos do movimento se encarregavam de colocar os textos no EZLN nos endereços eletrônicos que foram surgindo e se proliferando com informações sobre Chiapas. No México, listas ou grupos de discussão e conferências sobre o zapatismo apareceram inicialmente em *Lanceta*, a conexão mexicana via *internet* com a teia de redes eletrônicas alternativas, onde estão conectados muitos dos movimentos de direitos humanos, ONG's, e ativistas em vários em vários países, a partir de San Francisco, Califórnia (EUA) sede da APC - *Association for Progressive Communications* (Associação para o Progresso das Comunicações)¹⁹. E foram se multiplicando os endereços com notícias do conflito, análises, ações de solidariedade, ensaios. De acordo com Ortiz (2006b, p.42):

¹⁹ A APC foi um dos primeiros servidores a oferecer acesso à Internet para os movimentos sociais, ativistas de direitos humanos, ecologistas, estudantes e sindicatos, a um custo bem reduzido. É uma organização não governamental que está presente nos cinco continentes através de servidores locais que conectados formam uma rede mundial. O link com a APC no Brasil começou com a *AlterNex* e foi o primeiro provedor de caráter social e alternativo de acesso à *internet* no país (ORTIZ, 2006b, p.42).

Assim, um jornalista francês podia conhecer as reivindicações do EZLN sem ter de sair da redação do seu jornal e um estudante australiano que tivesse surfando na rede podia ter acesso à mesma informação, bem como um militante brasileiro cuja organização estivesse conectada à *AlterNex* ou outro provedor de acesso à Internet (ORTIZ, 2006b, p.42)

Além dos textos jornalísticos e dos comunicados zapatistas, começaram a aparecer na *internet* relatórios das organizações humanitárias sobre os ataques das tropas federais à população civil, os números de mortos e feridos no conflito ou nos casos de violações aos direitos humanos. Também ONG's ao redor do mundo começaram a colocar na rede manifestações de solidariedade aos zapatistas e uma primeira ação conjunta via *internet* surgiu a partir de denúncias sobre bombardeios da aviação mexicana sobre as comunidades indígenas, fato desmentido pelo governo. De todos os continentes eram enviadas mensagens de repúdio e pedidos para que o governo mexicano aceitasse um cessar-fogo e negociasse com a EZLN (ORTIZ, 2006b, p.42). Esta rede eletrônica de solidariedade entrou em ação muitas outras vezes.

De acordo com Ortiz (2006b, p.47), o fenômeno zapatista, visto pelo lado da sua estratégia de utilização da *internet* era, até então, um fato inédito nesta "era das comunicações em rede". Sobre este exemplo, o autor avalia que a criação, com poucos recursos, de uma ágil rede de comunicação e também *contra-informação*, "pode ser analisada dentro do que os estudiosos da chamada sociedade da informação definiram como *efeito internet*". Em contrapartida, preferimos interpretá-lo como parte de um fenômeno maior, do processo de construção de uma nova sociedade, que também pode se dar de maneira mais concreta, pela criação de alternativas "aqui e agora". Trata-se do exercício de uma política "pré-figurativa", ou uma política em que a forma pela qual é feita anuncia o tipo de mundo que se quer construir. Para Ortellado (2004, p.29), é quando o processo de mobilização política confunde-se com o próprio processo de construção da nova sociedade, através da criação de uma nova sociabilidade e de uma nova organização, baseadas na participação, na igualdade e no respeito às diferenças.

Desta forma, a experiência zapatista também influenciou o movimento de *resistência global no Brasil* no aspecto dos usos contra-hegemônicos das TIC, o que resultou na criação de novas maneiras (extremamente originais) de produzir *contra-informação*. No caso deste movimento, as imagens dos protestos e da repressão policial, amplificadas pela mídia corporativa, tiveram o efeito de atrair e congregar pessoas, além de ajudarem a manter em evidência o que eram considerados desdobramentos das

manifestações. Foi através dessas imagens que o *movimento antiglobalização* inicialmente conseguiu se mostrar como alternativa ao discurso que se escutou por todos os anos 1990 sobre o "fim das utopias" e o "fim da história". Por isso, o interesse da grande mídia foi logo percebido e claramente explorado: as ações e os impactos na mídia passaram a ser criteriosamente planejados para conciliar "ações midiáticas" com grandes mobilizações. Segundo Ortellado (2004, p.26), com isso, a intenção não era apenas "forjar uma notícia", mas principalmente "envolver um número crescente de pessoas em um processo de oposição radical e desobediência civil". O que ficou claro, no entanto, foi que, apesar do interesse da mídia, a capacidade de influenciá-la era limitada.

Ainda de acordo com Ortellado (2004, p.27), desta relação dual com a grande mídia, o que se pôde perceber é que: "apenas quando se está na notícia (ou se é notícia), o contraste entre aquilo que se viveu diretamente e aquilo que é retratado aparece com clareza". Ou seja, quando o movimento começou a freqüentar as páginas dos jornais e os noticiários da TV, a questão da manipulação deliberada da informação passou a ser percebida de forma recorrente. Assim, se a princípio o movimento atribuiu isso ao caráter capitalista da mídia corporativa, o contato mais prolongado com profissionais da imprensa mostrou que os processos em geral são muito mais sutis que a manipulação direta. Sobre isso, o autor afirma:

Em primeiro lugar [os mecanismos de distorção] residem no enorme poder concentrado nas mãos do editor. Jornais e TV's são organizações hierárquicas que concentram muito poder nas mãos dos editores e transformam os repórteres em verdadeiros peões. O editor concentra pelo menos três poderes fundamentais na produção da notícia: ele seleciona as pautas (...), monta a manchete e edita o texto final. Com isso, sem ter que fazer o trabalho "braçal" de pesquisar, fotografar, entrevistar, etc., ele consegue dar sentido geral na matéria. Some-se a isso a lógica industrial da redação jornalística, com produção diária e prazos curtos e tem-se o cenário para distorções frequentes (ORTELLADO, 2006, p.28).

Apesar da relação em certo sentido ambígua com a mídia corporativa, um dos resultados concretos mais importantes do movimento foi a criação de uma alternativa bem-sucedida a ela: o Centro de Mídia Independente (CMI), cujo *site* nasceu em novembro de 1999, especificamente para cobrir os protestos contra a OMC em Seattle. Alguns meses antes, a plataforma foi pensada em um encontro de mídia alternativa como um banco de dados multimídia, por meio do qual diferentes veículos alternativos intercambiavam matérias, dispensando o direito autoral. Segundo Ortellado (2006, p.29), o que aconteceu, porém, foi que, durante os protestos de Seattle, não apenas os jornalistas independentes

utilizaram o site: os manifestantes publicaram diretamente seus relatos, entrevistas, fotos e vídeos, dispensando a mediação dos profissionais. As pessoas envolvidas no projeto foram suficientemente sensíveis para perceber essa apropriação e transformaram isso em base para um novo conceito de *contra-informação*. No final da experiência, não se tratava mais apenas de combater a hierarquia da redação jornalística, nem o caráter industrial e capitalista da produção da notícia; mas de abolir o próprio papel de mediador do jornalista, criando um sistema participativo de publicação aberta. Ainda segundo o autor, os altos índices de acesso e a difusão dos sites do CMI mostraram que a escolha tinha sido acertada.

Esta "quebra de hierarquia na produção da informação" a qual almejavam os militantes do CMI, no final do século XX, por sua vez, pode ser facilmente confundida com a pretensa "democratização da comunicação" comemorada pelos entusiastas do "ativismo político nas redes sociais na *internet*", no século XXI. Baseada na "metáfora das redes" (RECUERO, 2011, p.20), esta perspectiva teórica entende as redes sociais na *internet* enquanto ambientes que teriam uma estrutura potencial às ações coletivas, utilizando essa metáfora para a formulação de hipóteses sobre a apropriação das mídias sociais com propósitos "ativistas". Este ativismo, por sua vez, é compreendido como uma nova perspectiva de reverberação política, onde as dinâmicas de agregação com vistas à consecução de interesses coletivos são facilitadas por uma multiplicidade de sistemas e recursos comunicativos disponíveis nesses "espaços". Uma hipótese comum é a de que, devido às possibilidades de reinvenção das formas de interação social em cada sistema, registram-se "naturalmente" formas de cooperação e agregação. Ou seja, são ações políticas (ou um *ciber* ativismo) que se desenvolvem *por causa* das redes digitais e nas redes digitais - agora "democratizadas".

Para nós, a grande diferença entre os posicionamentos (do CMI e desse *ciber* ativismo), no entanto, reside no fato de que, a criação do CMI esteve ligada a um projeto de sociedade que excede o "potencial das redes sociais na *internet*" como motor de qualquer mudança. Os militantes passaram por um processo de mobilização e organização independentes, que derivou de um fenômeno maior de luta antiglobalização. Do lado oposto, este ativismo que acontece "naturalmente" *por causa* das redes sociais na *internet*, as exalta enquanto "revolucionárias" sem compreendê-las como produtos de grandes empresas multinacionais (a exemplo do *Facebook*) - onde a linguagem publicitária é a

corrente. Esta categoria de ação política, portanto, não pode ser entendida como *anticapitalista* (e nem contra-hegemônica). É por isso que, quando dizemos que o MPL-São Paulo apropriou-se das redes sociais na *internet* em *Junho de 2013* para difusão de *contra-informação* é importante que não se confunda com a afirmação de que praticaram "ciber ativismo". Porque, apesar da grande repercussão que abarcou o país inteiro, ao convocar um protesto de rua contra o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte público em São Paulo, o movimento estava repetindo o que sempre fizera em vários anos de *militância pelo direito à cidade*²⁰.

Deste fenômeno complexo chamado *Junho de 2013* (que, sem dúvida, merece ser objeto de estudos em diversos campos científicos) escolhemos destacar muito brevemente a guinada que se operou na cobertura e no discurso da grande mídia a partir de 13 de junho. Isso porque, até então, esta havia tentado desqualificar o MPL das seguintes formas: 1) alegando que era um movimento "formado por estudantes e *punks*, ligados a pequenos partidos radicais de esquerda"; 2) que a redução da tarifa não fazia sentido, uma vez que o aumento havia sido "abaixo da inflação"; e 3) que os manifestantes recorriam à violência ou vandalismo. Aconteceu que a indiscriminada violência policial do dia 13 de junho divulgadas nas redes sociais na *internet* (que atingiu inclusive vários jornalistas) levou imprensa a defender o "direito de manifestação"; a deixar de identificar o movimento com partidos de radicais de esquerda; e a criar o argumento de que o motivo real dos protestos não eram os 20 centavos, mas uma insatisfação generalizada com a situação do país (JUDENSNAIDER *et al*, 2013, p.13).

Com isso, mais adiante, o ato político do dia 17 de junho reuniu 100 mil pessoas, produzindo ambiguidades nas motivações dos protestos. Mas, apesar da ampliação da pauta nas ruas, o MPL continuou a afirmar, através de comunicados publicados na *internet*, que a luta era pela redução da tarifa. No final do dia 18, o sexto grande ato acabou em violência e a imprensa separou "os vândalos" dos "pacíficos", condenando os primeiros e apoiando os últimos. Diante da pressão popular, no dia 19 de junho, os governantes de São Paulo revogaram o aumento configurando o que foi, para Judensnaider *et al* (2013, p.15), "uma das mais importantes conquistas do movimento social brasileiro desde o fim do regime militar".

²⁰ Com quase 10 anos de manifestações de rua e um sólido trabalho de base em escolas secundárias (JUDENSNAIDER *et al*, 2013, p.10).

Enquanto a grande mídia modificava seus discursos de acordo com seu próprio interesse, as páginas dos coletivos do MPL fizeram o papel de contra-argumentadores no *Facebook*, divulgando *contra-informação*. Foi pela brecha da internet que muitos fatos, mascarados se tornaram públicos. Segundo Primi (2013, p.24), um exemplo foi o esforço de um jovem que recalculou a contagem de pessoas presentes do Quinto Ato do Passe Livre, em São Paulo, dia 17 de junho, o que reuniu o maior número de pessoas dentre os atos na capital paulista. A contagem suspeita informou que eram 65 mil; o jovem usou informações de área ocupada e uma taxa de ocupação menor, de 4 pessoas por metro quadrado, do que a usada por um dos "jornalões" e refez a conta, chegando a um resultado seis vezes maior - 400 mil pessoas. A publicação dessa conta como *post* no *Facebook* do MPL transformou a suspeita de que havia algo errado no número oficial em certeza.

Figura 6: Publicação da página do MPL-SP no *Facebook*



Fonte: <https://www.facebook.com/passelivresp/?fref=ts>

Segundo Arbex Jr. (2010, pp.385-386), o monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisíveis – quando não “demoniza” – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não

transparentes e não submetidos ao controle das sociedades. Ou seja, no Brasil, através dos seus discursos, a grande mídia opera em favor da manutenção do *establishment*, neste último caso, em função das lógicas que racionalizam o acesso e os usos dos espaços públicos urbanos, ajudando a impedir a prática do *direito à cidade*. Dado o exposto, somos levados a acreditar que o emprego do conceito de *contra-informação* na análise dos usos das TIC pela *militância pelo direito à cidade* também é indicativo de que processos contra-hegemônicos se levantam sobre outras bases (que negam o racionalismo), e que esses novos instrumentos de comunicação podem estar em função de uma racionalidade paralela.

CONCLUSÃO

Diante da oferta diária de "novos dispositivos tecnológicos revolucionários" pelas propagandas publicitárias, desenvolver uma pesquisa que considere um uso contra-hegemônico das TIC, dentro da Ciência da Comunicação, é quase como estar destinado a promover um elogio a elas. Como ir além da afirmativa de que, a partir de seus *smartphones*, *tablets*, *TV's* com *internet*, etc., os indivíduos agora podem se organizar em redes digitais para, a partir da natureza dos aparelhos, modificar as ordens econômicas, sociais e culturais que não lhes convém? Aceitamos a "sociedade em rede" como verdade única, e direcionamos a nossa grande lupa de pesquisadores (as) para o funcionamento dos novíssimos meios de comunicação, ignorando todo o resto. A ideia de uma aldeia global, que funciona em harmonia, como um só organismo, é igualmente sedutora: "o ápice da globalização econômica promoveu a globalização cultural", "agora somos todos um". Através das redes sociais na *internet*, por exemplo, eu, brasileira, poderia me transformar em uma ativista pela causa das mulheres curdas. Muita coisa a se comemorar, certo?

No entanto, basta que assistamos atentamente à "transmissão" para que consigamos identificar as "interferências" nesses discursos tão bem formulados. Se essa mesma "sociedade em rede", hipertecnológica, é aquela que vive em grandes cidades, por que então alguns se beneficiam dos ventos desses novos tempos enquanto outros sofrem das mais cruéis faltas de condições de sobrevivência, como a moradia? Aonde vão parar as vantagens das novas tecnologias quando trata-se de promover o acesso dos pobres aos espaços públicos das metrópoles que eles mesmos constroem? A metrópole brasileira (em específico Brasília), ambiente onde estou submersa, passa a ser o lugar de onde concluí que uma pesquisa sobre a atualidade necessitava ir além. Fui levada pela correnteza dos fatos, ao encontro de um terceiro elemento fundamental à análise deste tempo presente: o capitalismo em seus moldes atuais. Diante de tantas contradições, a organização política dos (das) trabalhadores (as) ao redor de uma *militância pelo direito à cidade* (na figura da *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive*) tornou-se emblemática das resistências possíveis à idealização racionalista do espaço urbano no século XXI, e considerá-la como sujeito na pesquisa foi, no mínimo, transformador.

E foi com a curiosidade de saber em que momento histórico começou a relação entre a "vida nas grandes cidades", o "racionalismo" e este sistema econômico, que escolhi fazer uma contextualização histórica no primeiro capítulo da pesquisa. Com ele, descobri

que as transformações sofridas pelo capitalismo industrial mudaram os modos de vida a partir do final do século XVIII: a cidade submeteu o campo às suas necessidades e a racionalidade instrumental se estabeleceu como mentalidade hegemônica. O capitalismo industrial naquele formato assumiu uma relação intrínseca com as metrópoles e a produção do espaço urbano; e a resolução dos "problemas" advindos da aglomeração da mão de obra (classe trabalhadora) nas metrópoles precisavam ser resolvidos de modo que a "cidade-máquina" fosse melhor controlada, dando origem à forma racional-funcionalista de organizar e produzir o espaço urbano.

No Brasil do século XIX, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos uniram-se nesta missão, promovendo a demarcação dos lugares dos diferentes grupos sociais nas cidades, com a construção de distantes vilas operárias. Deu-se então uma profunda oposição, que gerou um conflito básico, que perdura até hoje: o sistema econômico capitalista busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades enquanto a classe trabalhadora quer da cidade condições de sobrevivência. Na nossa atualidade, a celebração da globalização contemporânea como acontecimento do qual "todos nós devemos fazer parte" apareceu, durante as investigações, enquanto justificativa recorrente para a aplicação de um novo modo de "gerenciamento" de grandes cidades: o empreendedorismo urbano.

Através da afirmação da pretensa necessidade das "metrópoles do século XXI" se transformarem em *ciudades globais*, percebi que este empreendedorismo urbano vem promovendo o aumento das parcerias público-privadas também sob o discurso de que são soluções "inovadoras" que resolverão os "problemas" das grandes cidades (através do enobrecimento de espaços públicos e da atração de grandes eventos de importância mundial). Concluí que tudo isso, no entanto, nada mais significa do que a venda do espaço urbano para grandes marcas nacionais e internacionais, o que agrava a lógica da especulação imobiliária e do não-acesso da população marginalizada à cidade (agora com seus espaços públicos altamente controlados e quase completamente dominados pela lógica do consumo).

Desse estudo, ficou claro como a relação histórica deu origem aos nossos modos hegemônicos de instrumentalizar as novas tecnologias em função de um projeto de sociedade (urbana) capitalista. As ideias de "meios ajustados para os fins", ou "eficácia e calculabilidade para o lucro" são alguns dos principais fatores que justificam a exaltação

das TIC como soluções "inteligentes" na nossa atualidade. Nesta etapa, também descobri que este fato somado às questões que ainda teimam em tirar o sono dos urbanistas progressistas (como a mobilidade urbana) formam uma base para as formulações de um modelo de *cidade inteligente* (ou para o discurso sobre um ambiente ideal para o modo de vida urbano-tecnológico). Observadas de perto, pude perceber que modelizações como esta têm nos permitido pensar em cidades super automatizadas, higienizadas, totalmente controladas pelos fluxos informacionais, onde não há espaço para o "imprevisível". Nestas *cidades inteligentes*, obviamente, também não há lugar para pobres. A questão que se revelou, então, foi o fato de que essas soluções do tipo *cidades inteligentes* não atacam os nervos centrais dos problemas urbanos, a saber, a financeirização como lógica principal das dinâmicas.

Estava pronto, portanto, o panorama do que chamei de "uma ideia racionalista de espaço urbano da nossa atualidade". Mas, como, desde o começo, minha intenção foi entender como atuam as TIC na produção de duas ideias antagônicas de espaço urbano, ou seja, levar em consideração outras racionalidades possíveis, também me dediquei ao recolhimento e à descrição de dados sobre a *Ocupação Mercado Sul Vive*, em Taguatinga (Distrito Federal). Identifiquei, a partir da experiência da *Ocupação*, este fenômeno geral que se chama *militância pelo direito à cidade* como uma das possibilidades de resistência organizada à oferta hegemônica de espaço urbano na nossa atualidade. O caso da *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* - através do caráter das suas reivindicações e da sua relação aproximada com o MPL e o MTST -, me levou a uma investigação sobre que outras inspirações foram buscadas para substituir as antigas bases ruínas da esquerda tradicional, em especial, a do "socialismo realmente existente" e suas práticas totalitárias. A conclusão é que o centro referencial desta *militância*, no Brasil, herda ingredientes que compuseram o *movimento de resistência global*, assim como com elementos do anarquismo e do movimento estudantil autogestionário e independente, colocando em prática uma política "pré-figurativa".

As *Ocupações* enquanto criações de novos espaços sociais paralelos apareceram como táticas desta *militância*. A conclusão, nesta etapa, a partir do caso apresentado, é que ao mesmo tempo em que colocam na pauta do dia a questão da especulação imobiliária e da gentrificação, as *Ocupações* promovem outras práticas de sociabilidade, que têm muito a ver com a cultura popular enquanto fornecedora de símbolos culturais contra-

hegemônicos. Além da vivência pessoal, a análise temática do conteúdo dos *posts* de divulgação das atividades cotidianas promovidas na *Ocupação Cultural Mercado Sul Vive* no *Facebook* me permitiu chegar perto desta afirmação. A categoria "oficinas" da tabela é a que tem o maior número de *posts* (26) e é a que melhor demonstra o caráter das atividades que acontecem na *Ocupação*: os temas *danças populares; farmácia caseira; máscaras teatrais; percussão e dança afro; e tapetes artesanais* são alguns dos exemplos mais emblemáticos. Adjacentes a eles, encontram-se atividades (categorias) como Escola Livre de Teatro; Saraus e *Ecofeira*, que nos ajudam a imaginar que a significação contra-hegemônica do espaço urbano passa bastante pela valorização (e construção) de uma cultura alternativa à tecnológica-globalizada.

Por fim, a existência de perfis nas redes sociais na *internet* e de *sites* oficiais me permitiram pensar sobre o uso das plataformas digitais como instrumentos a serviço desta *militância pelo direito à cidade* a ponto de entender a atuação das TIC nessa ideia contra-hegemônica de espaço urbano. Nesta etapa, um resgate das funções da *internet* em momentos emblemáticos para os movimentos que inspiraram essa *militância* me ajudou a inferir que a *contra-informação* figura como uma categoria importante nos processos de luta. Que diante de um paulatino trabalho de criminalização dos movimentos sociais à esquerda por parte da grande mídia brasileira, as plataformas digitais podem figurar como importantes meios de comunicação na divulgação de outras versões para os fatos.

Com o compartilhamento do caminho da minha pesquisa, materializado no texto dessa dissertação, espero ter oferecido contribuições para o debate acerca da Ciência da Comunicação como um campo que excede o estudo os meios, "desanexando" a ideia de comunicação dos modelos de transmissão de mensagens. Nesta mesa, me sento ao lado de Sodré (2014, p.09), para quem os seres humanos são comunicantes, não porque falam (atributo conseqüente ao sistema lingüístico), mas porque "relacionam" ou "organizam" mediações simbólicas - de modo consciente ou inconsciente - na função de um "comum" a ser partilhado. Porque somente considerando isso pude observar que no caso dos centros de símbolos hegemônicos, a nossa sociedade vem cultuando a velocidade e a eficácia, através da paixão pelas novas tecnologias racionalizantes e da sua aplicabilidade em todos os setores da vida cotidiana, dando novas roupas a processos históricos de exclusão. Mas também somente através desse método fui capaz de correr o incrível risco de descobrir que é possível que organizemos outras mediações simbólicas, em função de um "comum"

libertário, ou, parafraseando os neozapatistas, de um "comum" onde caibam vários "comuns".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na Era Digital-Financeira**: desenho, canteiro e renda de forma - São Paulo: Editora 34, 2012.
- ARBEX Jr., José. **Uma outra Comunicação é possível (e necessária)**. In: Por uma outra Comunicação/ Dênis de Moraes (org.) - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Disponível em: <http://controversia.com.br/wp-content/uploads/2015/02/BERMAN-Marshall.-Tudo-O-Que-%C3%A9-Solido-Desmancha-No-Ar.pdf>
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**/ Norberto Bobbio, Nicola Mattenci e Gianfranco Pasquino; Trad. Carmen Varriale et. al; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**/ Marc Bloch; prefácio Jacques Le Goff. - Rio de Janeiro: Zahar, Ed., 2001.
- MIRANDA, José Bragança de. **O fim da distância**: a emergência da cultura telemática. In: Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social/ (org.) Massimo Di Felice. - 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.
- DIAZ, A. A. **En torno de lamercadotecnia urbana: reorganización y reimaginación de laciudad**. Biblio3w, v.12, n.712, 2007. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-712.htm>> Acesso em: 24 de setembro de 2015
- DORFMAN, Gabriel. **Introdução à arquitetura** /Gabriel Dorfman - São Paulo: Plêiade, 2010.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução da cidade como "negócio"**. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole/ Ana Fani Alessandri Carlos, Carles Carreras (orgs.) - São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet/ Manuel Castells; tradução Carlos Alberto Medeiros. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHOAY, Françoise. **Urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.
- CERP IoT - *Internet of things European Research cluster*. **Internet of things: strategic research roadmap**, 2009. Disponível em: <[134](http://www.internet-of-things-</p></div><div data-bbox=)

research.eu/pdf/IoT_Cluster_Strategic_Research_Agenda_2009.pdf > Acesso em: 13/09/2015

D'ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin**. Estudos Avançados Versão Online, vol.20, nº56, São Paulo Jan/Abr. 2006.pp.237-250. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000100016&script=sci_arttext> Acesso em: 11/07/2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Anália C Torres. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

FADUL, Anamaria; LINS da SILVA, Carlos Eduardo; SANTORO, Luiz Fernando. **Documento básico do IV Ciclo de estudos interdisciplinares da Comunicação**. In: Comunicação, hegemonia e contra-informação/ Carlos Eduardo Lins da Silva, coordenador - São Paulo: Cortez: Intercom, 1982. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/6b1d309c2a7fa70936afd3becc71096f.pdf>> acesso em 18/08/2015

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Os nomes da Comunicação**./ Organização de Lucrécia D'Aléssio Ferrara. – São Paulo. Annablume; Grupo ESPACC, 2012.

FERRARI, Rogério. **EZLN: A coragem recusa a humilhação**. In: Zapatistas - a velocidade do sonho/ Pedro Ortiz; Marco Brige, Rogério Ferrari. - Brasília: Entrelivros Thesaurus, 2006. (pp. 19-24)

FLAMARION, Ciro. **Introdução: História e paradigmas rivais**. In: Domínios da História/ organizadores Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. - 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.pp.01-22.

GAFFNEY, Christopher. **Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro**. In: Revista e-metrópolis nº15. ano 4/ dezembro de 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. - 1 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil** - São Paulo: Cortez, 2013.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **A capital do controle e da segregação social**. In: A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília/ Aldo Paviani (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Editora Paz e Terra 25ª edição, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**./ Jürgen Habermas; tradução Felipe Gonçalves da Silva. - I ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. tradução Clóvis Marques. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Ermínia Maricato... [et al]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013a. pp.27-34.

_____. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O Direito à cidade**: a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria.

Há uma aura de liberdade de escolhas de serviços, lazer e cultura - desde que se tenha dinheiro para pagar. Revista Piauí_82. Ano 7 julho 2013b.

_____. **Os rebeldes na rua**. In: *Occupy*: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Tradução de Henrique Lins de Barros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

IDIGNOW! - Coluna de tecnologia do Portal Terra. (2014). **Brasil tem 40 milhões de consumidores multitelas, afirma Google**. Publicado em 19/08/2014.. Disponível em <<http://idgnow.com.br/internet/2014/08/19/brasil-tem-40-milhoes-de-consumidores-multitelas-afirma-google/>> Acesso em: 17/03/15

IETS.INF.BR. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). **Um papo com o prefeito**. Publicado em 1jul 2012. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/article.php?id_article=2048 > Acesso em: 09/09/2015

JAMESON, F. **Notas sobre globalização como questão filosófica**. In: Lugar Global e Lugar Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização/ (org.) José Luiz Aidar Prado; Liv Sovik - São Paulo: Hacker Editores, 2001.

JORNALDEBRASILIA.COM.BR. **Espaços públicos do DF poderão ser entregues para empresas privadas cuidarem**. Coluna Política & Poder. Publicado em 09/11/2015.. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/652215/espaaos-pablicos-do-df-poderao-ser-entregues-para-empresas-privadas-cuidarem/>> Acesso em 28 dez 2015

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**/ Henri Lefebvre; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LE MOS, André. **Cibercidades**: um modelo de Inteligência Coletiva. In: Cibercidade: a cidade na Cibercultura/ (org.) André Lemos - Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. pp.19-27

_____. **Cidades Inteligentes**. GVEXECUTIVO. V.12. N2. pp.47-49. Jul/dez 2013. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/20720/19454>> Acesso em: 15/08/2015

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999.

LÖWY, Michel. **Negatividade e utopia do movimento altermundialista.** *Lutas Sociais*, ns. 19/20, p.32-38, jun./dez. 2008.

_____. **O Movimento Passe Livre.** Blog da Boitempo. Publicado em 23/01/2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>> Acesso em 06/02/2016

LOES, João. **O que é a internet das coisas e como ela mudará a sua vida.** <Tecnologia.terra.com.br. Publicado em 8 jan2015. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/o-que-e-a-internet-das-coisas-e-como-ela-mudara-a-sua-vida,3e61c3b90c8ca410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Acesso em 01/09/2015

LINEBAUGH, Peter. *Stop, Thief! The commons, enclosures and resistance.* Michigan: Spectre, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana/** Ermínia Maricato. 7. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a.

_____. **É a questão urbana, estúpido!** In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Ermínia Maricato [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013b.

_____. **Para entender a crise urbana.**/ Ermínia Maricato - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial.** Trad. GiasoneRebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍNEZ LÓPEZ, M. *Viviendas y centros sociales en el movimiento de okupación: entre la autogestión doméstica y la reestructuración urbana.* *Scripta Nova: revista eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VII, n. 146 (109), 1 de agosto de 2003. Disponível em:< [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(109\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(109).htm) > Acesso em: 25/03/2015

MASARO, Leonardo. **Cibernética: ciência e técnica/** Leonardo Masaro. - Campinas, SP: [s.n], 2010. Disponível em: <https://tecnos.cienciassociais.ufg.br/up/410/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Cibernetica__Ciencia_e_T%C3%A9cnica.pdf> Acesso em: 12/08/2015

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

META ANÁLISE. Inteligência de mercado para melhores negócios. (2014). **Nova campanha da TIM tem foco na conectividade.** Publicado em 20/06/2014.. Disponível em:<http://www.metaanalise.com.br/inteligenciademercado/index.php?option=com_content&view=article&id=10079:nova-campanha-institucional-da-tim-tem-foco-na-conectividade&catid=11:estrategias&Itemid=360> Acesso em 17/03/15

MORAES, Dênis de. **Apresentação**. In: Sociedade Midiatizada/ Dênis de Moraes (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO (MPL-SP). **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Ermínia Maricato... [et al]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp.13-18

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5. ed. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUÑOZ, F. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.

MPL, Movimento Passe Livre. **Carta de princípios**. Publicada em 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>> Acesso em 06/02/16.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino. O NOVO RECIFE? : Identidade, espaço e cultura e as tramas do processo de requalificação e gentrificação de sua área central. In: revista e-metrópolis: **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v.19, pp.38-46, 2014.

NETTO, José Paulo. **Elementos para uma leitura crítica do manifesto comunista**. In: Manifesto do Partido Comunista/ Karl Marx, Friedrich Engels; prólogo José Paulo Netto - São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Economia política**: uma introdução crítica/ José Paulo Netto, Marcelo Braz. - 7 ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

ORTELLADO, Pablo. **Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história**. In: RYOKI, André. Estamos vencendo!: resistência global no Brasil/ André Ryoki e Pablo Ortellado: [fotografias André Ryoki] - São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. - (Coleção Baderna)

ORTIZ, Pedro. **Das montanhas mexicanas ao ciberespaço**. In: Zapatistas - a velocidade do sonho/ Pedro Ortiz; Marco Brige; Rogério Ferrari. - Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006a.

_____. **A Batalha da Comunicação**. In: Zapatistas - a velocidade do sonho/ Pedro Ortiz; Marco Brige; Rogério Ferrari. - Brasília: Entrelivros: Thesaurus, 2006b.

OUTHWAIT, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**/ editado por William Outhwait, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editora da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAVIANI, Aldo. **A construção injusta do espaço urbano**. In: A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília/ Aldo Paviani (org.). - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PERULLI, Paolo. **Visões da cidade**: as formas do mundo espacial/ Paolo Perulli; tradução Valéria Pereira da Silva. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

PINTO, Luis Carlos. **Ocupe Estelita**: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras. Carta Maior Online - Política. Publicado em 04 jun 2014. Acessado em 14/11/2016. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ocupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empresiteiras/4/31086>

PRADO, José Luiz Aidar. **O enredamento globalizante de Castells**. In: Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre democracia e globalização./ (org.) José Luiz Aidar Prado; Liv Sovik - São Paulo: Hacker Editores, 2001.

PRIMI, Lilian. **A rede é para todos**. Revista Caros Amigos. Ano XVIII. nº 196/2013.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930/ Margareth Rago - 4. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**/ Raquel Recuero. 2ª ed. - Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura)

RIGOL, Sergi Martinez. **A gentrification**: conceito e método. In: Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole/ Ana Fani Alessandri Carlos, Carles Carreras (orgs.) - São Paulo: Contexto, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda**. In: Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?/ Andrew Jennings, Raquel Rolnik, Antônio Lassance...[et al]. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

RUBIO, K. **Os jogos olímpicos e a transformação das cidades**: os custos sociais de um megaevento. Scripta Nova, v.9, n.194, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**/ Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. - Porto Alegre: Fundação Ulisses Guimarães, 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaoulisses.org.br/uploads/acervos/15/pdf/1440003461-1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>> Acesso em 15/12/2015

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal/ Milton Santos. - 22ª ed. - Rio de Janeiro: Record. 2012.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional/ Milton Santos. - 5 ed., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

SASSEN, Saskia. **The Global City: Introducing a Concept**. In: Brown Journal World Affairs, Vol. XI, issue 2. Winter/Spring, 2005.

SEGURA, Mauro. **A internet das coisas e a recriação do marketing**. Meioemensagem.com.br. Publicado em 17 jun 2015. Disponível em:

<http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/ponto_de_vista/2015/06/17/A-internet-das-coisas-e-a-criacao-do-marketing.html> Acesso em 26/08/2015

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**/ Paulo Sibilia. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, George. **A metrópole a vida mental**. trad. Sérgio Marques dos Reis. In: O fenômeno urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**/ Muniz Sodré. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

_____. A física do Poltergeist nas ruas. In: A rua no século XXI: materialidade urbana e virtualidade cibernética./ org. Paulo César Castro, Antônio Fausto Neto, Antônio Heberlê, Eliseo Verón, Laura Guimarães, e Pedro Russi. Maceió: EDUFAL, 2014b.

TELLA, Guillermo; MUÑOZ, Martín M. **Territórios de protesta: el espacio público como escenario de resonancia**. In: A rua no século XXI: materialidade urbana e virtualidade cibernética/ org. Paulo César Castro, Antônio Fausto Neto, Antônio Heberlê, Eliseo Verón, Laura Guimarães Corrêa, Pedro Russi - Maceió: EDUFAL, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). Projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. **Relatório parcial Rio de Janeiro - Abril de 2012**.. Disponível em: <observatoriodasmegacidades.net/download/relat_rj%202012.pdf> Acesso em 08/10/2015

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene Szmrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

WEINER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos**. trad. José Paulo Paes. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEISS, Marcos César; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flavia Luciane. **Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços de infraestrutura urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre**. Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana vol7. nº3. Curitiba, set.dez. 2015. Epub 18-set-2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692015000300310&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 11 nov 2015

WASHBURN, D., & SINDHU, U. **Helping CIOs understand “smart city” initiatives: defining the smart city, its drivers, and the role of the CIO**. Cambridge: Forrester Research, 2010. Disponível em <http://www-935.ibm.com/services/us/cio/pdf/forrester_help_cios_smart_city.pdf> . Acesso em 18 de junho de 2012

WISNIK, Guilherme. **O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público**. Folha de São Paulo Online - Ilustríssima. Publicado em 15/11/2015.. Disponível <em: <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml?mobile>> Acesso em 15 dez 2015

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Ermínia Maricato ... [et al]. - 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (pp.35-40)

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**./ Slavoj Zizek; tradução Rogério Bettoni. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global**. Blog da Boitempo. Publicado em 19 set 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegaram-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>> Acesso em 30/09/2015.

ANEXOS

CARTAZES DIVULGADOS NO FACEBOOK DA *OCUPAÇÃO CULTURAL*
MERCADO SUL VIVE

Categoria: Festa Junina

Figura 1: Cartaz-divulgação da Festa Junina



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/07/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Brechó de trocas

Figura 2 - Ação de troca de objetos I



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 01/12/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016

Figura 3 - Ação de troca de objetos II



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 02/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016

Categoria: Convocações

Figura 4 - Colaboradores para trabalhar na festa junina



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/06/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016.

Figura 5 - Doação de tintas, rolos e material de reforma

Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**



Adote uma parede!
O Movimento Mercado Sul Vive
está revitalizando seus espaços
Doe tintas, rolos e
materiais de reforma

FAÇA PARTE DESTA LUTA!

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 11/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 6 - Doação de gás de cozinha



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 12/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

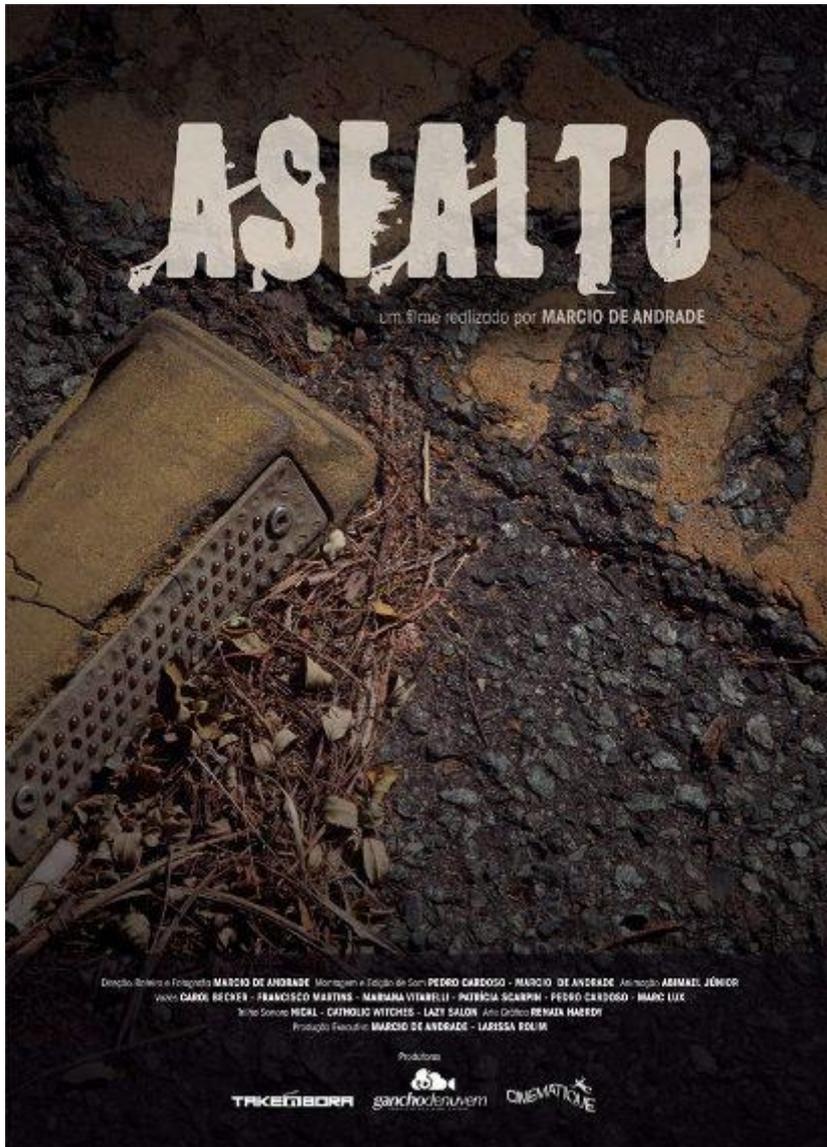
Figura 7 - Atividade de pintura das fachadas das lojas



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 13/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Exibição de filmes

Figura 8 - Filme Asfalto



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/08/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 9 - Filme Mummia Abu-Jamal



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 20/04/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 10 - Filme Mundurukânia



CINEOCUPA

DOMINGO 4 de outubro 18h

Com a presença do diretor Miguel V. Castro

MUNDURUKÂNIA
NA BEIRA DA HISTÓRIA

Um documentário de Miguel V. Castro

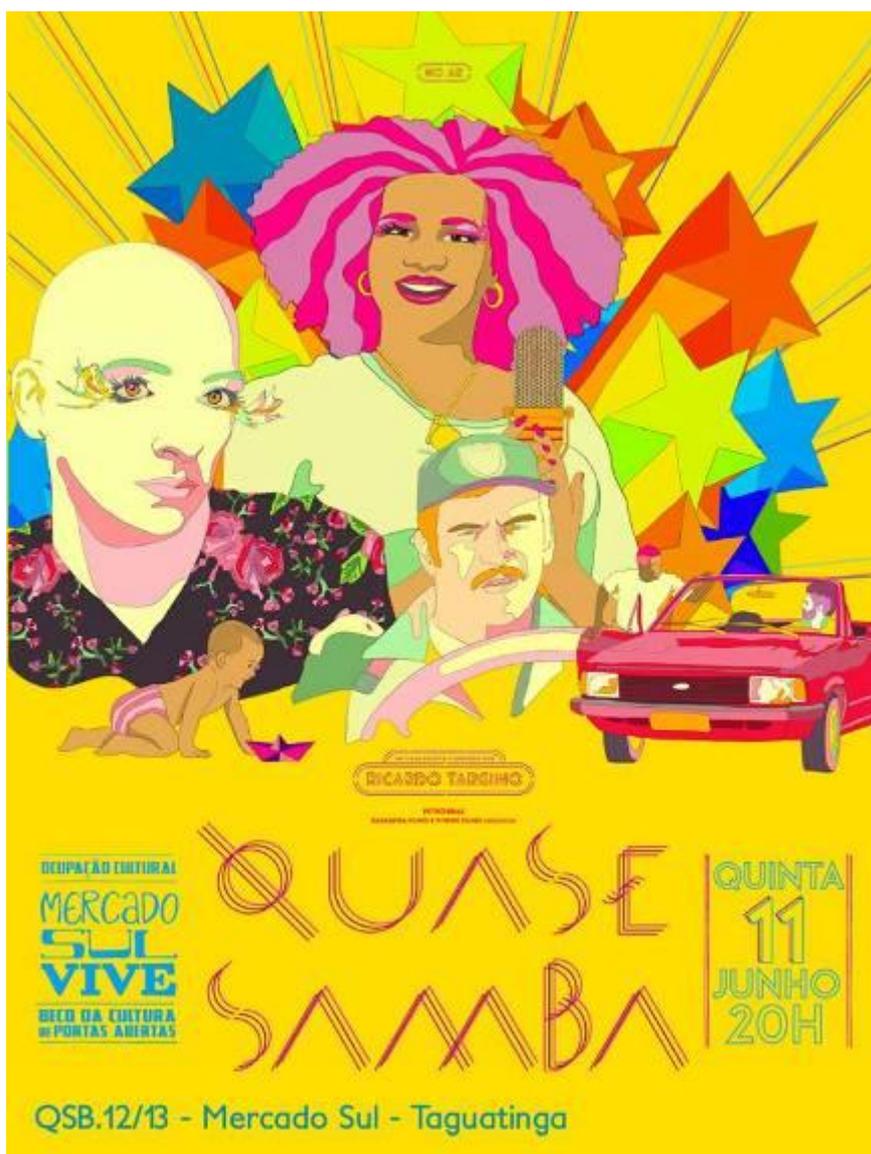
local:
QSB12/13 Ocupação Cultural
Mercado Sul - Taguatinga

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO SUL VIVE
BELO DA CULTURA
REPORTAGENS ADVERTAS

Família Bastos produções

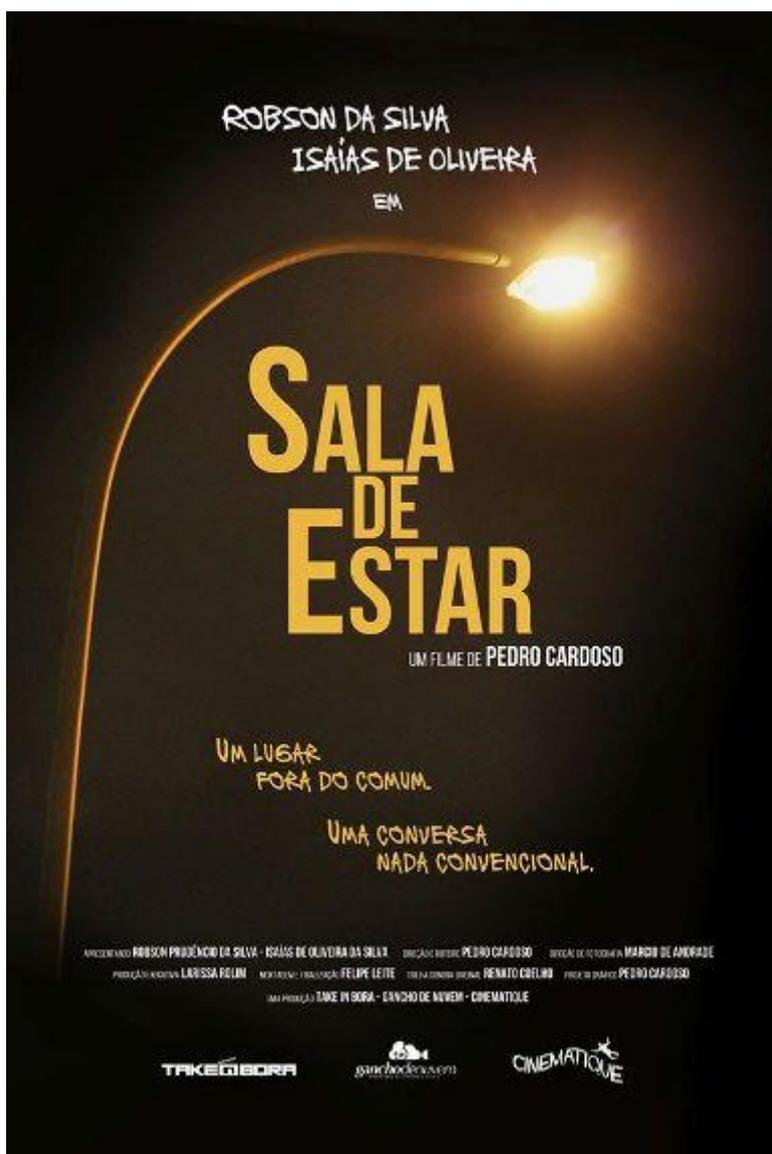
Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/09/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 11 - Filme Quase Samba



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 05/06/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 12 - Filme Sala de Estar



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/11/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: *Ecofeira*

Figura 13 - Ecofeira I

OCUPAÇÃO CULTURAL **MERCADO SUL VIVE** **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

XVI Edição

EcoFeira 2015
do Mercado Sul

QSB 12/13
Mercado Sul (Beco)
Taguatinga
PALCO ABERTO e LIVRE

6 de junho
SÁBADO | 14h às 22h

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

14hs: BrechóCicla - Trocas de Peças e Acessórios de Bicicletas
Mecânica Básica de Bicicleta - Bicicentro

15hs às 17hs: Roda de Conversa: Os Saberes das Ervas com Mariana Almeida
Poesia com Caravanas Nación Pachamama - Em Busca da Terra Sem Maíes

16hs: Saulo Mascardini com Saulinas Música Instrumental

17hs: Roda de Capoeira com Semente do Jogo de Angola
Lançamento de CD infantil "Onde está o Saci?" - Banda Jenipapo

18hs: Rômio Quintas e Cêlia Porto

19hs: Cine\Debate - Índio Cidadao

20hs: Lançamento de Livro - Escritor Nelson Balano
Participação do Cantor Gog

21hs: MC Singelo

Espaço vivo de economia solidária, arte, saberes, artesanato, comunicação livre e produtos sustentáveis: móveis, instrumentos musicais, fitocosméticos, decoração, utilitários, brechó, alimentação.

Realização:

ecofeira@mercadosul.org | contato@ecofeira@mercadosul.org | 01 8254 3286 / 01 0558 5543

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/05/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 14 - Ecofeira II

Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

4 de julho
SÁBADO | 14h às 22h

QSB 12/13
Mercado Sul (Beco)
Taguatinga

EcoFeira 2015
do Mercado Sul

Sorteio da rifa com 2 prêmios de produtos Tempo Eco Arte

Espaço vivo de economia solidária, arte, saberes, artesanato, comunicação livre e produtos sustentáveis: móveis, instrumentos musicais, fitocosméticos, decoração, utilitários, brechó, alimentação.

Realização: Tempo Eco Arte, NFOOD, Espaço Cultural Mercado Sul, Platinetas, gunga, Invenção Brasileira

ecofeira.mercadosul.org | contato@ecofeira.mercadosul.org | 61 8354 3286 / 61 8868 5540

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/06/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 15 - Ecofeira III

XVIII Edição
Ocupação Cultural
MERCADO SUL VIVE
MUITO DA CULTURA
EM UM SÓ LOCAL

4 de julho
SÁBADO | 14h às 22h

QSB 12/13
Mercado Sul (Beco)
Taguatinga

EcoFeira 2015
do Mercado Sul

Ro Vivo na Rádio www.radio.mercadosul.org

VENIA DE BICICLETA

Espaço vivo de economia solidária, arte, saberes, artesanato, comunicação livre e produtos sustentáveis: móveis, instrumentos musicais, fitocosméticos, decoração, utilitários, brechê, alimentação.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

09:30 às 17:30 Vivência com a parceira Rita Pinho - Invenção Brasileira
Inscrição Contato: 61 8546 6963 | Com Almoço

14 hs Abertura - Palco Aberto - Brincadeiras com as Crianças
Oficina de Tambores Criativos - Juraci Moura | jmouramatos@gmail.com
Inscrição Contato: 61 8369 1915

15 hs Roda de prosa - Economia Solidária e Tecnologia Social

16 hs Roda de Capoeira Semente do Jogo de Angola

18 hs Bateria UMBAK Escola de Samba de Taguatinga

19 hs Marina Andrade

20 hs Chegada do Pássaro - Edy Natureza

21 hs Cine/debate - "Pamparies: Uma viagem com os Huicholes para coletar Peyote" com a autora Barbara Sackl
TATUUTSI MAXAKWAXI - OS DESAFIOS DE DOIS MUNDOS
com a autora Barbara Sackl

Desenho: Vinícius Motta, 1982.

Realização
Tempo Eco Artig NFOOD Espaço Cultural Mercado Sul Platfêlas gunga Invenção Brasileira

ecofeira.mercadosul.org | contato@ecofeira.mercadosul.org | 61 8354 3286 / 61 8658 5548

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 02/07/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 16 - Ecofeira IV

XIX EDIÇÃO
ESPAÇO CULTURAL MERCADO SUL
VIVE
MÁS ALI, COM MAIS E FORÇA INTERNA

2015 5º ARRAIÁ DO BECO

EcoFeira 2015
do Mercado Sul

Sorteio de 5 Prêmios na Rifa do Mercado Sul

1 de agosto
SÁBADO | 16h às 22h

QSB 12/13
Mercado Sul (Beco)
Taguatinga | DF

Oficina de Rádio Novela para Crianças
14hs às 17hs - Atividade ministrada por Fausto Barbosa

Tempo Eco Arte
Exposição de peças a partir da reutilização do papelão e sacos de cimento usados, em objetos, móveis e peças artísticas, decorativos e utilitários.

Oficina de Farmácia Caseira
16hs - Roda de Conversa:
Os Saberes das Ervas com Mariana Almeida

Exposição de Artesanatos
Espaço vivo de economia solidária, arte, saberes, artesanato, comunicação livre e produtos sustentáveis: móveis, instrumentos musicais, fitocosméticos, decoração, utilitários, brechô, alimentação. Quer expor na Eco Feira? Entre em contato: 61 8668 5548

Realização
Tempo Eco Arte | NFOO | Espaço Cultural Mercado Sul | Platinelas | gunga | Invenção Brasileira

ecofeira.mercadosul.org | contato@ecofeira.mercadosul.org | 61 8354 3286 / 61 8668 5548

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/07/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 17 - Ecofeira V

XX
Edição

OCUPAÇÃO CULTURAL | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

29 de agosto
SÁBADO | 14h às 22h
QSB 12/13 Mercado Sul (Beco)
Taguatinga - DF

EcoFeira 2015
do Mercado Sul

Transmissão ao vivo
www.radio.mercadosul.org

VENIA DE BICICLETAS

Sorteio da Rifa com Produtos Tempo Eco Arte

Conferência Livre de Saúde e Cultura
9hs às 16hs - Participação de TC da Casa de Cultura Tainá e Rede Mocambos
Cecco Toninha - Saúde, desenvolvimento da autonomia e inclusão social

Semana da Anistia no Mercado Sul
16hs - Filme "Cidadão Boilesen" e Leitura Dramática "Teatro na Ditadura"

Ativismo Digital - Encontro de Blogueiros do DF
9hs às 18hs - Democratizar a comunicação é defender a democracia viva!

Show Nascimento de Si Com Vida
19hs - poeta e compositor Everi Sirac, com amigxs, imprevistos e improvisos

Cine Debate - Filme: Dá pra Fazer! (Si Puo Fare)
20hs - Longa italiano: um sindicalista e um bando de loucos formam uma cooperativa
Tudo a ver com o Mercado Sul...

Palco Aberto

Apoio
Platinelas | Cultura | gunga | NFOO | Invenção Brasileira | Espaço Cultural Mercado Sul

Parceira
FUNDOS Fundação Brasileira Casa Brasileira

Realização
Tempo Eco Arte

ecofeira.mercadosul.org | contato@ecofeira.mercadosul.org | 61 8354 3286 / 61 8668 5548

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 20/08/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 18 - Ecofeira VI

Ocupação Cultural **MERCADO SUL VIVE** **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

EcoFeira 26

do Mercado Sul **SÁBADO DE SETEMBRO**

21ª EDIÇÃO 2015

10H RODA DE PROSA: MOBILIDADE URBANA (BITCENTRO)

12H RODA DE CHORO (QUARTETO CAPEVARA E BRINCADEIRA BOA)

15H OFICINA FARMÁCIA CASEIRA | EU-LIVRE - SENHORA VERDE
OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS | THIAGO FRANCISCO E NANÁ MATOS

16H MATINÊ INVENÇÃO BRASILEIRA | EXPOSIÇÃO: RAUL DO MAMULENGO | FILME: A GRANDE FEIRA

17H RODA DO GRUPO DE CAPOEIRA SEMENTE DO JOGO DE ANGOLA

19H EXIBIÇÃO DE CURTAS (MATTEO BOLOGNA E SÉRIE CERRATINGA)

20H CIA. BURLESCA COM O ESPETÁCULO "O SEGREDO"

21H SLAM DAS MINAS (SARAU POÉTICO FEMINISTA)

QSB 12/13
Mercado Sul
Taguatinga

Quer expor na EcoFeira?
Entre em contato
ecofeira.mercadosul.org
contato@ecofeira.mercadosul.org
61 8354 3286 / 61 8668 5548

Realização

Tempo EcoArte | Mercado Sul VIVE | EuLive! | Platinas | gunga | Invenção Brasileira

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 15/09/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 19 - Ecofeira VII

23ª EDIÇÃO
2015

21 SÁBADO
DE NOVEMBRO

EM APOIO À
OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO
SUL
VIVE
DECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

EcoFeira

do Mercado Sul

SAMBA COM FEIJÃO

10H	CAPOEIRA SEMENTE DO JOGO DE ANGOLA	15H30	ESPETÁCULO A DIVINA PELEJA (PROJETO EM CANTO DOS MAMULENGOS)
12H	FEIJOADA COM SAMBA, COM AS PRESENCAS DE:	18H	JENIPAPO
ÀS 16H	RONALDO ALENCAR	19H	TALO DE MAMONA
	ORQUESTRA DE CAVAQUINHO DO PROJETO VALDIR AZEVEDO	20H	JONGO DO CERRADO
	CID AROEIRA (CACHOEIRA / BA) E CONVIDADOS	21H	DJ LEONOR

Tempo Eco Arte NFOO EULIVRE Planbrios gunga Invenção Brasileira

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 12/11/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Eventos convidados

Figura 20 - Festa de Ocupação Dinâmica de Áreas Públicas

**F.O.D.A.
Pública**

FESTA DE OCUPAÇÃO DINÂMICA DE ÁREAS PÚBLICAS

EDIÇÃO EM APOIO AO MOVIMENTO

MERCADO
SUL
VIVE

BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

MERCADO SUL
QSB 12/13 BLOCO A
TAGUATINGA SUL

18 HORAS

CINECLUBE

HARD DRUGS
SOCIETY

SIGNO TREZE

DAVI KAUS

BATALHA DO
NEORÔNIO

PARQUE
SONORO CREW

APOIO

Cult 22

MR CULTURAL

TAUÚ TAUAPRO.COM

PARQUE SONORO

intoPixel transformando ideias

cajuina

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 15/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 21 - Forró da Resistência



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/06/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 23 - NaZonaSul



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 29/08/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 24 - II Festival de Brincadeiras de Rua



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/09/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 25 - Encanto dos Mamulengos

The poster features a stylized illustration of two figures, a woman in a yellow dress and a man in a red and white striped shirt, set against a dark background with a crescent moon and stars. The text is in bold, colorful fonts, and the bottom section includes logos of various cultural and governmental organizations.

EM CANTO DOS MAMULENGOS
Na RUA e Na RODA

Circulação do Espetáculo
DIVINA PELEJA
Festa Trabalho e Pão!

TAGUATINGA
21/11 às 15:30
756 13/12 - Mercado Sul

Apresentação: **FAC CULTURA** Secretaria de Cultura
Apoio: **GOVERNO DE BRASÍLIA** **CASA dos artísticos** **FAMALIA**
Produção: **Suene Herim**
Realização: **FOZ DE**

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 05/11/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Oficinas

Figura 26 - Mecânica de bikes

OCUPAÇÃO CULTURAL

MERCADO SUL VIVE

BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS

Mutirão/oficina
Mecânica básica de bicicletas

SÁBADO
28/02

9h

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 2702/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

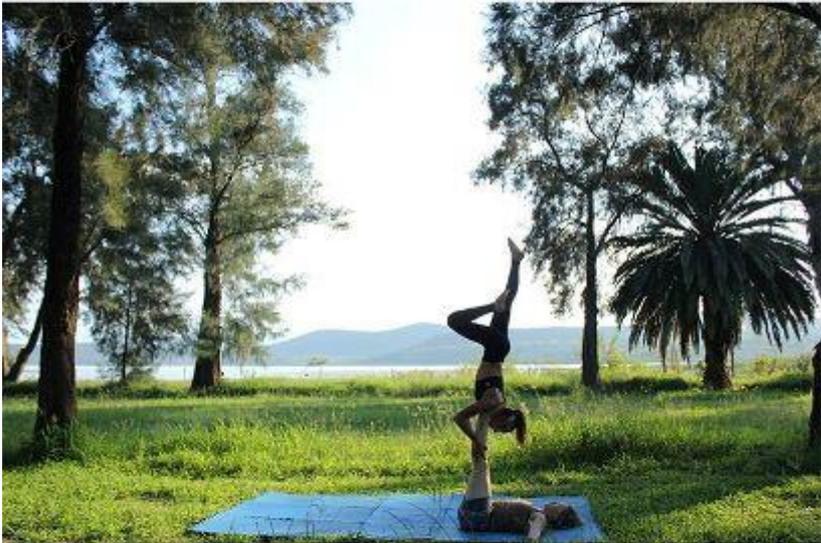
Figura 27 - Acroyoga

Oficina de **ACROYOGA**

ACROYOGA é uma prática física que mistura Yoga, Acrobacia e Massagem Thai.
Conheçam essa prática única que cultiva a diversão, concentração,
confiança e união da comunidade.

INICIANTES E INTERMEDIARIOS

 **Jéssica Estefani**



dia 5/12/2015

endereço:
OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL VIVE
QSB 12/13 Bloco A - Taguatinga

horário: 10:00 - 12:00
contribuição: 40,00 \$
pré inscrição: jessicaestefanilove@gmail.com
informações: 61 82810338

ocupação cultural
**MERCADO
SUL
VIVE**
BECO DA CULTURA
de PORTAS ABERTAS

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/11/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 28 - Arte Urbana

oficina continuada de

ARTE URBANA

com Sabrina Falcão

cartografia da arte urbana graffite
stencil Pesquisa colagem
lambe-lambe zine poesia
marginal

inscrições
(61) 8346.0983
nabrisafal@gmail.com

TODO
DOMINGO | 9h às 12h |

mensalidade
R\$50

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO
SUL
VIVE
BECO DA CULTURA
de PORTAS ABERTAS

A photograph of a person in a red vest and blue shorts painting a vibrant mural. The mural features a large, stylized red lip with a black outline, surrounded by colorful patterns and flowers. To the left, there is a large, colorful mandala-like design. The person is standing in front of the mural, which is part of an urban art project.

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 07/07/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 29 - Break Dance I

Ocupação Cultural

MERCADO SUL VIVE

BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS



OFICINA DE BREAKING DANCE

com o grupo de cultura Hip Hop

BOB GIRLS

SEGUNDAS E QUARTAS
18H AS 19H

OFICINA GRATUITA
a partir do dia 11/03/2015

QSB12/13 MERCADO SUL - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 30 - Break Dance II

OCUPAÇÃO CULTURAL

MERCADO SUL VIVE

BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS

OFICINA DE BREAK DANCE

com o grupo de cultura Hip Hop **BOB GIRLS**

SEGUNDAS E QUARTAS 18H AS 19H

OFICINA GRATUITA
a partir do dia 11/03/2015

QSB12/13 MERCADO SUL - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 08/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 31- Composição Musical

The poster features a central photograph of a man, Tiago Sá, wearing a hat and sunglasses, standing with his arms crossed in front of a blue sky and greenery. The background of the poster is a blue sky with white clouds. The text is arranged as follows:

Tiago Sá
apresenta
Da Pemba
música nas cidades

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO
SUL
VIVE
BEEBÊ DA CULTURA
III PORTAS ABERTAS

Taguatinga
Workshop e Oficina de Composição Musical
com o músico e compositor **Tiago Sá**
LOCAL: Ocupação Mercado Sul
Dia: 18/04 Horário: 9h às 17h

Apresentação: **FAC CULTURA** (Secretaria de Cultura) and **SECRETARIA DE CULTURA** (Cidade de Taguatinga)

Apoio: **MARINHA CULTURAL**

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/04/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 32 - Comunicação Livre



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 16/08/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 33 - Consciência Corporal



oficina de
Consciência Corporal
prática de movimento e existência consciente

Ao realizar sequências de movimentos diferentes das habituais, as articulações ósseas se ampliam, os músculos se alongam, reativando a circulação. O trabalho mobiliza tensões musculares que repercutem em fixações mentais possibilitando liberar energias bloqueadas e restabelecer o equilíbrio corpo-mente.

**SEGUNDAS
& QUARTAS**

19h às 20h30

de 19 de outubro a 25 de novembro de 2015
mais informações 9624.9303 / 3224.7393

local:
QSB12/13 Ocupação Cultural - Mercado Sul - Taguatinga

investimento
R\$60,00

OCUPAÇÃO CULTURAL
**MERCADO
SUL
VIVE**
BECO DA CULTURA
de PORTAS ABERTAS

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/10/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 34 - Dança Contemporânea

ATRAVÉS DE BRINCADEIRAS, JOGOS TEATRAIS, ALONGAMENTOS, DIÁLOGOS, MÚSICAS, INTERVENÇÕES E CRIAÇÕES COREOGRÁFICAS PODEREMOS CONHECER MAIS SOBRE NÓS MESMOS, ENCONTRAR NOVAS PESSOAS E INTERAGIR DE OUTRAS FORMAS COM O MUNDO.

VIVÊNCIAS
DE
DANÇA
CONTEMPORÂNEA



em TAGUATINGA
-faixa etária: a partir dos 15 anos-

SEMPRE ÀS TERÇAS E QUINTAS,
DAS 16h ÀS 18h.

INÍCIO: 17/11/2015
-terça, às 16h.

MEDIAÇÃO: GUSTAVO ROLIM
SE ENVOLVE COM A DANÇA CONTEMPORÂNEA DESDE 2009. PERFORMER E CANTOR DE CHUVEIRO.
+ INFO: W3.SOLDAGUA.WEBLY.COM

CONTATO: R.PR.GUSTAVO@EMAIL.COM
WHATSAPP → (61) 99 03 - 13 33

LOCALIZAÇÃO: Q50 12/13
OCUPAÇÃO CULTURAL MERCADO SUL (CCO)
TAGUATINGA SUL - DF

- ATIVIDADE GRATUITA -



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/11/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 35 - Danças Populares



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/11/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 36 - Danças Populares



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 37 - Farmácia Caseira



The image displays three posters for a cultural event. At the top, three logos are arranged horizontally: 'OCUPAÇÃO CULTURAL' in red and black, 'MERCADO SUL VIVE' in green and red, and 'BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS' in green and black. Below these is a large poster for 'Oficina de Farmácia Caseira'. The poster features a background image of a potted plant with green leaves and small pink flowers. The text on the poster includes the title 'Oficina de Farmácia Caseira' in large white letters, followed by 'Com Mariana Almeida' and her credentials 'Acupunturista - Fitoterapeuta - Doula' and phone number '(61)8546.6963'. On the left side, there are two stacked boxes: the top one says 'SÁBADO 14/03' and the bottom one says '14h'. On the right side, there is a logo for 'EULIVRE educação e saúde' featuring a stylized white bird.

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 38 - Fotografia



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 15/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 39 - Malabares

Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

Oficina de Construção de Chaves Recicladas e Movimentação de Malabares (clave e bola)

23.04 - Quinta
Contribuição Livre
Das 10h às 16h
Pausa para almoço coletivo na Ocupa

com Laura (CE) e Augusto (ARG)

Traga fita isolante, fita durex colorida e garrafa pet!
Espaço Cultural Mercado Sul | QSB 12/13 - Taguatinga Sul
Informações: 61 8575.8500



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 17/04/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 40 - Máscaras Teatrais



OFICINA
MÁSCARAS TEATRAIS
CONSTRUÇÃO E CRIAÇÃO DE PERSONAGENS
COM MURIEL BASILE

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO SUL VIVE
BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS

INÍCIO
18
MAIO
QUARTAS & SEXTAS
18H
6 ENCONTROS

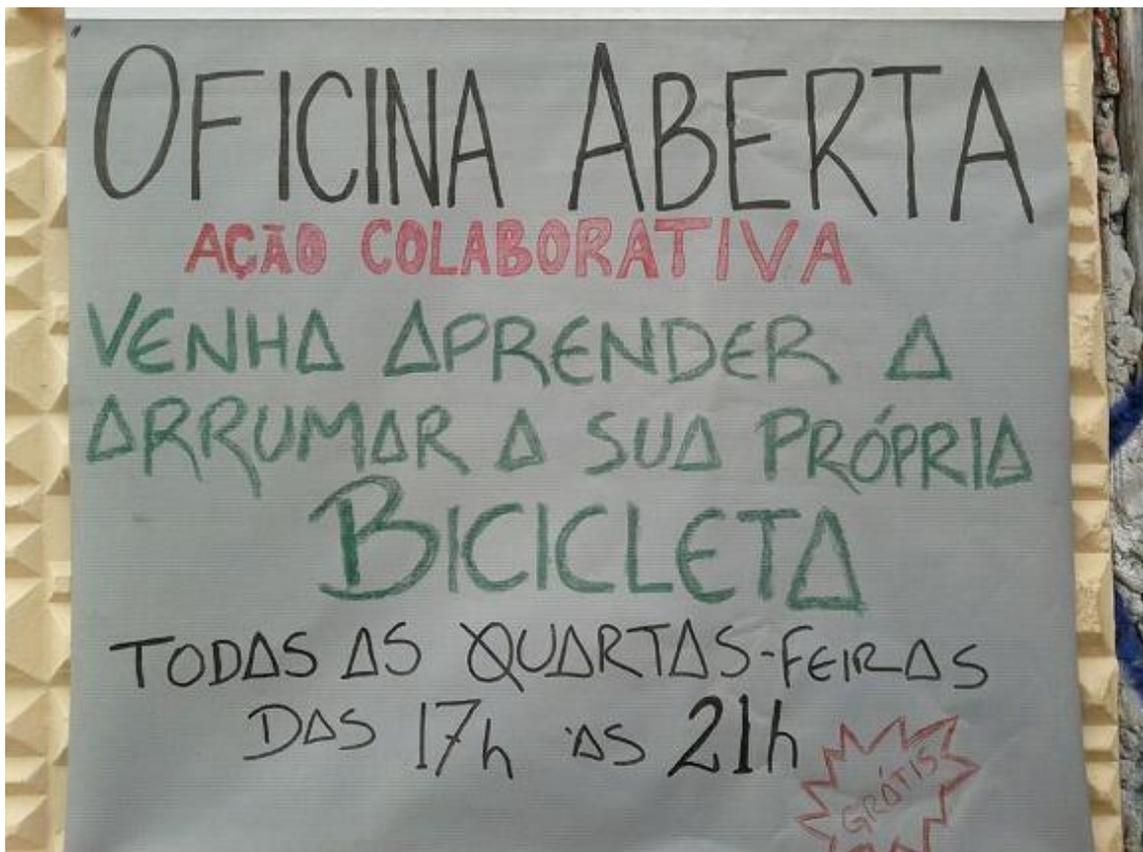
INVESTIMENTO
R\$100

murielbasileterrasdefogo@gmail.com

QSB.12/13
Mercado Sul - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 08/05/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 41 - Mecânica de bike II



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/04/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 42 - Meditação



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 27/09/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 43 - Bonecos

Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

Oficina de introdução a modelagem **3D** com **BLENDER**

SÁBADO 14/03

15h

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 01/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 44 - Dança Afro

OFICINA DE
PERCUSSÃO E DANÇA AFRO
MALINKÊ
PERCUSSÃO E DANÇAS TRADICIONAIS DO OESTE AFRICANO

SÁBADO
15
AGOSTO
2015

16H às 19H

Dança Afro
Carla Gírija

Percussão
Guilherme Primitivo

CONTRIBUIÇÃO
R\$30

OCUPAÇÃO CULTURAL
**MERCADO
SUL
VIVE**
BEM DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 01/08/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 45 - Rabeca



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 22/05/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 46 - Rádio Livre



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/09/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 47 - Stencil Gigante



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 20/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 48- Tapetes



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/07/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 49 - Mangaio de versos



Oficina
Mangaio de Versos
Com Adiel Luna

A Poética e a Oralidade
Nordestinas Como
Ferramenta de Composição.

sexta **27** & **28** sábado
Março Março
14h30 as 17h 14h30 as 17h

Contribuição R\$30,00 por dia

QSB.12/13
Mercado Sul - Taguatinga

Apoio

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO
SUL
VIVE
BICO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 07/03/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 50 - Pé-de-moleque



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 30/11/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Palestras

Figura 51 - Como se cadastrar no CEAC e SISCULT na prática

Tema: Palestra Como se cadastrar no CEAC e Siscult.
Palestrante: Roberto Neiva.
Data: 24 de fevereiro
Horário: 16hs.
Local: Ocupação Mercado sul
Beco da cultura QSB 12/13
Taguatinga

CEAC e Siscult na prática

Siga @BSBCriativa
Curta e compartilhe www.facebook.com/bsbcriativa
Mais informações bsbcriativaincubadora@gmail.com

Setor de Diversões Sul, Conic, no Ed. Darcy Ribeiro

BSBCriativa
#incubadora

FAC
Secretaria da Cultura
GDF
Brasil Criativo #incubadoras
Secretaria da Economia Criativa
Ministério da Cultura
BRASIL
DATE BICO E PAUL SEM FOMEÇA

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 23/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Programação diária

Figura 52 - Programação I



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

QUARTA 11/02	 Bazar
	 Pintura e reforma
	10h Cesar de Paula e Juraci Moura <small>(voz, violão e canções)</small>
	17h Assembléia
	19h Chico Nogueira <small>(viola e cantos populares)</small>
	20h Filme TARJA BRANCA
 Vigília	



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 11/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 53- Programação II



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

QUINTA 12/02

- 9h** Alongamento consciente e auto-massagem
-  **Bazar** (aceitamos doações)
-  **Pintura e reforma**
- 15h** Oficina Tapetes de crochê em malha
- 19h** Banda **Chinelo de Couro**
-  **Vigília**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 12/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 54 - Programação III



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

TERÇA
10/02

- ☀ **Bazar**
- ☀ **Pintura e reforma**
- 15h Oficina Mecânica básica de bicicletas**
- 18h Assembléia Geral**
- ☾ **Vigília**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 55 - Programação IV



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

SEXTA
13/02

-  **Bazar**
-  **Pintura e reforma**
- 15h** **Vivências de danças populares**
com Luís Felipe (Seu Estrelo)
- 16h** **Oficina de "Pé de muleque"**
Casa Moringa
- 20h** **MoverMents** cultura hip hop
-  **Vigília**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 13/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 56 - Programação V



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

**SÁBADO
14/02**



Bazar



Pintura e reforma

16h Ventuinha de Canudo

18h F.O.D.A Pública Festa de Ocupação
Dinâmica de Áreas Públicas



Vigília



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 14/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 57 - Programação VI



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

DOMINGO
15/02

-  **Bazar**
-  **Pintura e reforma**
- 16h** **Bloco Mamãe Taguá**
-  **Vigília**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 15/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 58 - Programação VII



Ocupação Cultural | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

SEGUNDA 16/02

-  **Bazar**
-  **Pintura e reforma**
- 11h** **Carnaval Infantil com Cia. Burlesca**
- 14h** **Bateria Umbak**
-  **Vigília**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 16/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 59 - Programação VIII



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

DOMINGO
22/02

15h

Oficina de Batuque!

Vivência percussiva

com Juraci Moura e Shária Ribeiro

tragam instrumentos



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 22/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 60 - Programação IX



OCUPAÇÃO CULTURAL

MERCADO
SUL
VIVE

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

SÁBADO
21/02

10h Pelo direito de pensar a cidade

-Espaço lúdico de oficina abordando a temática de gênero.

-Artesanato: Inãs de pregadores

Para crianças a partir de 9 anos.



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 21/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 61 - Programação X



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

**SEXTA
27/02**

14h Prêmio Boas Práticas em Economia Solidária

**Esclarecimento sobre o edital e início
do preenchimento. O prêmio é para
atingir práticas de economia
solidária de iniciativas de grupos
locais ou redes (formais e informais)**



Fonte : Espaço cultural Mercado. 27/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 62 - Programação XI



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

QUARTA **19h** **Roda de Prosa**
25/02 **Organização popular e
políticas públicas**



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 25/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 63 - Programação XII



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

**TERÇA
24/02**

16h Palestra: CEAC e Siscult

Ministrada por Roberto Neiva.

Direcionada a artistas que tem
interesse em se cadastrar no CEAC
e/ou Siscult.



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 24/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 64 - Programação XIII



OCUPAÇÃO CULTURAL

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

**SÁBADO
28/02**

16h Onde está o Saci?

Contação de histórias e apresentação de músicas temáticas.

Banda Jenipapo | Contos de Gabriela de Andrade

19h Banda Jenipapo

"A cidade cresce como planta de concreto, e você fica assim meio edifício. Fotosínta-se"



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 28/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 65 - Programação XVIII



Ocupação Cultural

MERCADO
SUL
VIVE

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

PROGRAMAÇÃO!

DOMINGO
08/03

16h Prática de Meditação Ativa

18h Cabaré cultural

Traga sua arte!



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 08/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Projeto Escola Livre de Teatro

Figura 66 - Escola Livre de Teatro I

OCUPAÇÃO CULTURAL

MERCADO
SUL
VIVE

BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

**ESCOLA LIVRE
DE TEATRO**

OFICINA GRATUITA

TERÇAS
14H
E
SÁBADOS
17H

Educador
Abder Paz
(61)8232.4118

Intenção Brasileira
Centro de Cultura

Ocupação cultural - Mercado Sul - QSB 12/13 - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 07/08/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 67 - Escola Livre de Teatro II

Ocupação Cultural

MERCADO
SUL
VIVE

BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS

ESCOLA LIVRE DE TEATRO

OFICINA GRATUITA

TERÇAS
14H
E
SÁBADOS
17H



Educador
Abder Paz
(61)8232.4118

Ocupação cultural - Mercado Sul - QSB 12/13 - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/09/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Projeto Sarau do Beco

Figura 68- Sarau do Beco I



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/08/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 69 - Sarau do Beco II



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 05/04/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Rodas de prosa

Figura 70 - Meditação



OCUPAÇÃO CULTURAL | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

 *"Chegam dentro do rio da Vida, momentos de amor de todas as cores. Olhos sem pensar. Olhos vácuos, olhos de céu aberto..."*
Lucidor Flores

Momentos de Amor
Um Olhar do Coração

TERÇA
03/03

18h

OSB 12/13 MERCADO SUL
Taguatinga

Roda de prosa sobre a *Prática dos 21 dias*

A Prática dos 21 dias nos leva a experimentar a vida cotidiana com outro olhar; a desfrutar do silêncio da meditação, a cuidar do nosso alimento, da mente e do coração. É uma porta para entrar no espaço sem tempo que guardamos em nosso interior.

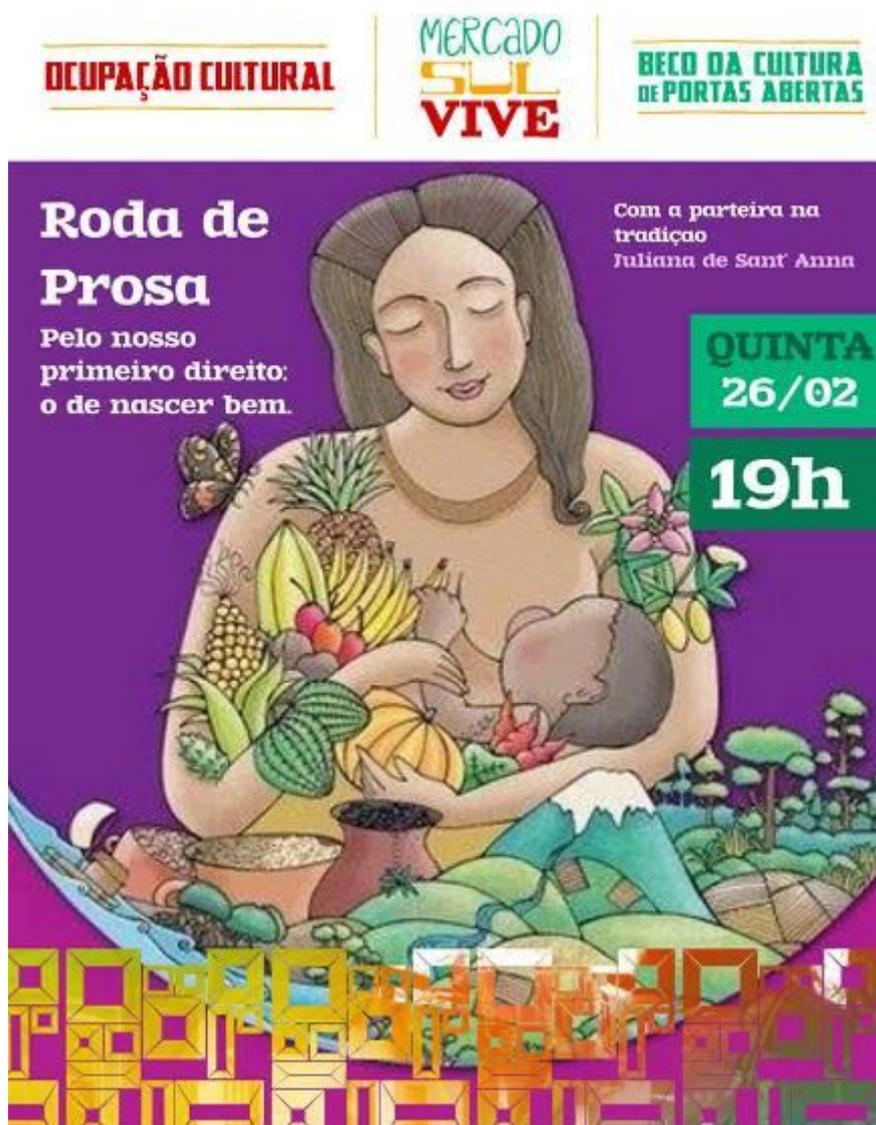
Conheça este guia que te conduzirá a ti mesmo, numa jornada transformadora de Amor.

misticaandina2 | dias@yahoo.com.br
www.nacionpachamama.com



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 28/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 71 - Parto humanizado



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 24/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 72 - Marco Civil da Internet

The poster is set against a dark red background with a gold, textured pattern on the right side. At the top left is a white circular logo containing a stylized microphone. Below it, the text 'MARCO CIVIL DA INTERNET' is written in white, bold, sans-serif capital letters. To the right, the text 'OCUPAÇÃO CULTURAL' is at the top, followed by 'MERCADO SUL VIVE' in large, white, bold, sans-serif capital letters. Below that, 'BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS' is written in smaller white capital letters. A white rectangular box on the left contains the text 'QUARTA 25/03'. To its right, the text 'Debate e exibição do filme "O menino da internet"' is written in white. Below this, a white box contains '19h30' in large, bold, red font. To the right of '19h30', the text 'QSB.12/13 Mercado Sul - Taguatinga' is written in white.

MARCO CIVIL DA INTERNET

OCUPAÇÃO CULTURAL
MERCADO SUL VIVE
BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS

QUARTA 25/03

Debate e exibição do filme "O menino da internet"

19h30 QSB.12/13
Mercado Sul - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 20/03/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

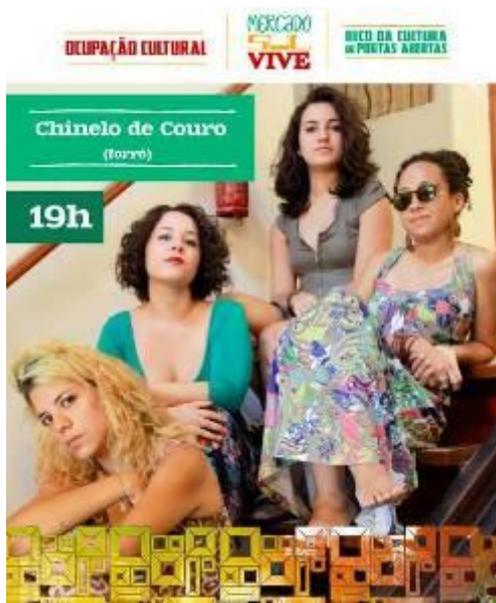
Figura 73 - Comunicação e Juventude



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 05/09/2015. Disponível em: https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764. Acesso em 07 jan 2016.

Categoria: Shows

Figura 74 - Chinelo de Couro



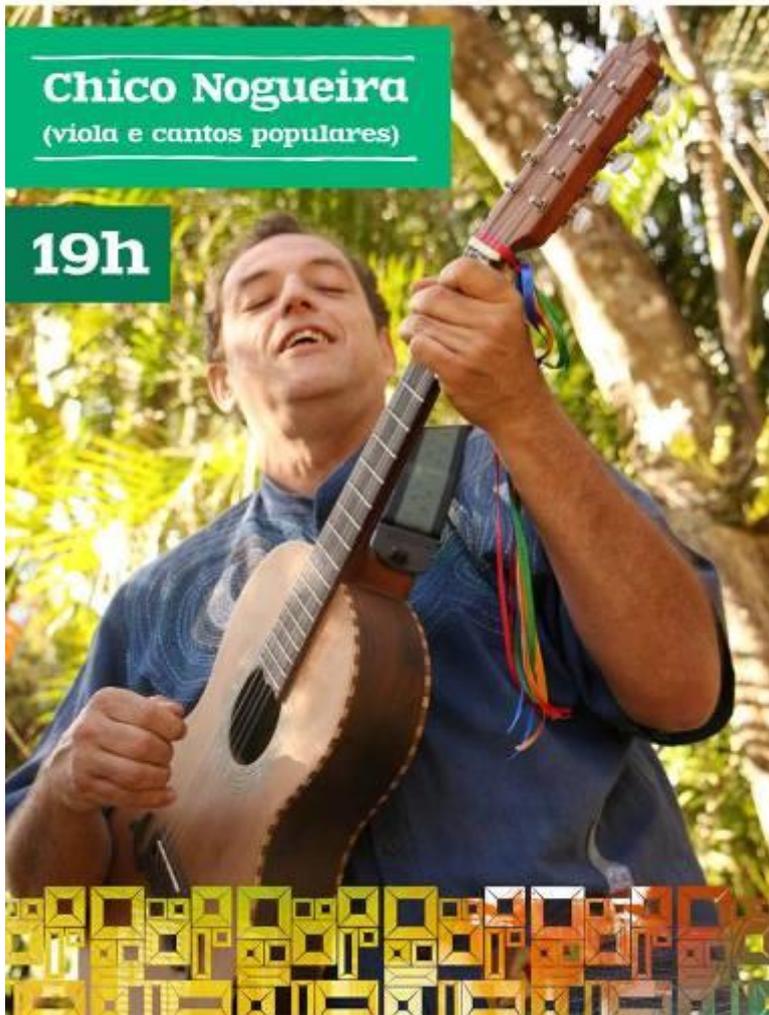
Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 08/07/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 75 - Chico Nogueira

Ocupação Cultural

MERCADO
SUL
VIVE

BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/06/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 76 - Seu Estrelo

OCUPAÇÃO CULTURAL

MERCADO
SUL
VIVE

BECO DA CULTURA
de PORTAS ABERTAS



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 10/06/2015.. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016

Figura 77 - Cia Burlesca



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 08/07/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 78 - Bloco Mamãe Taguá



Fonte: Espaço cultural Mercado sul.11/02/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 79 - Jenipapo



Fonte: Espaço Cultural Mercado Sul. 08/07/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 80 - Novo Sistema 61



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 01/03/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764>. Acesso em 07 jan 2016.

Figura 81 - Mambembrincantes

The poster is for an event titled "OCUPAÇÃO CULTURAL" (Cultural Occupation) at "MERCADO SUL VIVE" (Market South Lives) in the "BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS" (Cultural Alley of Open Doors). The event is an "ENSAIO ABERTO" (Open Rehearsal) for the group "Mambembrincantes" and Kátya Teixeira. The main image shows a group of people on a swing set in a park, with a woman in the foreground playing a violin. The date and time are "Sábado 14 de Março 18h" (Saturday 14th of March 6 PM). The location is "Ocupação cultural - Mercado Sul QSB 12/13 - Taguatinga". There are decorative illustrations of a drum and a violin.

OCUPAÇÃO CULTURAL | MERCADO SUL VIVE | BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS

ENSAIO ABERTO

Mambembrincantes e Kátya Teixeira

Sábado 14 de Março 18h

Ocupação cultural - Mercado Sul
QSB 12/13 - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul 10/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016.

Figura 81 - Adiel Luna (sambada de coco)

OCUPAÇÃO CULTURAL | **MERCADO SUL VIVE** | **BECO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS**

IV
COCO DO BECO
2015

Sambada de COCO com
Adiel Luna

Convidadas
Nānan Matos (Foli Ayê)
Julia Carvalho
e Shária Ribeiro (Chinelo de Couro)

SÁBADO
28
MARÇO
20h

\$ Contribuição
consciente
ou 1kg de
alimento

QSB.12/13
Mercado Sul - Taguatinga

Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 23/03/2015. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em: 07 jan 2016.

Figura 82 - Cia Burlesca (teatro de rua)

Ocupação Cultural

**MERCADO
SUL
VIVE**

**BECO DA CULTURA
DE PORTAS ABERTAS**

Cia. Burlesca apresenta...

**A Canoa
Mágica**

**SÁBADO
27/03**

17h



Fonte: Espaço cultural Mercado sul, 20/03/2015.. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em 07 jan 2016

Figura 83 - Orquestra Alada Trovão da Mata



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 01/04/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em: 07 jan 2016.

Figura 84 - Aborígene (rap)



Fonte: : Espaço cultural Mercado sul. 08/07/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em: 07 jan 2016

Figura 85 - Quarteto Capivara



Fonte: Espaço cultural Mercado sul. 05/11/2015. Ac. Disponível em:<https://www.facebook.com/EspacoCulturalMercadoSul/photos/?tab=album&album_id=339343392806764> Acesso em: 07 jan 2016